

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/341734894>

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO NOROESTE DO CURDISTÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E DA JINEOLOGÎ (1978–2018)

Thesis · March 2019

DOI: 10.13140/RG.2.2.16532.32644

CITATION

1

READS

442

1 author:



Maria Florencia Guarche Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

8 PUBLICATIONS 1 CITATION

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



PhD Thesis [View project](#)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MARIA FLORENCIA GUARCHE RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO NOROESTE DO
CURDISTÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO E DA JINEOLOGÍ (1978-2018)**

Porto Alegre

2019

MARIA FLORENCIA GUARCHE RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO NOROESTE DO
CURDISTÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO E DA JINEOLOGÍ (1978-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Reis Prá.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Guarche Ribeiro, Maria Florencia
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO NOROESTE
DO CURDISTÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO E DA JINEOLOGÍ (1978-2018) / Maria
Florencia Guarche Ribeiro. -- 2019.
108 f.
Orientadora: Jussara Reis Prá.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Movimento de Mulheres do Curdistão. 2.
Epistemologia feminista. 3. Capital Social. 4.
Confederalismo Democrático. 5. Jineologí. I. Reis Prá,
Jussara, orient. II. Título.

MARIA FLORENCIA GUARCHE RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE MULHERES NO NOROESTE DO
CURDISTÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO E DA JINEOLOGÍ (1978-2018)**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Jussara Reis Prá – PPGCP/UFRGS
(Orientadora)

Prof. Dr. Davide Carbonai – PPGCP/UFRGS
(Examinador Interno)

Profª Drª Luciana Garcia de Mello – PPGS/UFRGS
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Bruno Lima Rocha Beaklini – UNISINOS
(Examinador Externo)

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma construção coletiva; jamais poderia ter sido construído sem o esforço, a compreensão e apoio de muitas pessoas. Ele é a soma de todas as conversas, leituras, experiências e de todos os laços de afeto que construí até aqui. Agraço a todas as mulheres que estiveram (e as que estão) comigo nessa trajetória, vocês são parte de mim.

Agradeço especialmente as *Hevals* pelo afeto e os ensinamentos compartilhados e, principalmente, por me fazerem sentir parte desse Movimento que é o motivo não só deste trabalho, mas para o qual dedico boa parte da minha vida, com alegria e orgulho. Saibam que os curdos têm amigos para além das montanhas. Continuemos a lutar pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.

À minha orientadora, Prof. Jussara Reis Prá, agradeço por todos os ensinamentos e por tornar possível esta dissertação. Também, agradeço aos membros da banca por aceitarem nosso convite e pelas generosas considerações sobre o trabalho. Saibam que o que aprendi nessa jornada vai além destas páginas e, certamente, influenciará positivamente minha carreira dentro da academia. De igual forma, não posso deixar de lembrar das grandes amigas e companheiras de mestrado. A vocês, meu profundo agradecimento por estarem sempre presentes. Sem dúvida alguma, sem vocês essa trajetória seria muito mais difícil. A Gabriela, agradeço pela inspiração constante, pelo companheirismo e por me mostrar que, por muito que eu ainda precise aprender, sei que estás ao meu lado para me ensinar. Obrigada por tudo! A Marina, pela sua disposição e por ser meu exemplo de persistência e generosidade. Às companheiras do NIEM, cujos debates me instigaram e me inspiraram a questionar-me. Agradeço, também, a Camila por me apresentar teóricas como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro e a maravilhosa bell hooks. Nos encontraremos em breve, seja no grupo de estudos ou na militância feminista. Agradeço, também, aos meus professores e professoras que nesses dois anos contribuíram para a minha formação como estudante e como pessoa, ainda que não mencione nomes, levo seu exemplo em mim. Também agradeço ao Lucas, secretário do PPG, pela habilidade, sensibilidade e afeto com a qual torna nossa vida de estudantes menos burocrática. Obrigada!

Como não poderia ser diferente, agradeço aos meus pais, meu irmão e ao meu companheiro, Alisson, por acreditarem em mim, até quando nem eu acredito. Sem vocês a vida não teria sentido!

Agradeço aos meus companheiros e companheiras internacionalistas dos Comitês de Solidariedade ao Curdistão mundo afora, vocês me ensinam diariamente sobre o poder da solidariedade internacional. Mesmo sem mencionar nomes, nossos corações estão juntos. Nos encontramos na luta, hoje e sempre! Há muitos outros nomes que devem ser citados e que, independentemente de não estarem escritos aqui, desdobram-se no amor e afeto impresso neste trabalho. Que este seja só o começo da nossa jornada e que nossos corações estejam sempre juntos.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço aos Brasileiros e Brasileiras que, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiaram esta pesquisa. Prometo dar o meu melhor para retornar à sociedade o que foi investido em mim, dedicando-me, especialmente, para que outras mulheres também cheguem até aqui.

Que este trabalho seja capaz de inspirar outros corações em “nuestramérica” e que sejamos capazes de construir cada vez mais pontes entre os povos. Obrigada!

*La utopía está en el horizonte.
Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos
y el horizonte se corre diez pasos más allá.
¿Entonces para qué sirve la utopía?
Para eso,
sirve para avanzar.*

Fernando Birri

RESUMO

A proposta deste trabalho é refletir sobre a trajetória do Movimento de Mulheres do Noroeste do Curdistão. Uma organização social e política que promove o empoderamento feminino na sociedade curda, a disseminação dos princípios de igualdade de gênero e o enfrentamento à opressão étnica. O movimento de mulheres, originado no Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), é responsável por uma mudança estrutural e ideológica nessa organização, até assumir o protagonismo dentro do partido. A fim de examinar essa realidade, direciona-se a atenção para a trajetória do Movimento de Libertação Nacional, considerando, especialmente, o impacto da participação das mulheres nesse processo. Em seguida, considera-se a influência dessa participação na elaboração e aplicação dos princípios do Confederalismo Democrático e da Ciência das Mulheres, a Jineologî. No plano teórico, utilizam-se os aportes da epistemologia feminista, desde a teoria do ponto de vista, a fim de avaliar a construção coletiva das lutas das mulheres contra o patriarcado e em busca da autonomia democrática. No mesmo sentido, a noção de capital social serve de referência para analisar como se articulam as redes de relações sociais e de confiança (interpessoal e institucional) entre as mulheres. O material de estudo abrange documentos e bibliografia especializada, além de informações provenientes de entrevistas e de participação observante realizada junto a organizações de mulheres curdas na Europa e na América Latina. Os resultados do estudo indicam que as lutas por autonomia e contra o patriarcado, somadas a conformação de redes associativas e de confiança entre as mulheres, são decisivas para o seu empoderamento e a transformação das estruturas do PKK, incidindo sobre a institucionalização do Confederalismo Democrático e da Jineologî.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres do Curdistão; Capital Social; Epistemologia feminista; Confederalismo Democrático e Jineologî.

RESUMEN

La propuesta de este trabajo es reflexionar sobre la trayectoria del Movimiento de Mujeres del Noroeste del Kurdistan. Una organización social y política que promueve el empoderamiento femenino en la sociedad kurda, la propagación de los principios de igualdad de género y el enfrentamiento a la opresión étnica. El movimiento de mujeres, que se origina en el Partido de los Trabajadores del Kurdistan (PKK), es responsable de un cambio estructural e ideológico en dicha organización, hasta que asume el protagonismo dentro del partido. Con el objetivo de examinar esta realidad, se dirige la atención hacia la trayectoria del Movimiento de Liberación Nacional, considerando, especialmente, el impacto de la participación de las mujeres en ese proceso. A continuación, se considera la influencia de esa participación en la elaboración y aplicación de los principios del Confederalismo Democrático y de la ciencia de las mujeres, Jineologî. A nivel teórico, se utilizan los aportes de la epistemología feminista, desde la teoría del punto de vista, a fin de evaluar la construcción colectiva de las luchas de las mujeres contra el patriarcado y en busca de la autonomía democrática. En el mismo sentido, la noción de capital social sirve de referencia para analizar cómo se articulan las redes de relaciones sociales y de confianza (interpersonal e institucional) entre las mujeres. El material de estudio abarca documentos y bibliografía especializada, además de informaciones provenientes de entrevistas y de participación observante realizada con las organizaciones de mujeres kurdas en Europa y América Latina. Los resultados del estudio indican que las luchas por autonomía y contra patriarcado, sumadas a la conformación de redes asociativas y de confianza entre las mujeres, son decisivas para su empoderamiento y la transformación de las estructuras del PKK, centrándose en la institucionalización del Confederalismo Democrático y Jineologî.

Palabras clave: Movimiento de Mujeres de Kurdistan; Capital Social; Epistemología Feminista; Confederalismo Democrático y Jineologî.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to reflect on the trajectory of the Northwest Kurdistan Women's Movement. A social and political organization that promotes female empowerment in Kurdish society, dissemination of the principles of gender equality and coping with ethnic oppression. The women's movement, which originated in the Kurdistan Workers' Party (PKK), is responsible for a structural and ideological change in that organization, until it takes the leading role within the party. In order to examine this reality, attention is drawn to the trajectory of the National Liberation Movement, especially considering the impact of women's participation in this process. Next, the influence of this participation in the elaboration and application of the principles of the Democratic Confederalism and the science of the women, to Jineologî is considered. At the theoretical level, the contributions of feminist epistemology, from the theory of the point of view, its used in order to evaluate the collective construction of women's struggles against patriarchy and in search of democratic autonomy. In the same sense, the notion of social capital serves as a reference for analyzing how networks of social relations and trust (interpersonal and institutional) are articulated among women. The study material includes documents and specialized bibliography, as well as information from interviews and observant participation held with organizations of Kurdish women in Europe and Latin America. The results of the study indicate that the struggles for autonomy and anti-patriarchy, together with the formation of associative networks and trust between women, are decisive for their empowerment and transformation of PKK structures, focusing on the institutionalization of Democratic Confederalism and Jineologî.

Key words: Women's Movement of Kurdistan; Social Capital; Feminist Epistemology; Democratic Confederalism and Jineologî.

LISTA DE SIGLAS

- AC – Análise de Conteúdo
- ARGK – Exército de Libertação Popular do Curdistão.
- AYÖD – União de Educação Superior em Ancara.
- DDKO – Federação da Juventude Revolucionária da Turquia.
- DEV-Genç – Federação da Juventude Revolucionária da Turquia.
- DiSK – Confederação de Sindicatos Revolucionários da Turquia.
- ERNK – Frente de Libertação Nacional do Curdistão.
- HPG – Forças de Defesa Popular.
- HRK – Forças para a Libertação do Curdistão.
- KADEK – Congresso da Liberdade e Democracia do Curdistão
- KCK – União das Comunidades do Curdistão.
- KGK – Congresso do Povo do Curdistão
- KJB – Alto Conselho das Mulheres
- KJK – Comunidade de mulheres curdas.
- KNK – Congresso Nacional do Curdistão
- PAJK – Partido da Libertação das Mulheres do Curdistão
- PJA – Partido da Libertação da Mulher
- PJKK – Partido das Mulheres Livres do Curdistão
- PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão.
- PYD – Partido da União Democrática.
- SK – Revolucionários pelo Curdistão.
- TEV-Dem – Movimento por uma Sociedade Democrática.
- THKO – Exército Popular de Libertação da Turquia
- TIP – Partido dos Trabalhadores da Turquia
- TJAK – Movimento de libertação das Mulheres do Curdistão
- YDK – União Popular Democrática
- YJAK – Unidades das Mulheres Livres.
- YJWK – União das Mulheres Patrióticas do Curdistão.
- YPG – Unidades de Proteção ao Povo.
- YPJ – Unidades de Proteção das Mulheres.

LISTA DE SIGLAS EM IDIOMA CURDO

- ANF – Ajansa Nûçeyan a Firatê
ARGK - Arteshen Rizgariya Gelli Kurdistan
AYÖD - Ankara Yüksek Öğrenim Derneği
DDKO - Devrimci Doğu Kültür Ocakları
DiSK - Türkiye Devrimci İşçi Sendikaları Konfederasyonu
ERNK - Eniya Rizgariua Neteweyi ya Kurdistanê
HPG - Hêzên Parastina Gel
HRK - Hazen Rizgariya Kurdistan
KADEK - Kongreya Azadî û Demokrasiya Kurdistanê
KCK - Koma Civakên Kurdistan
KGGK - Kongreya Gelê Kurdistanê
KJB - Koma Jinên Bilind
PAJK - Partiya Azadiya Jin a Kurdistan
PJKK - Pariya jinben Karkerên Kurdistan
SK - Soresgeren Kurdistan
THKO - Türkiye Halk Kurtuluş Ordusu
TIP - Turkiye Isci Partisi.
TJAK - Tevgera Jinên Azad a Kurdistan
YDK - Yenî Demokrat Kadın
YJAK - Yekitita Azadiya Jinên Kurdistan
YJWK - Yekitiya Jinen Welaparezen Kurdistan

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa do Curdistão.....	35
Imagem 2 - Sakine Cansiz, Abdullah Öcalan	45
Imagem 3 - Batalhão de guerrilha YJA-Star	57
Imagem 4 - Guerrilha do PKK.....	63
Imagem 5 - Comandante Berivan (PKK) – Makhmour/Curdistão Iraquiano	72
Imagem 6 - Celebração do Ano Novo Curdo (Newroz) - Diyarbakir (Amed).....	73
Imagem 7 - Representação da Jineologî	84
Imagem 8 - Mapa de Rojava.....	88

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS DESDE O PONTO DE VISTA	20
2 APORTES DO CAPITAL SOCIAL E OS ESTUDOS DAS MULHERES	27
2.1 O CAPITAL SOCIAL NA LEITURA DE ROBERT PUTNAM	27
2.2 A CONTRIBUIÇÃO FEMINISTA AO CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL.....	31
3 A QUESTÃO CURDA E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.....	35
3.1 A MOBILIZAÇÃO CURDA POR INDEPENDÊNCIA E RECONHECIMENTO ÉTNICO	37
4 O MOVIMENTO DE MULHERES DO CURDISTÃO.....	43
4.1 O PONTO DE VISTA DAS MULHERES E O PKK	43
4.2 AS MULHERES E AS LUTAS PELA LIBERDADE	50
4.3 A VIRADA IDEOLÓGICA DO PKK E A AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES	58
5 NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA	67
5.1 O PENSAMENTO DE ABDULLAH ÖCALAN E A QUESTÃO DAS MULHERES	74
5.2 O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E A JINEOLOGÎ	81
5.3 A APLICAÇÃO DO CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO EM ROJAVA	86
5.4 O CAPITAL SOCIAL DA KONGREYA STAR: CONGRESSO ESTRELA DE ROJAVA.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

A resistência das mulheres curdas ao Estado Islâmico, na Síria e no Iraque, atrai a atenção das redes sociais e da mídia internacional nos últimos anos. As imagens de guerrilheiras portando armas e liderando frentes de combate leva o mundo a conhecer um pouco da sua história. A história de um movimento que a mais de três décadas busca a autonomia do seu povo e reúne mulheres do todo o Curdistão. Mesmo assim, os motivos dessa auto-organização não costumam ser divulgados na mídia ocidental. Para esses meios parece ser mais importante veicular aspectos superficiais das milicianas curdas, tidas meras como vítimas ou heroínas armadas, do que as razões do seu protagonismo.

O protagonismo das mulheres no Oriente Médio, onde o patriarcado e o sexismo acentuam a sujeição feminina, encontra correspondência no Movimento de Libertação Nacional, organizado nas décadas de 1960 e 1970. Tal contexto da margem à formação de militantes e à integração das mulheres na luta pela unificação e a independência do Curdistão (CANSIZ, 2017). Ações dessa natureza unificam um projeto mais amplo de resistência no qual se inclui o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), desde a sua fundação, em 1978. Para tanto, o ano de 1984 é emblemático, pois corresponde ao início do conflito armado e da formação das primeiras unidades militares. Neste momento o PKK inicia a guerra para libertar Bakur (Curdistão Norte) da ocupação da Turquia e a incorporação massiva de mulheres às frentes de combate propicia a formação de um exército feminino, em 1990.

As militantes do PKK formam um dos maiores contingentes de mulheres armadas do mundo (DUZGUN, 2015). Potência representada nas Unidades Femininas de Guerrilha YJA-Star (Exército de Mulheres) e nas brigadas de mulheres em Rojava – entre elas as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ). Esse tipo de resistência, além de desafiar o caráter patriarcal da militarização, dá outro significado à atuação das mulheres na guerra. Se por décadas a identidade curda lhes foi negada, agora elas passam a protagonizar a construção de uma nova sociedade. Esta presença em ambientes militares, antes frequentados apenas por homens, instiga o debate sobre as hierarquias e os valores da sociedade curda, entre eles, do patriarcado e do sexismo (ÖCALAN, 2011).

Nesse âmbito, Abdullah Öcalan, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), referencia-se na opressão das mulheres e em suas demandas para construir um conjunto de aportes teóricos que levam à transformação radical das orientações ideológicas do partido. Nesse tom, a libertação das mulheres torna-se prioridade na prática

política e partidária. Por consequência, e numa relação direta com as pautas do movimento de mulheres, o projeto que emerge daí dá suporte ao surgimento de um sistema de autogestão, o Confederalismo Democrático (Democracia sem Estado). Nesse plano, o compromisso com a igualdade de gênero e o enfrentamento à opressão étnica é a marca do PKK e do movimento de mulheres.

O fortalecimento do Movimento de Mulheres está na base da elaboração da chamada “ciência das mulheres” ou Jineologî, um dos pilares do Confederalismo Democrático. O conteúdo dessa ciência integra as estruturas políticas e sociais do autogoverno de Rojava; nome que em idioma curdo significa “oeste” ou “pôr do sol” e serve também para designar a Federação Democrática localizada no Norte da Síria e no oeste do Curdistão. Este território, autoproclamado autônomo no ano de 2012, em meio à maior crise humanitária do século XXI, é responsável por uma transformação radical das dinâmicas políticas e sociais da região¹.

No tocante ao Confederalismo Democrático, os seus princípios dizem respeito a uma forma ética de organização política, estruturada em valores ecológicos, antipatriarcais e radicalmente democráticos (ÖCALAN, 2018a). Tal posicionamento se sustenta na crítica ao modelo capitalista de Estado Nação, questionado por sua permissividade contra as classes trabalhadoras, as mulheres e a natureza. No primeiro caso, acontece a dominação de classe; no segundo, a dos homens sobre as mulheres (patriarcado) e, no terceiro, a dominação da natureza. Ilustra essa posição o argumento de Abdullah Öcalan, líder histórico do PKK, quando diz que a ecologia e o feminismo são os pilares centrais do Confederalismo. Nesse marco, a criação do novo contrato social de Rojava orienta esta sociedade na construção de uma comunidade autônoma frente aos poderes estatais regionais².

Em relação às mulheres, o contrato proposto lhes permite participar como signatárias de um pacto que difere, totalmente, daquele formatado pelo moderno Estado ocidental, assinado apenas por homens. Portanto, essa é a forma de romper o acordo unilateral firmado por eles e sugestivamente nomeado por Carole Pateman (1993) de contrato sexual. Este, responsável pela subordinação das mulheres aos homens e ao poder masculino nos contratos de casamento ou de prostituição. Sendo assim, as lutas das mulheres curdas contra o colonialismo étnico e

1 O povo curdo fala, pelo menos, 7 idiomas e dialetos. Os mais populares deles são: Sorani, Kurmanjî, Fayli e o Zazayî, sendo o mais comum na Turquia e na Síria o Kurmanjî.

2 O contrato social de Rojava, criado em 29 de janeiro de 2014, está disponível no endereço: <<https://peaceinkurdistancampaign.com/charter-of-the-social-contract/>>. Acesso em: 01/10/2018.

sexista, têm um papel fundamental para consolidar a ideia de libertação das mulheres, da construção de uma comunidade cívica em Rojava, da paz e da democracia social.

Sendo assim, entende-se oportuno trazer o debate da questão curda ao âmbito acadêmico, tanto pela especificidade da atuação das mulheres no cenário do Oriente Médio como pela relevância das suas ações contra o patriarcado e a favor da igualdade de gênero. Dessa perspectiva, identifica-se como objeto de estudo o movimento de mulheres do Noroeste do Curdistão. Organização que surge nas estruturas do PKK, alinhada às perspectivas do Confederalismo Democrático e da Jineologî, e que se posiciona contra o sistema patriarcal capitalista (EISENSTEIN, 1980; FEDERICI, 2017; GONZALEZ, 1988; ÖCALAN, 2018b; SAFFIOTI, 2004).

A proposta nesta dissertação é examinar o processo de organização das mulheres, tendo em vista a sua trajetória de articulação política na sociedade curda, no Noroeste do Curdistão. Com base nessa proposta, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o impacto da trajetória política do Movimento de Mulheres na organização do PKK e na implantação do Confederalismo Democrático e da “Ciência das Mulheres” (Jineologî), no período de 1978 a 2018? Deriva daí o objetivo central do estudo, que consiste em analisar a trajetória política dessas mulheres e a sua influência na geração de um amplo movimento social, que influencia no projeto do Confederalismo Democrático, modelo aplicado em Rojava. Especificamente, interessa descrever o cenário que deu origem ao Movimento de Libertação Nacional do Curdistão e ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK); considerar o ponto de vista das mulheres em relação a esse partido; identificar as dinâmicas (políticas, sociais e culturais) de organização feminina na conformação de redes associativas, orientadas ao engajamento político e ao empoderamento mulheres.

Nessa direção, considera-se oportuno refletir sobre a organização e o projeto político das mulheres curdas com o suporte da teoria do ponto de vista (HARDING, 1987; HOOKS, 1984), no contexto da epistemologia feminista (GRAF; PALACIOS; EVERALDO, 2012) e da noção de capital social (PUTNAM, 2006; LOWNDES, 2000). A opção pelo aporte do capital social parte da consideração das diferentes capacidades de articulação do movimento das mulheres curdas, entre elas, a de mobilizar recursos (sociais, políticos e econômicos), de constituir redes associativas; de fomentar a confiança pessoal e institucional; e de gerar ações de empoderamento no contexto da luta de libertação nacional do povo curdo. Já pela teoria do ponto de vista se leva em conta o potencial desse movimento na luta contra o patriarcado, em

defesa da igualdade de gênero, na construção de relações democráticas e de uma agenda de direitos voltada ao empoderamento das mulheres. Temas que convergem com as questões centrais da epistemologia feminista.

Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva. Para a pesquisa e o tratamento das informações se faz uso de análise documental e da análise de conteúdo, de acordo com os princípios estabelecidos por Laurence Bardin (1977). A seleção e o tratamento dos dados seguem as diretrizes da epistemologia feminista (REINHARZ; DAVIDMAN, 1992; GRAF; PALACIOS; EVERALDO, 2012), desde a teoria do ponto de vista (HARDING, 1987; COLLINS, 1997). O material utilizado para a análise compreende dados primários e secundários, incluindo revisão de literatura, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Os dados primários provêm de participação observante e de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 5 (cinco) representantes do movimento de mulheres curdas, entre 2016 e 2018. Também foram contatadas militantes do Movimento de Mulheres do Curdistão na América Latina, em Porto Alegre e Buenos Aires. Entre as organizações visitadas está o Congresso Nacional do Curdistão (KNK), a sede da Representação Internacional do Movimento de Mulheres Curdas, o Centro de Acolhimento e Referência à Mulher UTAMARA, a Organização CENI (Mulheres pela Paz), e alguns centros e institutos de cultura curda em cidades da Europa, entre elas: Paris, Bruxelas, Frankfurt, Düsseldorf e Colônia.

Os dados secundários são oriundos de estudos e pesquisas feministas, palestras e documentários que versam sobre os temas deste trabalho. Também constam desse material páginas oficiais do movimento de mulheres, dos Comitês de Solidariedade administrados por ativistas da Europa e América Latina, além de relatórios anuais sobre as atividades institucionais e políticas em Rojava. Acrescentam-se a estes materiais bibliográficos e didáticos disponibilizadas à pesquisadora durante a realização de Cursos e de visitas as sedes das organizações acima mencionadas. Também, sobre os materiais obtidos, vale notar que alguns deles são inéditos no Brasil ou de difícil acesso, o que confere aspectos originais à presente pesquisa.

Ainda sobre as entrevistas, entende-se que a possibilidade de angariar dados de investigação em contato direto com as informantes permite compreender a trajetória e a experiência política das mulheres curdas, ressaltando o seu ponto de vista (HARDING,

1987). No mesmo sentido, o acesso as chamadas *escrevivências*³ (EVARISTO, 2018), das quais fazem parte relatos, diários e escritos sobre o cotidiano dessas mulheres, possibilita extrair dessas narrativas as nuances de suas mobilizações. Para além disso, o propósito de dar voz às mulheres é uma forma de romper com a máxima de que “aqueles que têm o poder de representar e descrever os outros, claramente controlam como esses outros serão vistos” (BAHRI, 2013, p. 666). Isso implica em considerar, como o faz Deepika Bahri, que o poder de representar o outro serve de ferramenta ideológica para garantir a disputa pelo espaço de persuasão e controle. A rejeição a essa máxima orienta a elaboração da presente dissertação.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais do estudo. No primeiro capítulo, são apresentados os aportes da epistemologia feminista, desde a teoria do ponto de vista. Aqui interessa buscar elementos para avaliar a construção coletiva das lutas das mulheres curdas em sua cruzada contra o patriarcado, na busca por igualdade de gênero e autonomia democrática. Nesse sentido, o conhecimento feminista fornece as bases para refletir sobre as experiências de articulação das mulheres e em relação aos espaços ocupados por elas nas diferentes instâncias da sociedade curda. Portanto, a teoria do ponto de vista permite tratar de lugares não hegemônicos.

O segundo capítulo aborda o conceito de capital social na perspectiva clássica de Robert Putnam, apresentando críticas e contribuições a esse debate formuladas com aportes da teoria política feminista por estudiosas/os do tema. O capital social é utilizado como recurso conceitual no exame da trajetória de organização das mulheres vinculadas ao PKK para identificar como elas se articulam em redes de relações sociais e de confiança (interpessoais e institucionais). Advoga-se que a geração de capital social representa um elemento efetivo para o empoderamento das mulheres curdas, levando-as a protagonizar as transformações sociais e políticas que promovem a despatriarcalização da sociedade.

O terceiro capítulo trata das especificidades da questão curda. Para tanto, é elaborado um breve histórico dos passos trilhados pelo povo curdo, trazendo à tona aspectos pertinentes à realidade dessa parcela do Oriente Médio. Maneira encontrada para tratar da formação do

3 Termo criado por Conceição Evaristo em referência à escrita como forma de resistência. Ao incentivar os grupos marginalizados a escreverem sobre suas vivências e falarem sobre si mesmas a autora dialoga, diretamente, com Gayatri Spivak que, desde o trabalho: *Pode o subalterno falar?*, torna-se uma das figuras mais conhecidas dentro dos estudos pós-coloniais. Neste sentido, priorizar a escrita e a fala destas mulheres militantes e ativistas do Movimento de Mulheres do Curdistão é uma forma de compreender não só seu ponto de vista, mas sobretudo, evitar a reprodução de estruturas de invisibilização destas vozes.

Movimento de Libertação Nacional do Curdistão e descrever o cenário que deu origem a criação do PKK.

O capítulo quatro versa sobre a trajetória e a atuação do Movimento de Mulheres do Curdistão. Especial atenção é direcionada ao ponto de vista das mulheres em relação à projeção feminina no contexto do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Complementarmente, é trazida ao debate à atuação política de Sakine Cansiz, figura de importância inquestionável para a construção das primeiras unidades femininas de guerrilha na região. Associado a isso, destacam-se os desafios e as oportunidades para a participação das mulheres nesse espaço geográfico, tendo em vista a sua luta pela própria liberdade e a do povo curdo. A virada ideológica do PKK e as transformações da sua estrutura são cotejadas com o processo de ampliação do movimento de mulheres.

O quinto capítulo, intitulado “Novas formas de fazer política”, apresenta o pensamento do líder histórico do PKK, Abdullah Öcalan, em relação à questão das mulheres e aos elementos que dão centralidade à luta antipatriarcal, impressa na ideologia do partido. Na sequência, direciona-se o enfoque às propostas do Confederalismo Democrático e da Jineologî. A aplicação dos princípios do Confederalismo em Rojava é outro tema tratado. A Kongreya Star é apresentada no final do capítulo estudo por sua importância para a institucionalização da Jineologî e como exemplo do capital social acumulado pelos movimentos de libertação das mulheres curdas organizados desde as montanhas até a diáspora.

1 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS DESDE O PONTO DE VISTA

Os paradigmas teóricos e metodológicos apresentam-se como instrumentos para construir e organizar o conhecimento. A escolha de determinada perspectiva oferece um par de lentes com as quais observa-se determinado fenômeno. Tal escolha deve ser adequada aos problemas da investigação e aos objetivos propostos. Portanto, não é possível negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos, implícitos ao se optar por um paradigma de pesquisa específico. Com efeito, é necessário reconhecer o quanto tais escolhas refletem um posicionamento político, dadas as implicações práticas na condução de uma investigação e, conseqüentemente, em seus resultados. A metodologia feminista, enquanto “proposta de intervenção e transformação social” (BIGLIA, 2014, p. 24), se insere nesse campo e passa a questionar a lógica da neutralidade e da objetividade científica.

Nesse aspecto, “fica evidente nas críticas epistemológicas feministas que a neutralidade e a objetividade da ciência são falácias que escondem o viés sexista no qual ela tem se fundamentado, e que segue orientando muitas investigações” (BIGLIA, 2014, p.24). No mesmo sentido, também é contestada a lógica da universalidade e o risco de sua difusão na sociedade (YOUNG, 2013). Na leitura feminista, o suposto da existência de um “cidadão universal”, na verdade abriga o sujeito hegemônico (homem adulto, branco, ocidental, proprietário, heterossexual). Na avaliação de Barbara Biglia:

A partir desta crítica, as feministas demandaram a inclusão das mulheres como “objeto” de estudo, para evitar que os homens servissem como norma para entender e definir a realidade. Tal demanda ampliou-se rapidamente, evidenciando a importância de incluir temáticas de interesse para as mulheres entre os temas dignos de investigação e, finalmente, a importância de assumir uma perspectiva de gênero na análise e compreensão da realidade (Schiebinger *et al.* 2011). Se a primeira dessas exigências respondia à necessidade de conhecer os espaços e as realidades, até então ignorados (e permitiu, por exemplo, reconhecer a existência de violência doméstica), a segunda abrirá a porta à compreensão das relações de poder em nossa sociedade (seguindo com o mesmo exemplo, compreender a estruturalidade das violências) (BIGLIA, 2014, p. 24, *grifo da autora*).

A construção das mulheres como objeto de estudo, no entanto, suscita outros questionamentos. As feministas “não ocidentais” contestam as tentativas de construir o conceito universal de mulher e questionam as hegemonias de poder que vão além do sistema sexo/gênero (RUBIN, 1975). Nesse caso, o uso do termo “mulher”, como ideal de imparcialidade, dificulta o reconhecimento de diferenças em categoria tão ampla (YOUNG, 2013). Para algumas teóricas, o termo mulheres oculta especificidades, diferenças e lugares

sociais (PHILLIPS, 2013, p. 341). O desafio, então, é não excluir as categorias fundamentais para compreender o lugar social ou o ponto de vista de cada grupo. E isso demanda levar em conta as suas diferenças de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, cultura e de crença religiosa, entre outras (BAHRI, 2013; DAVIS, 2016; 2017; BUTLER, 1998; 2003; HOOKS, 1984; GONZALEZ, 1988).

Pela lente dos feminismos negro e interseccional, Angela Davis critica o feminismo hegemônico e argui que as feministas brancas “presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e trabalhador” (DAVIS, 2017, p. 26). A autora sublinha a inadequação de discursos e práticas em relação as mulheres negras e reconhece que não se pode reivindicar apenas “[...] um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato” (DAVIS, 2017, p. 26). Ainda segundo a autora, “as mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão econômica, racial e sexual” (DAVIS, 2017, p. 37).

Por outros caminhos, Judith Butler (2003, p. 213) assinala que o termo “mulheres é um falso e unívoco substantivo que disfarça e restringe uma experiência de gênero variada e contraditória. A unidade da categoria ‘mulheres’ não é nem pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar” (Idem). Por conta disso, entende necessário “liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias materiais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir” (BUTLER, 1998, p. 25).

Sandra Harding (2012), por seu turno, fala da importância de as investigações feministas integrarem as diversas experiências das mulheres para romper os estereótipos sobre o que é “ser mulher”. Em relação a isso, lembra das visões de mundo da “ideologia androcêntrica da ciência” em nome da racionalidade. Visões traduzidas em discursos, hierárquicos, sexualizados e dicotômicos e em divergências conceituais, incluindo opostos como cultura/natureza, público/privado, sujeito/objeto, razão/emoção ou mente/corpo. Ambivalências que relacionam os homens e a masculinidade aos primeiros de cada par, e vinculam as mulheres e a feminilidade aos segundos (Idem), valorizando o masculino. Nesse sentido:

As críticas feministas sustentam que esta dicotomização constitui uma ideologia no sentido forte do termo; em contraste com as crenças falsas, orientadas a favor de valores que carecem de poder social, estas crenças estruturam as políticas e práticas das instituições sociais, incluída a ciência (HARDING, 1996, p. 119).

Perspectivas críticas, que relacionam os paradigmas ao modo dominante de produção do conhecimento, colocam a epistemologia feminista como alternativa para se contrapor à reprodução de estruturas hierárquicas de poder (sexistas e androcêntricas) (HARDING, 1987; DILWORTH, 1990; HARAWAY, 1995; GARGALLO, 2012;). A epistemologia feminista, articulada por uma metodologia de intervenção e transformação social (BIGLIA, 2014), instiga a pensar a investigação e renovar as instituições científicas. Para tal, o uso de técnicas de coleta e análise de dados apropriadas ao objeto de estudo, permite problematizá-lo desde as relações de gênero (BALLESTEROS, 2012). Em suma, trata-se de um projeto crítico, reflexivo e de reinterpretação coletiva, voltado a responder perguntas tais como: de que modo as ciências reproduzem estereótipos de gênero? Ou, melhor, como o conhecimento científico reafirma as estruturas patriarcais de hierarquia entre os sexos? Assim, pode-se definir a epistemologia feminista como a ciência que:

[...] estuda o anterior, abordado a forma como o gênero influi nas concepções do conhecimento, na pessoa que o está conhecendo e nas práticas da pesquisa, nas perguntas e na justificativa. Identifica as concepções dominantes e as práticas da atribuição, aquisição e na justificativa do conhecimento que, de forma sistemática, situam as mulheres em desvantagem na medida em que as excluem das investigações, negando-lhes a autoridade epistêmica, desvalorizando os estilos e modos cognitivos de conhecimento feminista, se produzem teorias das mulheres que são representadas como inferiores ou desviadas a respeito do modelo masculino, se produzem teorias de fenômenos sociais que invisibilizam as atividades e os interesses das mulheres ou as relações desiguais de poder genéricas, e se produz como conhecimento científico e tecnológico, que reforça e reproduz hierarquias de gênero (GRAF, 2012, p. 22).

Entre as chamadas epistemologias feministas, Sandra Harding (2012) distingue três perspectivas básicas: as teorias empiristas; as do ponto de vista (perspectivistas) e as pós-modernas. Os empirismos feministas flertam com a ciência tradicional, mas contestam o seu androcentrismo; as teorias perspectivistas (*standpoint*), defendem um saber embasado no ponto de vista das mulheres; as teorias pós-modernas negam os enfoques anteriores por seu fundamentalismo (SARDENBERG, 2002). Quanto ao feminismo do ponto de vista, seguido neste estudo, Harding (2012) situa a sua difusão a partir dos anos 70 e 80, do século passado, e credita esse investimento à socióloga Dorothy Smith [1987] e à cientista política Nancy Hartsock [1983]. Ambas, assim como Harding, buscam conhecimentos alternativos para incluir a categoria de gênero nas investigações e levar a ciência à descolonização dos seus

objetos de estudo. No mesmo tom, Patrícia Hill Collins [1997] volta-se à realidade das afro-americanas para examinar “o significado sociológico do pensamento feminista negro” (COLLINS, 2016, p.101). Sem detalhar esse debate, depreende-se desse breve olhar sobre a teoria do ponto de vista a sua propriedade de gerar conhecimento sobre e para as mulheres.

A teoria do ponto de vista, entendida como um conhecimento situado, reconhece e valoriza as experiências das mulheres em suas pesquisas. Essa epistemologia, assim como a de outras ciências, estabelece as diretrizes para a produção do conhecimento científico, valida conceitos e perspectivas, e delimita o que pode ou não ser objeto de estudo em determinado campo conceitual e teórico. Ao mesmo tempo, cabe a ela questionar o método cartesiano, os ideais de objetividade e neutralidade, e a forma como se produz o conhecimento na epistemologia dominante. Em outro sentido, a epistemologia feminista define o campo e a forma de produção de conhecimento, ressaltando que toda a produção intelectual envolve, direta ou indiretamente, relações de poder. Isso a torna um campo em disputa.

O ponto de vista é destacado neste trabalho, pois ele permite focar temas vinculados a questões de fundo racial, étnico e de gênero, ao lado de projetos democráticos e de libertação nacional (HARDING, 2012). Na avaliação de Collins (1997), essa epistemologia tem o mérito de tratar de experiências históricas compartilhadas por diferentes grupos sociais. Nesse plano, quando se trata de grupos marginalizados importa reconhecer o lugar social ocupado por eles. Esse reconhecimento, segundo Collins, outorga “privilégios epistêmicos” ao conhecimento produzido. Fruto que deve ser revertido a favor dos desprivilegiados. Por esse ângulo, como advoga Harding (1993), o ponto de vista feminista coloca em xeque o legado do pensamento hegemônico da sociedade ocidental.

O legado desse pensamento, conforme Lélia Gonzalez (1984), resulta da hierarquização de saberes e reflete a assimetria das relações de poder. Para a autora, quem possui privilégio social pode definir o que é ou não é científico, o que é ou não é “verdade”. Tal hierarquização, diz ela, desdobra-se na hegemonia epistêmica euro-norte-americana, valorizando o conhecimento moderno ocidental como dominante. O discurso acadêmico e a ciência positivista, fazem parte da manutenção destas ideologias dominantes (ALCOFF, 2006; BUTLER, 1997). Nesse sentido,

O hegemônico modela as palavras e os símbolos para demarcar as formas de entendimento da realidade, de modo que os grupos subordinados não só devam obedecer suas ordens, mas que não podem escapar do seu marco referencial, nem mesmo quando estes se rebelam e resistem à sua dominação (GARGALLO, 2012).

A dominação que nega, desvaloriza e oculta os saberes dos povos marginalizados é denominada por Sueli Carneiro de “epistemicídio” (CARNEIRO, 2005) e se revela importante ferramenta para manter relações desiguais de poder. Conforme a abordagem do ponto de vista essas relações precisam ser destituídas. Logo, se faz necessário “redefinir as formas de criar saberes” (BIGLIA, 2014, p. 21). Na percepção de autoras como Lélia Gonzales (1984) e Linda Alcoff (2016), o resgate de experiências de resistências e do legado dos grupos marginalizados, contribui para constituir epistemologias e saberes emancipadores. Ocorre que para descolonizar o conhecimento é preciso compreender a fundo os processos de colonização, a construção das hegemonias epistêmicas e as desigualdades de poder que constituem identidades (ALCOFF, 2016). Estruturar a investigação científica a partir das perspectivas e experiências de quem se encontra na base da pirâmide social e dispõem de menor poder político e econômico é uma forma de subverter as relações promovidas pela produção científica. Trata-se, nesse sentido, de realçar as diversidades de cada grupo, reconhecendo as estruturas sociais e culturais nas quais estes indivíduos estão inseridos, incluindo a ação das mulheres para além da política formal (*realpolitik*) e propondo a consideração e o reconhecimento de outras formas de fazer política.

Para Sandra Harding (2012) o movimento de mulheres necessita produzir conhecimento *a partir* de suas experiências e voltá-lo *para* as mulheres, eis que há muito tempo estas haviam sido objeto dos projetos de conhecimento dos outros. A promoção de epistemologias nas quais as mulheres se tornem sujeitas e autoras do conhecimento, fez com que o movimento feminista questionasse diretamente os marcos conceituais das disciplinas que se impõem com autoridade desde lugar social algum e isento de perspectivas (HARAWAY, 1995). Como diz Rosa Cobo, “precisamos recuperar a nossa memória histórica, a das lutas feministas. Necessitamos nos apropriar do nosso passado para desenhar solidamente nosso futuro” (COBO, 2011, p. 13).

A consciência de grupo ocupa posição importante nessas perspectivas. Como esclarece Sandra Harding (2012), a formação das identidades é elemento fundamental no que se refere à organização de mulheres marginalizadas dentro do grupo hegemônico. Por outros caminhos, Patricia Hill Collins (2000), enfoca os movimentos de mulheres negras e destaca a importância das suas experiências (individuais e coletivas) na formação da autoimagem e da consciência de grupo. A formação de redes de apoio, de confiança e de solidariedade entre os indivíduos que experienciam o mesmo lugar social lhes permite um olhar situado, propicia o seu empoderamento e a organização de lutas sociais autônomas.

Com o objetivo de representar o lugar ocupado pelas mulheres negras no campo dos estudos feministas, Collins (2016) apresenta o conceito de *outsider within* (forasteira de dentro) Para ela, estas mulheres possuem uma dupla posição nesse espaço: por um lado, desenvolvem-se enquanto sujeitos políticos ativos, responsáveis por uma gama de estudos e perspectivas; mas, por outro, são vistas como *outsiders*, eis que suas perspectivas são marginalizadas e desqualificadas em função da existência de estruturas de dominação e discriminação. Collins destaca a importância de se fazer bom uso do lugar de *outsider*, pois ele permite o desenvolvimento de um olhar amplificado do movimento, promovendo mais oportunidades do que desvantagens. A valorização entre os pares e a geração de redes de apoio e confiança gera capital social que é utilizado por estas mulheres para construir perspectivas situadas em suas experiências sociais que, de outra forma, estariam à margem dos sistemas hegemônicos de produção do conhecimento.

O descaso deliberado a respeito dos processos sistemáticos de reprodução de hierarquias de gênero afeta a criação de uma percepção ampliada sobre as dinâmicas políticas e sociais de uma comunidade (HARDING, 2012). Assim, compreender como as instituições dominantes reproduzem conceitos que naturalizam a exploração das mulheres e as hierarquias de gênero faz com que as pesquisadoras feministas invertam o olhar na hora de formular suas análises. Segundo a autora:

[...] boa parte das pesquisas feministas iniciais estudava olhando *para cima*, concentrando-se na explicação das instituições sociais dominantes e de suas respectivas ideologias em vez de direcionar o olhar *para baixo*, tratando de explicar a vida dos grupos marginalizados (HARDING, 2012, p. 48).

O olhar para baixo requer o reconhecimento e valorização cultural para propiciar o resgate histórico de identidades individuais e coletivas. Teóricas como Lélia Gonzalez (1988; 1984), Sueli Carneiro (2005) e Patricia Hill Collins (1997; 2018) advogam à favor da autodefinição como forma de (re)construção das identidades. Dessa perspectiva, as autoras ressaltam a importância do resgate histórico da ancestralidade, referenciando os grupos formados a partir da diáspora africana e no período da escravidão brasileira. No mesmo sentido, Jurema Wernek (2010) resalta a importância da historiografia feminista para a construção de epistemologias antipatriarcais. O resgate histórico e cultural também é abordado pela intelectual turca Seyla Benhabib (2005c). Segundo ela, a historiografia feminista é fundamental para que os significados negativos e as estruturas de poder não mantenham ativas a dominação e subalternidade dos grupos identitários. A autora defende a democracia deliberativa pelo fato de nela os dilemas multiculturais serem considerados sob a

ótica dos direitos humanos (BENHABIB, 2006c).

Nesses termos, diante da dominação estrutural imposta a grupos marginalizados, não basta denunciar as hierarquias de poder, é necessário subvertê-las. Para que se possa transformar a realidade é preciso buscar instrumentos para desvirtuar os sistemas dominantes, haja vista que “as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa do mestre” (LORDE, 2013). Em sentido semelhante, o feminismo questiona o conhecimento estabelecido, se manifesta por meio do seu próprio conhecimento e, também, pela prática política. Portanto, em um mesmo trajeto o feminismo alterou culturas, valores e comportamentos e, ao mesmo tempo, imprimiu sua visão de ciência:

A teoria feminista trouxe uma contribuição efetiva para o conhecimento científico ao deslocar as análises de seu eixo tradicional – centrado em uma visão dicotômica (cartesiana) e assexuada (androcêntrica) de realidade – e ao introduzir uma abordagem histórico-relacional, que enfatiza em suas investigações a combinação de relações entre sexo/gênero, raça/etnia e classes sociais (PRÁ, 1997, pp. 42-43).

Com base no exposto, adotam-se os pressupostos da teoria do ponto de vista feminista e os aportes do conceito de capital social, adiante abordado, para examinar a trajetória do movimento de mulheres curdas. Experiência considerada exemplar para entender o projeto de implementação de um governo autônomo em Rojava (Confederalismo Democrático) e da ciência das mulheres (Jineologî). O desenvolvimento de novas instituições, em meio a um contexto de guerra, chama a atenção para esta região, pois para além da luta contra o Estado Islâmico, a articulações do movimento de mulheres inspira avanços democráticos e a construção de um governo autônomo em Rojava. Diante da realidade de exclusão e desigualdade social como a do Curdistão, a geração de capital social emerge como potência para mitigá-la.

2 APORTES DO CAPITAL SOCIAL E OS ESTUDOS DAS MULHERES

2.1 O Capital Social na leitura de Robert Putnam

Um dos fundamentos para o exame do capital social provém de estudo realizado por Robert Putnam a respeito dos governos regionais italianos em *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna* (2006). Nessa obra, publicada em 1993, o autor fundamenta a sua abordagem teórica “na lógica da ação coletiva e no conceito de capital social” com um duplo objetivo: o de explicar o caso italiano e o de “conjugar perspectivas históricas e de escolha racional para melhor compreender o desempenho institucional e a vida pública em muitos outros casos” (PUTNAM, 2006, p. 31).

O autor define capital social como o conjunto de elementos das organizações sociais tais como redes, normas e relações de confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para a aquisição de benefícios mútuos (PUTNAM, 2006). Assim, avalia o desenvolvimento das instituições de vinte regiões italianas e conclui que as desigualdades existentes entre elas também decorrem das diferenças nos níveis de capital social gerados pelas comunidades. Para o autor, a maior função do capital social é a sua capacidade de facilitar a ação dos indivíduos em uma comunidade, seja de forma coletiva ou individual. Dessa forma, o capital social é um bem público construído de forma cooperativa e que gera benefícios para todos e todas que o possuem.

A cooperação, contudo, nem sempre é positiva. Putnam (2000) define dois tipos de capital social sendo um inclusivo (positivo) e o outro exclusivo (negativo). Para o autor o capital social exclusivo é gerado em grupos homogêneos – produzindo exclusão e violência para quem não faz parte dessa comunidade –, enquanto o capital inclusivo é gerado em grupos heterogêneos. Para fins deste trabalho, segue-se a perspectiva de capital inclusivo — aquele construído com base na formação de redes de solidariedade, confiança e apoio mútuo — que, aliado a atuação de movimentos sociais e políticos, pode incentivar transformações e resolver problemas da sociedade de forma coletiva (PUTNAM, 2000).

A confiança interpessoal apresenta-se como condição *sine qua non* para a formação do capital social. Ao mesmo tempo, é elemento importante para analisar uma comunidade cívica (PUTNAM, 2006). Este valor encontra-se ligado ao comportamento político, sendo um dos pré-requisitos da participação política. Quanto maiores os níveis de confiança, melhores as

condições de cooperação, eis que esta é garantia de que os indivíduos agirão de acordo com o previsto. Assim, suprimindo as expectativas depositadas neles; conseqüentemente, contribuindo para aprofundar essas relações. Trata-se da confiança social no cumprimento de regras; laços de reciprocidade embasados na esperança de que os indivíduos agirão de acordo com aquilo que foi acordado.

Os estoques de capital social e de confiança tendem a ser cumulativos. Ao mesmo tempo, eles se reforçam mutuamente, gerando círculos virtuosos de cooperação, reciprocidade e civismo, ambos responsáveis pela definição da comunidade cívica. Por esta razão se diz que o capital social é o único capital que cresce na medida em que é usado (ARAÚJO, 2003). Consoante aos laços de confiança, estes podem ser diretos ou indiretos, variando em qualidade e densidade (PUTNAM, 2006). As redes de confiança provêm de duas fontes conexas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Esta participação deve ter um caráter horizontal, vincula-se a um contrato moral e cria consciência a respeito do papel social a ser desempenhado por cada indivíduo dentro da comunidade. Como expressa o autor:

As regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social porque reduzem os incentivos a transgredir, diminuem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. A própria confiança é uma propriedade do sistema social, tanto quanto um atributo social. Os indivíduos podem ser confiantes (e não simplesmente crédulos) por causa das normas e dos sistemas em que se inserem seus atos (PUTNAM, 2006, p. 186).

Em *Making Democracy Work*, Putnam (1994) salienta a relação entre os níveis de confiança interpessoal e o associativismo presentes em uma comunidade, destacando os seus efeitos positivos sobre a participação cidadã e a estabilidade democrática. Para o autor “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo” (PUTNAM, 2006, p. 183). Segundo Putnam, as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, eis que geram efeitos positivos à nível interno, nos indivíduos, e externos, em toda a sociedade. No mesmo sentido, Inglehart (1988) sugere que comportamentos que estão de acordo com a ordem social, carregados de confiança interpessoal e que satisfazem as expectativas da vida política, são fundamentais para o desenvolvimento de regimes democráticos.

Os comportamentos de cooperação e o senso de responsabilidade promovem a implementação de empreendimentos coletivos e incentivam a participação política. A consciência do papel social de cada indivíduo na sua comunidade se dá mediante a sua aceitação do contrato de participação e do compromisso de igualdade política pactuado. O descumprimento destas regras gera penalidades e quem não as cumpre é excluído das redes de sociabilidade e cooperação. Nesses termos, “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 2006, p. 117). Além disso, “se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral” (PUTNAM, 2006, p. 185).

O desempenho institucional vincula-se à participação e à formação de uma comunidade cívica. Este constructo de relações horizontalizadas, recíprocas e solidárias eleva os níveis de confiança, permitindo à comunidade cívica superar mais facilmente seus problemas, evitando “oportunistas”. O civismo tem a ver com a igualdade e com o engajamento político. Putnam aposta no poder da mudança institucional para a remodelação da vida política, considerando, igualmente, as restrições históricas e sociais que afetam o âmbito institucional. A comunidade cívica caracteriza-se pela “presença de cidadãos atuantes imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (PUTNAM, 2006, pp. 30-31). Para o autor, “em uma comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos” (PUTNAM, 2006, p. 101). Esta participação implica que direitos e deveres sejam iguais para todos, eis que a comunidade cívica se mantém a partir do estabelecimento de relações horizontais, recíprocas e cooperativas entre seus participantes.

Associado a isso, vale mencionar outro aporte de Putnam (2006) no seu “Mapeamento de Viagem” para o estudo de Capital Social. Neste texto, referindo-se ao incremento das análises sobre instituições, na Ciência Política, ele faz alusão às correntes institucionalistas e questiona as divergências entre esse grupo. Nas palavras do autor: “Os novos institucionalistas divergem entre si com relação a muitos pontos, tanto teóricos quanto metodológicos. Mas estão de acordo em dois pontos fundamentais” (2006, p. 23), assim sintetizados: 1) as instituições moldam a política e; 2) as instituições são moldadas pela história. Prosseguindo nessa avaliação, ele elenca os dois tópicos com o intuito de contribuir

com evidências empíricas a respeito. Para tal, leva em conta as dinâmicas entre as instituições e os atores políticos, acrescentando um terceiro tópico no debate. Segundo ele:

Tomando as instituições como variável independente, investigamos empiricamente como a **mudança institucional** influencia a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos. Depois, tomando as instituições como variável dependente, examinamos como o **desempenho institucional** é condicionado pela história. Entre essas duas etapas, porém, incluímos uma terceira, que tem sido negligenciada nos estudos recentes sobre as instituições. O **desempenho prático** das instituições, segundo presumimos, é moldado pelo contexto social em que elas atuam (PUTNAM, 2006, p. 24, grifos da autora).

Para Putnam (2006), momentos históricos decisivos podem gerar consequências duradouras. Nesse âmbito, o processo de formação das instituições é muito importante e deve ser considerado. Assim, “o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (PUTNAM, 2006, p. 191). Logo, a comunidade cívica tem raízes históricas; as normas de participação cívica são construídas dentro de um processo coletivo. Isso implica em considerar o capital social como recurso potencial, materializado em redes de relações sociais e de confiança (interpessoal e institucional), que pode ser utilizado por uma comunidade, grupo ou organização. A geração deste recurso favorece a cooperação, o associativismo e a constituição de uma comunidade cívica, contribuindo para a construção de relações democráticas.

Outro aspecto destacado em Putnam, é o da possibilidade de transformar as dinâmicas sociais na produção de capital social. Para o autor as instituições podem agir sobre a sociedade transformando a cultura e desenvolvendo democracias. Assim, o desenvolvimento de uma cultura cívica permite a coexistência de grupos sociais com pontos de vistas diferentes, buscando a mediação e a cooperação entre os indivíduos na resolução dos problemas. Para além da possibilidade da obtenção de ganhos coletivos está a de serem estabelecidos vínculos de solidariedade entre indivíduos em função da partilha de um sentido de identificação comum. Segundo Jorge (2004), a atmosfera de inclusão e de cooperação construída favorece a emancipação dos indivíduos encorajando-os à participação política e, em decorrência, ao fortalecimento da cidadania. Também, procede o que Etzioni (2001) chama de sentido de “boa sociedade”, que contribui para aprofundar os vínculos interpessoais. Em suma, em torno do conceito de capital social três fatores aparecem inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Noutra direção, a leitura feminista assevera em diversas análises que boa parte das fontes endereçadas ao estudo do capital social se encontra focada nas atividades realizadas por homens, desconsiderando as relações de gênero aí presentes. Vivien Lowndes (2003) posiciona-se criticamente frente aos estudos de Putnam (2006) pelo fato deste não reconhecer as diferenças de gênero na geração do capital social. Para a autora, tais análises reproduzem a dicotomia público/privado, ignorando ou considerando pouco relevantes as atividades realizadas pelas mulheres fora do mundo masculino. A invisibilidade do sujeito feminino termina por negligenciar suas perspectivas e demandas, sendo desconsiderada a sua posição enquanto agente político e de mudança social. Seguem nesse caminho os debates feministas sobre capital social.

2.2 A contribuição feminista ao conceito de Capital Social

No contexto dos debates feministas, Vivien Lowndes (2000; 2003) está entre as autoras interessadas em analisar as implicações do uso do capital social para os estudos feministas e de gênero. Na elaboração dessas reflexões, um dos pressupostos da autora é o de que os padrões de sociabilidade, formais e informais, são construídos com base em relações de confiança e reciprocidade sem incluir as mulheres, pois o resultado dessas interações é a capitalização do engajamento político. Ocorre que mulheres e homens percorrem diferentes circuitos de capital social. Logo, capitalizam o seu engajamento político de formas distintas e, de modo geral, isso se dá a favor dos últimos. Do ponto de vista teórico, as dinâmicas de gênero nas relações políticas ainda se aproximam mais das análises micro do capital social, sem que seja ampliado o debate sobre como e em quais condições o capital social vincula-se a aspectos mais abrangentes com os das relações de poder (LOWNDES, 2003).

A omissão das mulheres nesse debate não afeta a relevância epistemológica e empírica do capital social para os estudos de gênero. No plano epistemológico, ele permite valorizar o papel das relações sociais, promovendo uma perspectiva abrangente do fenômeno político. Em termos empíricos, o conceito oportuniza centrar o interesse na intersecção entre a vida em comunidade, suas relações e desenvolvimento, e as esferas de atividade política formal (LOWNDES, 2000). Para tanto, deve-se situar o conceito em uma perspectiva sensível ao gênero, e nas suas relações com a cidadania e o empoderamento das mulheres. Como afiança Teresa Sacchet (2009, p. 311):

É importante [...] que estudos feministas discutam perspectivas do CS [Capital Social] buscando discernir seus vieses e destacar seus limites no que tange às análises das relações de gênero na sociedade e à ausência de crítica ou naturalização do posicionamento das mulheres no centro da vida comunitária e familiar. Faz-se necessário ainda considerar como se estabelece a produção e o consumo de capital social entre diferentes grupos sociais e quais as suas consequências.

Nessa direção, distintos estudos e pesquisa focam as manifestações coletivas das mulheres e o seu protagonismo, tanto na defesa da paz e da democracia como em embates contra as discriminações e as desigualdades sociais (PRÁ, 1999). Essa atenção também recai sobre a interlocução das mulheres com o Estado, da qual resultam respostas a situações ignoradas pelas estruturas sexistas das sociedades e que levam à institucionalização de muitas de suas demandas ao redor do mundo. Dessa forma, os esforços associativos (formais ou informais) e os seus resultados, reforçam a ideia de que a organização e a cooperação são capazes de fomentar a confiança recíproca, a solidariedade e o engajamento político (SACCHET, 2009). Embora os discursos do capital social sejam reticentes em reconhecer o impacto das organizações sociais como agentes da cidadania, é inegável o investimento feminista para construir alternativas nesse sentido. Portanto, esse capital se apresenta como aporte para desvendar os avanços e limites desses grupos e as respostas às suas reivindicações (PRÁ, 2005).

Outra conexão com o capital social pode ser feita a partir da noção de empoderamento. O seu uso como categoria de análise torna-se adequado para investigar a questão feminina, embora isso exija cautela. Conforme Magdalena de Leon (2001), uma das maiores contradições a respeito do uso do conceito de empoderamento se expressa no debate entre sua manifestação coletiva e/ou individual. O empoderamento pode ser visto como um processo de expressão individual (“fazer as coisas por si mesmas”) ou em um aspecto coletivo, integrando-se com os processos e as práticas da vida cotidiana. Na perspectiva coletiva, o empoderamento desenvolve-se a partir da construção de autoconfiança, autoestima, cooperação e solidariedade, elementos que, como visto na literatura pertinente, são a base da comunidade cívica. Para fins deste estudo, adota-se essa acepção coletiva do conceito, pois ela permite identificar as estruturas sociais do contexto sociopolítico e histórico na qual as comunidades estão inseridas.

No mesmo sentido, para Silvia Yannoulas (2002), o empoderamento envolve a troca de ideias, de experiências, o aumento de informações, cuja finalidade é a aquisição de habilidades, que podem ser usadas pelas mulheres para o exercício legítimo do poder. Parcela dessas habilidades resultam de um empenho coletivo construído pelo feminismo no plano

internacional em diferentes conferências mundiais, entre elas, eventos específicos sobre as mulheres e outros de temas gerais.

Para o tema tratado aqui, Rute Baquero (2012) traz importante contribuição a respeito do uso do conceito de empoderamento, embora não pela lente feminista. Para a autora, o conceito é constituído por duas dimensões: uma política e uma educativa. Desde sua popularização, na década de 1960, e com a eclosão dos novos movimentos sociais (libertação e contracultura), o conceito adquire mais notoriedade e usos diversos entre pesquisadoras/es. Seja em nível individual (variáveis comportamentais), organizacional (mobilização participativa de recursos e oportunidades de uma organização) ou comunitário (mudanças sociais e na estrutura sociopolítica) o empoderamento é um elemento que se vincula ao capital social na medida em que exerce influência nas relações sociais e na participação política.

O empoderamento comunitário, por exemplo, faz referência ao processo pelo qual os sujeitos em uma comunidade desenvolvem ações para atingir objetivos coletivos por meio do engajamento e da participação política (ALMEIDA; DIMENSTEIN; SEVERO, 2010). Este nível de empoderamento requer atividades de capacitação direcionadas a grupos menos favorecidos de maneira a permitir a articulação dos seus interesses de forma coletiva (BAQUERO, 2012). Nessa modalidade encontra-se a realização do chamado “trabalho de base”, responsável por processos de conscientização política autossustentável e de promoção das potencialidades dos indivíduos para a obtenção de direitos por meio de sua própria ação (GOHN, 2004).

Tanto para Gohn (2004) quanto para Edwards (1999) as ações dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, além de contribuírem com trabalhos de base e no incentivo à formação da consciência política, são fundamentais para a sobrevivência dos grupos marginalizados. Nesse âmbito, elas desempenham um papel proeminente na mobilização social e política destes indivíduos e, também, na mediação entre as estruturas de governo e estas populações.

Paulo Freire, por seu turno, trata da condição coletiva do empoderamento a partir de uma perspectiva de classe (FREIRE, 1987), dando ênfase ao processo educativo. Para o autor, o processo de empoderamento resulta da ação social, da criação coletiva e do pensamento crítico na interação com o grupo. A construção coletiva da capacidade pessoal possibilita a modificação das relações sociais de poder a partir da prática política. Conforme o autor, a conscientização não se dá por relações hierárquicas de poder, nem por imposição. Nesse

sentido, considera a conscientização fruto do conhecimento que emerge da dialética homem-mundo, ou seja, é um ato de ação-reflexão (práxis) que promove a transformação (FREIRE, 1987).

A partir da revisão da literatura sobre a noção de capital social, com o aporte de obras clássicas e dos estudos feministas, são destacados enfoques e conceitos que servem de referência para examinar a questão das mulheres do Curdistão. Conforme o revisado depreende-se que por meio da organização coletiva é possível combinar relações de confiança, engajamento cívico e empoderamento (individual e coletivo). Com esse pano de fundo, direciona-se a exposição à questão curda, iniciando por uma introdução, para situar a região do ponto de vista geográfico, em sua demografia e no tocante a disputas territoriais e a conflitos ideológicos. A partir daí, volta-se a atenção para a questão curda e o trajeto seguido pelo Movimento de libertação Nacional.

3 A QUESTÃO CURDA E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Como reitera a literatura pertinente, o povo curdo tem origem indo-europeia, descende dos Hurritas e está assentado na Mesopotâmia há mais de quatro mil anos. É um dos maiores povos sem Estado do mundo, totalizando aproximadamente 36 milhões⁴ de pessoas (Fondation-Institut kurde de Paris, 2017). A palavra *kurdi* (curdo) remete à Suméria e é utilizada para referir o chamado “povo da montanha” (ÖCALAN, 2008). A região do Curdistão comporta um conjunto linguístico, étnico e cultural, conformado majoritariamente por curdos. Essa região, palco da primeira revolução da humanidade, no período neolítico, responde pela sedentarização dos povos e a criação da agricultura. O seu território está localizado entre os rios Tigres e Eufrates, no Crescente Fértil, e entre as montanhas de Zagros e Taurus, totalizando, aproximadamente, 400.000 km² (ABDULLAH, 2012, p. 23). A Imagem 1 permite uma visão aproximada dessa disposição.

Imagem 1 -Mapa do Curdistão



Fonte: https://www.institutkurde.org/en/kurdorama/map_of_kurdistan.php

4 Em razão de o conflito curdo envolver pelo menos quatro países e em vários deles esse povo ter a identidade negada, não há como se definir o número exato dessa população. A literatura tende a estimá-la em 40 milhões, mas em alguns casos é indicado que ela pode variar de 30 até 55 milhões de pessoas.

A localização privilegiada do Curdistão em termos geográficos não traz vantagens às suas populações. Historicamente esse espaço físico esteve exposto a disputas de poder entre distintos impérios e civilizações. O interesse pela região tem a ver com a sua condição geopolítica e a abundância de recursos naturais. Em diversas ocasiões a população curda é dividida sob domínio dos impérios Persa, Helênico, Bizantino e Otomano. No decorrer do século XX seus territórios são incorporados aos Estados da Turquia, Síria, Irã e Iraque. Isso contribuiu para a fragmentação linguística e religiosa do povo curdo e a separação do Curdistão em quatro regiões: Başûrê (Curdistão iraquiano), Bakur (Curdistão turco), Rojava (Curdistão sírio) e Rojhilat (Curdistão iraniano). Para fins deste trabalho, consideram-se o contexto de Rojava, na Síria e Bakur, na Turquia e as especificidades da distribuição da população curda nesses territórios. Em relação à Bakur (Turquia), estima-se que seu território tenha cerca de 215 mil Km² e uma concentração populacional próxima aos 16 milhões de pessoas (20% do total do país). Em Rojava (Síria), o território é de 2.312 Km² e a sua população é estimada em três milhões de pessoas. Até o início da guerra civil (2011) os curdos concentram-se em Damasco (600.000 habitantes) e em Aleppo (500.000). A guerra civil motiva a sua busca por refúgio em Rojava, o que aumenta a sua população significativamente (KNAPP; FLACH; AYBOGA, 2016).

Do ponto de vista político, alguns pactos históricos estão na base dos conflitos que forjam a questão curda. Caso a incluir o Acordo de Sykes-Picot, entre França e Reino Unido, de 1916, que delimita as áreas de influência desses países no Oriente Médio. Esse documento formaliza a intervenção dessas potências nos conflitos locais e dá margem para que elas alterem as fronteiras da região de acordo com os seus interesses. Já o Tratado de Lausanne, de 1923, consolida o triunfo da revolução turca, liderada por Mustafá Kemal “Ataturk”, e garante a independência da Turquia. Em suma, pactos dessa natureza promovem a divisão do Curdistão e a marginalização de seu povo, o que repercute negativamente nessa sociedade e fomenta a insurreição de levantes populares.

Outros desdobramentos de tais conflitos decorrem da imposição de políticas de assimilação e negação cultural (ZEYDANLIOGLU, 2008). Exemplo disso é a proibição do uso do idioma curdo e de suas expressões na Constituição turca de 1924. Já a política de assimilação cultural, orientada pelo lema “uma nação, um povo e uma bandeira”, expressa a referência pejorativa do governo turco aos curdos ao denomina-los de “turcos da montanha”. Já no plano educacional, as escolas passam a alfabetizar as crianças somente em idioma turco. Aliado a isso é muito reduzida a oferta de ensino para esta população. De acordo com

McDowal (2007), das 4.875 escolas em funcionamento na Turquia, em 1925, somente 215 ficavam no território do Curdistão. Outro exemplo das políticas impostas aos curdos é a Lei de Reassentamento. A sua implementação, em 1934, força o remanejamento das comunidades curdas, evitando a concentração de populações no sudeste do território (Curdistão). Tais retaliações levam à organização de revoltas populares. As rebeliões ocorridas nesse contexto resultam em diversos genocídios, no Vale do Zilan, em 12 e 13 de julho de 1930; em Dersim, nos anos de 1937 e 1938; em Maraş, em 1978; e na campanha Anfal, promovida por Saddam Hussein no Iraque. Ações desse tipo marcam a história do povo curdo e contribuem para o agravamento da sua marginalização. O controle estatal é contundente sobre a população, valendo-se, inclusive, do empobrecimento das regiões curdas para isolar e dominar territórios, o que agrava a violência na região.

No caso das mulheres, a violência estatal, somada ao sexismo e a outras formas de opressão, acentua o problema da subordinação feminina. Contudo, conforme a parte do território curdo analisado (Irã, Iraque, Turquia ou Síria) o papel das mulheres tende a ser diferente. De qualquer forma, é inegável a capacidade de resistência e de luta das mulheres em defesa do povo curdo e da sua própria causa. Realidade notória apesar do caráter patriarcal da sociedade curda. Portanto, sobram exemplos da participação feminina nas guerrilhas, quando elas pegam em armas e lutam lado a lado com os homens ou quando elas o fazem autonomamente. Nesses cenários, gerações de mulheres jogam papéis decisivos na história do Curdistão e transmitem essa herança às jovens que seguem na luta pela libertação feminina e pela libertação nacional⁵.

3.1 A mobilização curda por independência e reconhecimento étnico

A efervescência dos debates de grupos de esquerda, da denominada “década dos democratas”, é abalada em razão do golpe militar ocorrido na Turquia em 27 de maio de 1960 (ECCARIUS-KELLY, 2010). O ano seguinte à implantação da ditadura e de uma nova Constituição, coincide com a retomada da atuação daqueles grupos e o surgimento de diversas organizações políticas (ÖZCAN, 2006; BOZARSIAN, 2001). Na ocasião, o Partido dos

⁵ Mulheres de diferentes gerações lutam por sua liberdade e a do seu povo, entre elas: Telli Xanim, na revolta de Seik Said (1925); Zerife Xanim, na rebelião de Dersim (1938), e Leyla Qasim, na luta contra o regime de Baas (1974), no Iraque. Esta e as duas primeiras assassinadas por seus adversários ao lado dos respectivos maridos.

Trabalhadores da Turquia (TIP) surge como agremiação reformista e atrai grande apoio popular, apesar de suas condutas moderadas e da crítica às atitudes combativas da extrema-esquerda. O ingresso de militantes curdos no partido permite a eles articular suas aspirações de reconhecimento étnico e materializá-las em publicação de cartilhas, livretos e materiais distribuídos nas regiões curdas da Turquia (Bakur). Nesse contexto, o idioma curdo continua proibido, bastando o uso das letras “x”, “q” e “w” (que não integram o alfabeto turco) para despertar a desconfiança do governo. Em decorrência, qualquer manifestação favorável ao reconhecimento dos curdos é passível de criminalização.

A busca por reconhecimento étnico leva os grupos curdos à organização de formações políticas independentes. As experiências do Vietnã e de Cuba inspiram a criação da juventude revolucionária Dev-Genç, em 1965 (JONGERDEN, 2007). O mesmo objetivo está na gênese da Federação da Juventude Revolucionária da Turquia (DDKO), cujo foco é o fim da discriminação social e política do povo curdo. A Federação, por ser a primeira organização a assumir, publicamente, a defesa da autodeterminação desse povo é obrigada a agir na clandestinidade (YANAROCAK, 2009). Ao lado disso, os questionamentos às políticas de assimilação e negação cultural, instituídas pelo modelo nacionalista de Estado, antes mencionado, impulsionam a ação política de outras entidades, entre elas, a Confederação de Sindicatos Revolucionários da Turquia (DiSK) e o Exército Popular de Libertação da Turquia (THKO). A mesma defesa leva seus ativistas às cortes judiciais daquele país⁶. Acontecimentos dessa natureza repercutem nas comunidades, promovendo protestos contra o governo.

Em meio aos conflitos é deflagrado um novo período ditatorial, também organizado por militares turcos. Com o golpe de 1971 é proibido o funcionamento de diversas organizações políticas, entre elas o Partido dos Trabalhadores da Turquia (TIP). Isso obriga muitos militantes de esquerda a exilar-se. O exílio os aproxima de organizações afins no exterior, tais como: o movimento palestino “Setembro Negro”, o italiano “Brigate Rosse” e o alemão “Baader-Meinhof”. Outro resultado do recrudescimento da ditadura militar é a extinção da Federação da Juventude Revolucionária da Turquia (DDKO). Fica, no entanto, o seu legado e o aprendizado construído em um ambiente onde circularam figuras que, em futuro próximo, sustentam a luta pela libertação nacional. Caso a incluir a criação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), em 1978, e a atividade política de suas lideranças, entre elas Abdullah Öcalan (JONG, 2015).

⁶ Os ativistas processados foram: Musa Ater, Tarik Ziya Ekinci, Sait Elci e Necmettin Büyükkaya.

A circulação de integrantes dos quadros da militância curda, por diversas partes do mundo, impulsiona novas estratégias de atuação militar e política à nível transnacional. O estabelecimento de bases para treinamento militar no Vale do Bekka (Líbano) e ao norte da Síria aproximam os militantes curdos da população local (ROMANO, 2006). Vale citar aqui o entendimento de Van Bruinessen (2000) sobre a “experiência de migração” do povo curdo. Para o autor, ter experienciado a migração como forma de sobrevivência e, ao mesmo tempo, sentir-se estrangeiro em seu próprio território, favorece a tomada de consciência sobre a importância da curdidade (autodefinição) e da luta política em prol do seu reconhecimento.

Nesse contexto, parte das ações desenvolvidas pelos grupos revolucionários são movidas por ser descontentamento em relação às perseguições políticas, à prisão de Deniz Gezmiş e ao massacre de Kızıldereli⁷ (CANSIZ, 1917). Sob a influência desses acontecimentos, Öcalan organiza um protesto na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Ancara contra o assassinato do integrante de um partido político curdo pelo Estado turco (PAZMIÑO. 2017). Por conta disso, é preso e conduzido à cadeia em Mamak (Turquia), onde permanece encarcerado de abril a outubro de 1972. Ocasão em que se aproxima de presos políticos de outras organizações. O convívio com esses presos e a troca de experiências entre eles é apontada na literatura como importante fomento para sustentar a oposição nacionalista curda.

Outro momento dessa articulação ocorre a partir de 1973, logo após Abdullah Öcalan ser libertado da prisão de Mamak. No ano seguinte, tem início a sua participação na União de Educação Superior em Ancara (AYÖD). Na oportunidade, as reuniões do grupo suscitam o diálogo a respeito da criação de espaços centrados na questão curda e orientados pelo marxismo-leninismo (WHITE, 2015). Já em 1975, Öcalan é eleito presidente da organização e tem de deixar o cargo com o fechamento da organização pelas forças Turcas (ÖCALAN, 2014). Ainda assim, restava a ideia inspirada “pela ascensão dos movimentos de descolonização no mundo todo” (ÖCALAN, 2012, p. 07), demandando um olhar voltado diretamente à causa curda. Diante disso, como expressa Öcalan, “tentamos encontrar nosso próprio caminho de acordo com as especificidades da situação da nossa pátria” (Idem).

7 O massacre de Kızıldereli representa a repressão vivida pelos curdos na década de 1970. O Exército Popular de Libertação da Turquia (THKO), liderado por Deniz Gezmiş, tido como um dos maiores terroristas da Turquia, se envolve no sequestro de dois técnicos de radar canadenses e um britânico, como forma de barganha pela libertação de Deniz. O sequestro culmina com o assassinato de dez jovens, além da sentença de morte e da execução de Deniz, em 06 de maio de 1972 (CANSIZ, 2017).

Como antes mencionado, as políticas estatais de exclusão cultural e de negação da identidade curda, somadas ao preconceito étnico em relação a essa sociedade, são uma constante e estão na base da articulação do Movimento de Libertação Nacional. Assim, o resgate identitário e o processo de auto-identificação, construído por meio da valorização da curdidade, tornam-se móvel para a organização política na sociedade curda. As manifestações de então dão suporte à materialização de um movimento de resgate da identidade curda, a chamada curdidade, em oposição à influência colonizadora das políticas de assimilação cultural promovidas pelo Estado Turco desde a sua independência. Sakine Cansiz descreve esse momento nos seguintes termos:

Éramos cada vez mais [engajados]. Gerou-se uma consciência sobre a identidade e origem curda. Os conceitos como terra, nação e povo foram questionados segundo os critérios revolucionários... o grupo que era inicialmente muito pequeno e original, objeto de piadas, daria a primeira resposta com suas pretensões revolucionárias de alto nível. Qualquer um que sentisse a particularidade do grupo não poderia resistir a sua influência (CANSIZ, 2017, p. 130).

Deriva daí o processo de construção ideológica empreendido por Öcalan. Caso a incluir a constituição de grupos estruturados em torno da questão curda, como o dos Revolucionários do Curdistão (SK); grupo também conhecido como *Apocular* ou dos seguidores de Apo⁸. Os integrantes dessa estrutura, inspirados na ideia de que o Curdistão é uma colônia dividida e explorada pelos Estados da Turquia, Síria, Irã e Iraque, dedicam-se à formação política de seus militantes. Para tal, instalam academias improvisadas nos arredores de Ancara e permanecem aí no período de 1973 a 1975. Nos dois anos seguintes saem de Ancara e iniciam a inserção social e política do seu grupo na região curda (JONG, 2015; PAZMIÑO. 2017). Chega-se, assim, ao momento de criação do PKK.

A fundação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão resulta da articulação política desenvolvida entre a esquerda turca. Em seu congresso fundacional, realizado entre 26 e 27 de novembro de 1978, estavam presentes 22 ativistas, entre eles figuras conhecidas⁹ como Abdullah Öcalan, líder incontestado do PKK, e Sakine Cansiz, figura central no partido e peça chave para a organização política das mulheres. Nesse momento, a estrutura partidária segue o modelo clássico de partido comunista, de inspiração maoísta. Essa estrutura comporta três

8 Clã do Apo. Em curdo Apo é o diminutivo do nome Abdullah, em referência ao grupo de jovens que se aproximava de Abdullah Öcalan e formava o grupo de militantes pela libertação do Curdistão. A figura de Öcalan é de grande importância até hoje, sendo a maior liderança do Movimento de Libertação Nacional. Em virtude do objetivo deste trabalho não são analisados as causas e os efeitos dessa liderança, embora seja essencial reconhecer o seu protagonismo.

9 Entre os demais fundadores do partido, encontram-se Mehmet Hayri Durmuş, Mazlum Doğan, Duran Kalkan, Ali Haydar Kaytan, Haki Karer, Resul Altınok, Şahin Dönmez, Ali Gündüz, Camil Bayik.

níveis hierárquicos: 1) Presidente e Conselho Presidencial; 2) Comitê Central; e, 3) Conselho Disciplinar Central. No âmbito das províncias, a sua composição divide-se em Comitês Regionais, Comitês Locais e Células. Tal modelo é a base para os objetivos iniciais do partido de construir um Estado curdo independente, mas que logo adota táticas de guerrilha contra as políticas de aniquilamento da identidade curda adotadas pelo Estado turco. Nas palavras de Öcalan:

O PKK pode ser descrito como um movimento político prático. Ele define seus objetivos analisando as características do capitalismo (moldadas no século XX) assim como a atual situação do Curdistão e, em seguida, age de acordo com os parâmetros dessas análises. [...] O PKK é a mistura de uma estrutura socialista incompleta e uma identidade incompleta, clássica do Oriente Médio. (ÖCALAN, 2011)¹⁰.

Durante os primeiros anos de funcionamento do partido, Öcalan não consegue agrupar uma quantidade expressiva de seguidores sob o seu comando. Não obstante, o golpe militar de Kenan Evren (1980), na Turquia, e a dura repressão política desse governo (1980-1989), servem de impulso para o PKK fomentar as operações de luta armada e se transformar em um “movimento de massa” (PAREDES, 2017, p.91). As péssimas condições de vida do povo curdo, agravadas pelo empobrecimento de seus locais de moradia e pela negação identitária, levam o partido à radicalização no combate ao governo e aos grupos que se opunham à sua atuação. Mehmet Can Yüce, membro do Comitê Central do PKK, avalia essa situação com base na realidade do povo curdo nos seguintes termos:

És uma nação colonizada e lutas pelos teus direitos. Podes publicar em revistas e criar associações e aceder ao parlamento; ou seja, podes operar dentro dos limites determinados pelo Estado, mas o problema é que o Estado declara ilegal o uso da palavra “curdo” e, por tanto, não te deixará falar sobre um lugar chamado Curdistão. Pronunciar estas palavras é crime, é separatismo, motivo mais do que suficiente para te prender, te torturar e te colocar na prisão por anos. Então, o que mantém essa nação reprimida? A força. O exército, a polícia militar, as contraguerrilhas, a extrema direita do Partido da Ação Nacionalista. Em um país como este, em que a máquina repressiva está organizada e afiançada, só tens uma via que é a do uso da força para responder com a força (BELLAIGUE, 2009, *apud* JONG, 2015, p.9).

Como pôde ser visto, para os militantes da causa curda a atuação política nos limites do Estado não é suficiente para transformar a realidade de seu povo. Conscientes do domínio colonial sob o Curdistão, as reuniões secretas dos estudantes na Universidade de Ancara movem a sua aspiração de libertar a região. Por esse caminho e com base nos princípios do

10 The PKK can be described as a political, practical movement. It views its tasks as analyzing the characteristics of capitalism (which shaped the twentieth century) as well as the actual situation in Kurdistan and then to act according to the dictates of these analyzes. [...]. The PKK is a mixture of an incomplete modern socialist structure and an incomplete classic Middle Eastern identity.

marxismo-leninista, os estudantes trazem à tona teses clássicas sobre a questão nacional, o colonialismo e o direito à autodeterminação dos povos (CANSIZ, 2017). A troca de experiências entre eles é parte da sua conscientização sobre a urgência de resgatar a identidade curda, combater as causas da marginalização desta comunidade, buscar a independência do Curdistão e garantir a autonomia do seu povo. Isso se materializa na fundação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), em 1978, cujos princípios evoluem desde a perspectiva marxista leninista até a do Confederalismo Democrático. Sem a intenção de detalhar esse ponto, vale ressaltar as implicações da existência dessa organização para o êxito da trajetória do movimento de mulheres curdas, como visto na sequência do trabalho.

Em síntese, pode-se argumentar que o conjunto de ações relacionadas à articulação estudantil, a militância no exílio e a organização política, em território hostil (Turquia), encontram correspondência nas avaliações de capital social revisadas no segundo capítulo desta dissertação. Em poucas palavras, pode-se lembrar aqui da presença de alguns elementos desse capital, constituído com base na cooperação e em laços de confiança, entre estudantes e militantes, em ambos os casos gerados na clandestinidade. Recursos estes revertidos na criação de organizações direcionadas à luta política e à sociedade como um todo (PUTNAM, 2006). Dito de outro modo, são recursos revertidos em benefício do povo curdo.

O próximo capítulo é dedicado ao exame da trajetória do Movimento de Mulheres do Curdistão. O propósito desta abordagem é cotejar o projeto de emancipação feminina ao projeto de libertação nacional da região. Isso requer situar essa trajetória no contexto de formação do PKK, pelo seu significado na constituição da autonomia feminina no âmbito das organizações sociais, políticas e militares. Ao que se soma, a radicalização da sua luta contra o patriarcado em cenário favoráveis a elas em termos políticos (Confederalismo Democrático) e teóricos (Jineologî).

4 O MOVIMENTO DE MULHERES DO CURDISTÃO

As mobilizações das mulheres do Curdistão, aproximam-se, historicamente, do projeto político das lutas de libertação nacional (BERGIKHANI; HAMELINK; WEISS, 2018) e levam à construção da trajetória do seu movimento. Essa aproximação gera desdobramentos distintos. Um deles, demarcado pelo projeto de unificação e independência do Curdistão; o outro, delimitado pela busca de autonomia democrática e pela luta contra o patriarcado. Decorre daí o questionamento do sistema patriarcal e das especificidades do lugar social ocupado pelas mulheres curdas no projeto de libertação nacional. Isso incentiva a construção de espaços exclusivos para a articulação das mulheres e a necessidade de ressignificar o seu papel social, a partir da crítica ao caráter sexista do militarismo (ENLOE, 2014; YUVAL-DAVIS, 1997).

A apresentação desse cenário é oportuna quando se tem em vista a trajetória do movimento de mulheres curdas e a sua participação no Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), no tocante à organização política e militar dessa agremiação partidária e à transformação de seus paradigmas políticos e ideológicos. Dessa perspectiva, a análise se dá a partir da teoria do ponto de vista das mulheres, por meio da qual se busca contemplar as seguintes questões: A identidade do PKK é modificada desde a inclusão das mulheres em seus quadros? Se sim, de que modo o movimento de mulheres influencia as práticas políticas do partido?

4.1 O ponto de vista das mulheres e o PKK

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), como visto antes, é fruto de um projeto de organização política, esboçado ainda na década de 1960, e com um papel decisivo na mobilização política da sociedade curda. Personalidades como Abdullah Öcalan e Sakine Cansiz¹¹ tornam-se exemplares nesse processo por sua capacidade de articular militantes e redes de apoio para o movimento. Nesse particular, um dos diferenciais do PKK, para Marin van Bruinessen (2000), está na origem de seus militantes, quase todos provenientes de classes populares. Esse fato não é de menor relevância, pois tal condição facilita o trabalho de base

¹¹ Sakine, co-fundadora do PKK, é assassinada em Paris, na Oficina de Informação do Curdistão, em 9 de janeiro de 2013, junto com Fidan Doğan, representante do Congresso Nacional do Curdistão (KNK) na França e Leyla Şaylemez, membro do movimento juvenil curdo.

do partido em comunidades locais.

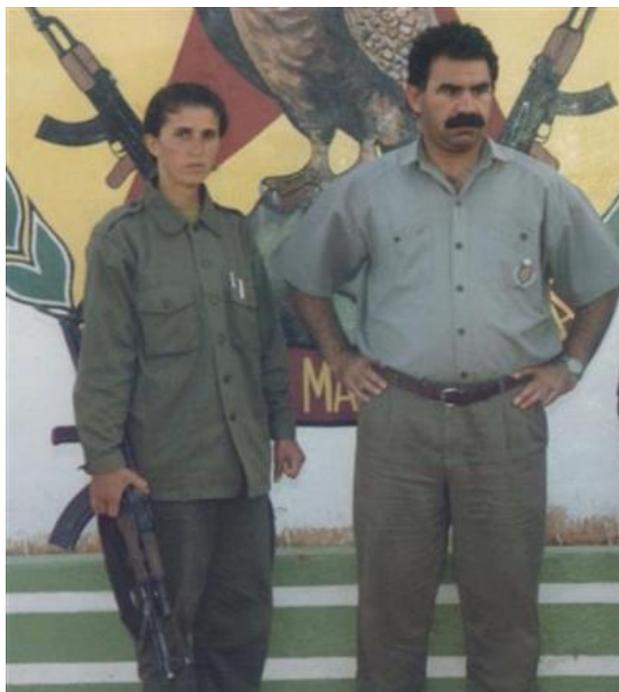
O clima de insegurança nas comunidades, provocado pelo embate contra as elites tribais curdas, é outra forma de aproximar os militantes do partido às demandas locais. Bruinessen (1992) destaca que o trabalho de base realizado a partir do antagonismo de classes constitui o discurso do partido, expondo para essas bases que enquanto os partidos que disputam espaços na arena eleitoral vinculam-se com as elites tribais, o PKK apresenta-se como partido revolucionário e que está do lado do povo, trabalhando pelas populações marginalizadas e que sofrem a repressão do estado.

Quanto à participação de mulheres, a sua trajetória no partido é fruto de um intenso trabalho de base. Para constar, no congresso de fundação do PKK apenas duas mulheres estavam presentes: Sakine Cansiz e Kesire Yildirim (Fatma), esposa de Öcalan. Cansiz (2017) relata em sua biografia, o descontentamento que teve no momento com o desinteresse dos companheiros pela participação das mulheres e atribui esse fato ao sexismo que as exclui do âmbito público. A crítica a esse desinteresse perpassa suas falas sobre aquele período. Como forma de enfrentar essa situação, Cansiz reivindica espaços no partido para a preparação política das mulheres e assume a responsabilidade de continuar esse trabalho em fábricas e sindicatos, fomentando a formação política e o debate ideológico (CANSIZ, 2017). Como militante curda, Cansiz já realizava atividades dessa natureza em cidades como: Amed, Dersim, Elaziğ e Bingöl, orientada pela ideia de que “a conquista de um Curdistão unificado e independente abrirá as portas para a libertação das mulheres”.

Sakine Cansiz (Sara, seu nome de guerra), nasce em 1958 na província de Tunceli em família curda alevita, e é referência para o movimento de mulheres no norte do Curdistão. Após ter fugido de casa para tornar-se, em suas palavras, “uma revolucionária pelo Curdistão” (CANSIZ, 2017), Sakine enfrenta as diversas faces do patriarcado. Ainda adolescente, foge de casa para poder participar politicamente; casa com um companheiro de partido para continuar seu trabalho militante; na sequência é acusada de terrorismo e presa. Ademais, enfrenta a violência estatal em torturas sofridas na prisão e desafia o Estado ao falar o idioma curdo durante o seu julgamento na Corte de Justiça turca. Descrita por companheiras como “o espírito da resistência na prisão de Diyarbakir”. Sakine Cansiz é considerada a melhor representante da “ética e da estética” militante. A sua capacidade de questionar os estereótipos de gênero e despatriarcalizar a sua vida reflete-se em seu trabalho diário, quando incentiva outras mulheres a questionarem os seus papéis sociais (CANSIZ, 2017). A Imagem 2, retrata

Sakine Cansiz com seu uniforme militar ao lado de Abdullah Öcalan.

Imagem 2 - Sakine Cansiz, Abdullah Öcalan



Fonte: ANF (Ajansa Nûçeyan a Firatê).

O senso crítico de Sakine e o seu trabalho militante para a promoção das mulheres e da identidade curda a tornam alvo da repressão do governo turco. Tanto assim, que durante a realização de trabalho de base na província de Elazig, em 1979, ela foi detida por forças estatais, presa e condenada a 24 anos de prisão. Por 12 anos ficou na prisão da cidade de Diyarbakir – “Amed” para os curdos e capital do Curdistão – localizada em região estratégica para o Movimento de Libertação Nacional. Logo após ela ser encarcerada inicia-se o período mais brutal na história da Turquia; fruto do golpe militar, deflagrado em 12 de novembro de 1980, antes mencionado. Nesse ínterim, acentuam-se os maus tratos na prisão onde ela está. Para dar uma ideia, entre anos de 1981 e 1989, pelo menos 34 presos políticos morreram devido à violência das torturas.

Em espaços de extrema violência e repressão, mulheres como Sakine buscam resistir por meio da organização e da formação de redes de solidariedade. Sobre este momento, a entrevistada Melike Yasar comenta que tais ações inspiram centenas de outras mulheres para além dos muros da prisão, contribuindo para fomentar a sua organização. No caso da prisão, o controle dos corpos através da violência física é comparado à invasão e domínio territorial do poder colonial. Para estas mulheres, a violência estatal no controle do território curdo é

reverberada em seus corpos por meio das torturas e dos estupros; por isso opor-se à violência impingida nos presídios é uma forma de resistir ao domínio colonizador estatal (SEGATO, 2003).

A misoginia presente em práticas de tortura, tais como mutilações genitais e violências de cunho sexual, tanto em homens (com o fim de “afeminá-los”) quanto em mulheres, marcam o período citado. Tais ocorrências, por seu turno, servem para ampliar ainda mais os debates a respeito das manifestações patriarcais contidas nas práticas estatais. Feministas latino-americanas dedicadas aos estudos coloniais, como Rita Segato (2003) e Julieta Paredes (2013), reportam a situação das mulheres indígenas e situam a violência física sofrida por elas como parte de um sistema colonial mais amplo, que relaciona os corpos aos territórios. Nas prisões de Diyarbakir não é diferente. Destarte, as violências também reverberam mensagens de coragem e luta. No caso curdo, isso serve à guerrilha para angariar adeptos.

Representantes do movimento de mulheres, entrevistadas para esta pesquisa, verbalizam que a violência nas prisões é uma das justificativas para a radicalização do PKK e o fomento à luta armada. Nülifer Koc e Meral Çiçek lembram que este momento marca a trajetória do movimento de mulheres e aporta valiosas contribuições para a compreensão das dinâmicas relativas a este movimento eis que, é a partir da resistência na prisão que elas passam a avançar em direção à formação de organizações independentes. No documentário *Kurdistan: Girls at War* este processo é retratado com imagens da organização das mulheres no cárcere.

A resistência nas prisões e o aumento do número de mulheres no conflito armado aguça a autopercepção das mulheres sobre os processos históricos do povo curdo e das suas experiências de luta. O resgate dessa realidade evidencia o problema do colonialismo e, também, do sexismo sofrido por elas, o que as leva a dar especial atenção à luta armada. Estes conceitos ganham importância na construção e organização dos diferentes grupos, destacando o caráter anticolonial destas organizações. Sara Akan, representante da União das Mulheres Patrióticas pelo Curdistão (YJWK)¹², refere-se à imposição da família patriarcal pelo poder estatal como instrumento colonizador. Segundo ela:

A colonização para nós também significa a colonização institucionalizada da família em nosso país ou, alternativamente, o fato de estarmos confinadas nos limites estruturais do domínio da família. Nessa estrutura é a mulher que tem sido a mais

12 Criada em Hannover a *Yekitiya Jinen Welaparezen Kurdistan* (YJWK) propunha organizar politicamente às mulheres exiladas e, ao mesmo tempo, contribuir para articular a resistência nas quatro partes do Curdistão.

escravizada, também é a mulher quem mais precisa de liberdade. (AKAN, 1992)¹³.

A partir de debates dessa natureza, Abdullah Öcalan escreve, em 1987, *A mulher e o problema da família no Curdistão*, enfocando a situação da mulher na sociedade curda. Ainda alinhado à perspectiva marxista-leninista, segundo a qual a revolução socialista criaria um novo *status* social para a mulher, Öcalan reconhece a dominação masculina presente nas estruturas da sociedade, mas a relega a um efeito das relações de classe. Com o tempo e por influência das demandas do movimento de mulheres suas percepções sobre o sistema patriarcal são modificadas. A família patriarcal passa a ser duramente criticada nos escritos de Öcalan (2018) e pelo movimento de mulheres curdas. Na percepção das integrantes desse movimento, a família desempenha um papel fundamental na manutenção das estruturas de dominação das mulheres, sendo o pequeno reino do patriarca. Nesse sentido, o trabalho de Carole Pateman (1993) dialoga diretamente com a reflexão proposta pelo Movimento de Mulheres do Curdistão. O contrato social-sexual legitima e naturaliza a violência e submissão das mulheres em contextos onde a dominação masculina pauta relações de poder e a hierarquia entre os gêneros.

Voltando à participação das mulheres nas estruturas do partido, pode-se dizer que esta ganha novo fôlego a partir das ações militares desencadeadas por elas em momentos decisivos dos conflitos armados. Aliado a isso, destaca-se a criação das Forças para a Libertação do Curdistão (HRK), em 1984, e a sua transformação em Exército de Libertação Popular do Curdistão (ARGK), dois anos mais tarde. Nesse caso, o surgimento de grupos de mulheres voltados ao campo militar do PKK, torna-se fundamental para a sobrevivência das organizações curdas, pois elas passam a ser o braço armado que garante a ação política e o trabalho de base nas comunidades. Merece a atenção aqui o fato de que as primeiras ações do partido objetivavam atingir o monopólio de poder das elites locais (*agas*); chefes das elites tribais curdas que pactuam com o Estado turco e barganham poder estatal em troca de manter essas populações sob controle (SAEED, 2014).

Com a formação das primeiras unidades de guerrilha rapidamente muitas jovens juntam-se às frentes de combate. Tal adesão tem como cenário a intensificação dos conflitos na Turquia, a repressão política e práticas discriminatórias, que impactam, sobretudo, a vida

13 Colonization for us also come to mean the institutionalized colonization of the family in our country or alternatively, the state of being kept confined within the structural boundaries of the family's domain. Within this structure, because it is the woman who has been the most enslaved, so it is the woman who was the greatest need for freedom.

das mulheres curdas. Nessas circunstâncias, integrar o PKK significa extrapolar os espaços da sociabilidade feminina (domésticos) e chegar à militância política dos espaços partidários. Por conseguinte:

O engajamento político das mulheres e sua participação no exército de guerrilha se desenvolveram paralelamente. Para essas mulheres, presas numa sociedade autoritária, onde a opressão armada é a regra, pegar em armas representa um passo essencial para a autodefesa e transformação da sociedade. Mas isso não se limita a defender-se contra as forças do Estado e ganhar uma batalha militar. Significa um caminho através do qual é possível mudar a posição da mulher na sociedade, incluindo o próprio movimento de libertação curdo (MIRANDA, 2016, p.13).

E mais, como diz Sarah Miranda, com base na ideia do “despertar da consciência” abordada por Westrheim (2008): “O *despertar da consciência* sobre a opressão do sistema patriarcal é a espinha dorsal do movimento de mulheres curdas, das montanhas à diáspora” (MIRANDA, 2016, p. 12-13, grifo da autora). Por esse caminho, a autora entende imperativo analisar o movimento “em sua dimensão transnacional”. Nesse sentido, pondera que se deve ter em conta a existência de uma rede unificada de ação cooperativa e de seu *modus operandi* para compreender o “papel desenvolvido pelas mulheres na diáspora e como elas contribuem para fortalecer o princípio de igualdade de gênero dentro da sociedade curda e na sociedade em geral” (Idem, p.12). Tendo isso em vista, direciona-se a atenção para alguns aspectos da organização das mulheres no espaço transnacional.

A diáspora curda tem como contraponto a repressão e a instabilidade política na região, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, quando milhares de famílias buscam refúgio no exterior, particularmente na Europa. Içduygu, Romano e Sirkeci (1999) destacam que mais de 35 mil pessoas foram presas ou mortas nesse período, enquanto cerca de três mil vilas foram evacuadas com a implementação das políticas de deslocamentos forçados das comunidades curdas. Para os autores, no espaço de vinte anos mais de três milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar a região curda.

O alto número de migrantes que conformam a diáspora leva à instituição da Frente de Libertação Nacional do Curdistão (ERNK), em 1985, para organizar a base popular curda refugiada na Europa. No mesmo contexto nasce a União das Mulheres Patrióticas pelo Curdistão (YJWK), na Alemanha (1987). A implantação dessa entidade, endereçada a contestar os papéis de gênero nas organizações política, é um passo a mais para a articulação de um movimento de mulheres amplo e fortalecido. Com mais de uma década de trabalho de base, realizado nesse período por meio do PKK, em pouco tempo a entidade vincula-se a movimentos que interligam militantes na Europa e no Oriente Médio. O aspecto de maior

relevância dessa organização é o fato de o seu trabalho ultrapassar as fronteiras da Turquia. Nesse sentido, poucos depois da sua criação ela passa a atuar de maneira transnacional no Curdistão sírio e junto às comunidades curdas refugiadas na Europa. Ações dessa natureza potencializam a integração das/os migrantes e atuam cooperativamente (MIRANDA, 2016), o que possibilita a criação de laços de confiança e solidariedade entre esses grupos. Isso também contribui para o entendimento dos efeitos dos processos migratórios sobre a população curda desde o ponto de vista dessas mulheres.

Ao mesmo tempo, imigrantes que buscam refúgio na Europa são de fundamental importância para financiar as ações militares do PKK e das organizações curdas no Oriente Médio (HALLIDAY, 2005, p. 254). A violenta repressão estatal às organizações curdas na Turquia fomenta o crescimento dos financiamentos. Embora a questão do subsídio financeiro seja assunto polêmico, ela também é repleta de imprecisões devido à falta de dados e à dificuldade de acessar informações a respeito. Ainda assim, alguns autores estimam que em 1993 o PKK recebeu algo próximo aos 2.5 milhões de libras esterlinas ao ano; quantia vinda apenas dos imigrantes na Grã-Bretanha. Estima-se que hoje as quantias sejam maiores. O rastreamento desses valores, por parte de países como Bélgica e Alemanha, registra quantias superiores a 40 milhões de Euros ao ano (OZDEMIR; PEKGOZLU, 2012; ROTH; SEVER, 2007).

A diáspora curda, como dito antes, é potencializada por conta das políticas repressivas do Estado turco e pelo agravamento das desigualdades sociais no território curdo, o que dificulta sobremaneira a vida das pessoas que permanecem em seus vilarejos. Exemplo dessa repressão são as queimadas de cultivos e a realocação de famílias em diferentes partes do território turco. Segundo Imset (1993), em 1992 foram evacuadas e queimadas 294 vilas pelas forças turcas. Grandes queimadas são realizadas com o objetivo de destruir cultivos e dificultar a sobrevivência da guerrilha e de seus apoiadores. Em relação à marginalização das comunidades curdas, İçduygu, Romano e Sirkeci (1999) lembram que 61% dos homens e 38% das mulheres concluem a educação básica. A baixa escolaridade contribui para o agravamento da pobreza e o isolamento destas comunidades. Sem frequentar a escola e sem a alfabetização em turco muitas famílias fecham-se em suas comunidades e enfrentam dificuldades para acessar os serviços estatais, tanto por medo da repressão como pela dificuldade de comunicação.

Famílias que migram internamente ou para o exterior, de forma forçada ou voluntária,

encontram as barreiras da cultura e do idioma, o que agudizava a sua vulnerabilidade e impacta diretamente a vida das mulheres. As regiões mais empobrecidas do Curdistão enfrentam sérios problemas com a ocorrência de crimes de honra, casamentos forçados e mutilações genitais. Tal situação é alvo de diversas campanhas nas comunidades curdas, tanto no Curdistão quanto na Europa, voltadas a inibir a prática dessas violências. Aliado a isso, a luta do Movimento de Libertação Nacional contra as elites tribais, soma-se ao trabalho das militantes no enfrentamento da violência dos homens contra as mulheres da comunidade (BEGIKHANI, HAMELINK; WEISS, 2018).

Nesses cenários, de isolamento e vulnerabilidade, o PKK investe na realização de trabalho de base nas comunidades rurais. Tal investimento permite a aproximação das mulheres da comunidade, que recebem a visita das militantes do partido enquanto se ocupam dos afazeres domésticos. Este contato favorece a formação de redes de confiança e apoio. O estabelecimento de relações de reciprocidade entre a guerrilha e as comunidades curdas nos vilarejos torna a cooperação uma necessidade crescente. Ao mesmo tempo, a guerrilha busca nas comunidades rurais o apoio para a sua atuação e sustento dos militantes. Já as famílias que dependem da agricultura de subsistência buscam na guerrilha a proteção necessária para evitar os ataques do exército turco aos produtos do seu trabalho. A troca de experiências e o trabalho de base aproximam o partido dessas famílias, permitindo a intervenção das militantes em casos de violência doméstica, casamentos forçados ou em outras questões relativas à vida das mulheres. Em relação ao movimento de mulheres curdas, o fato dele nascer e se desenvolver dentro da luta armada, as experiências de guerra, genocídio e violência atravessam o entendimento destas mulheres a respeito das questões de gênero (BERGIKHANI; HAMELINK; WEISS, 2018).

4.2 As mulheres e as lutas pela liberdade

A participação das mulheres na guerrilha e nas estruturas orgânicas do partido repercute de diversas formas na sociedade. Ao questionar os estereótipos de gênero e enfrentar as estruturas do patriarcado, a sua mobilização adquire prestígio junto às comunidades locais. Em decorrência, fortalecem-se a solidariedade e os laços de confiança entre elas. E isso é o contraponto à estrutura social tribal-feudal que as submete à autoridade patriarcal. Casamentos arranjados para menores de idade (meninas), baixíssimos índices de alfabetização e a certeza de viver limitada ao espaço doméstico, cuidando de casa, marido e

filhos, inquieta as jovens e as faz repensar o seu lugar no mundo. Tais experiências e o fato de que as guerrilheiras pertencentes a este contexto facilitam a criação de uma agenda mais próxima da realidade social da região. Agenda essa estruturada a partir da necessidade de estímulo à cidadania e a criação de alternativas políticas autônomas para enfrentar os problemas no decorrer do aprofundamento da questão curda. Dessa forma, o engajamento político construído por meio da militarização marca a ideologia do movimento em todas as suas fases. Ao lado disso, a violência estatal que nega e reprime a identidade cultural curda as encoraja ao engajamento político. Assim, a formação de associações, de cooperativas ou de quaisquer organizações políticas que tratem de questões relativas à curdicidade torna-se alvo imediato da perseguição do poder estatal, tornando a resistência armada condição indispensável para a existência destas organizações.

O papel da guerrilha, contudo, não é apenas o de ser um braço armado do partido, mas é nas montanhas de Qandil que se constrói uma nova forma de sociedade, inspirada no comunalismo primitivo (*Kom*) e na sinergia com a natureza. Isto se deve ao resgate das tradições do povo curdo, eis que no passado essas comunidades estruturavam-se em torno de comunidades tribais confederadas. As decisões políticas eram tomadas coletivamente por meio da convocação de assembleias e conselhos locais. Estas assembleias eram organizadas de forma voluntária e lideradas pelas matriarcas da comunidade.

O *Kom*, para os curdos, não diz respeito apenas a um modelo de organização social e política, mas é, também, o resgate da ancestralidade e o rompimento com as relações de poder colonial. Öcalan (2013) lembra que a guerrilha promove um estilo de vida próximo ao tribalismo curdo. Ao valorizar o *Kom* e promover um modelo de organização social comunal e ecológico centrado na valorização da mulher, como no período neolítico, são buscadas alternativas para romper com o sistema patriarcal-capitalista hegemônico. Por essa razão as organizações curdas passam a chamar-se “*Koma*” (traduzido como União ou Comunidade). Nesse plano, um dos maiores esforços da guerrilha é o de encorajar o resgate da ancestralidade do povo curdo e a auto-organização das comunidades para a resolução de problemas, sem a intervenção estatal. Assim, a mobilização popular é uma das prioridades do PKK, inclusive, desde que se pensava a sua formação.

Desta forma, o partido e a guerrilha tornam-se unidades interdependentes. Formam uma rede política que se sustenta mutuamente. As guerrilheiras arrecadam fundos na comunidade, arregimentam redes de apoio e, ao mesmo tempo, recrutam novos membros para

o partido. O engajamento político, por meio da militarização, marca a ideologia do movimento em todas as suas fases. Somado a isso, a existência de associações comunitárias, cooperativas e organizações políticas, organizadas em torno do debate de questões relativas à curdidade, torna-se alvo de perseguição do Estado. Não por acaso, a resistência armada aparece como condição indispensável para manter essa articulação.

Outro aspecto da guerrilha a ser considerado diz respeito à proibição de relações sexuais entre integrantes de seus quadros. Ao tornar-se parte da guerrilha a/o militante abre mão da vida na comunidade e passa a se dedicar exclusivamente ao povo, não podendo constituir família ou abandonar o trabalho com o qual se comprometeu. Apesar deste ser um elemento controverso, a recomendação do celibato para os/as militantes do PKK favorece que mais mulheres se juntem à guerrilha. Tratando-se de um contexto social em que os costumes mantêm sua natureza conservadora e patriarcal, onde os crimes de honra são naturalizados como parte da vida social, a regra do celibato facilita a manutenção de um sentido de “boa honra” entre as militantes e contribui para conquistar a confiança da sociedade. Para as mulheres, a possibilidade de não casar e de não ter filhos favorece as que buscam se contrapor à sociedade patriarcal, vez que associam a vida no âmbito doméstico à renúncia da liberdade. O celibato, entretanto, é um ponto controverso, sobretudo porque nem sempre ele foi exigido. Apesar disso, nos anos iniciais da guerrilha, diversos casais optaram por abandonar a vida em comum para participar da luta armada. Nesse caso, independentemente da opção dos casais, o movimento não deliberava sobre as relações entre seus quadros.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, as respondentes defendem as vantagens dessa regra, que proíbe todo tipo de relação amorosa/sexual entre militantes. Para elas, de forma unânime, a luta pela libertação das mulheres deve ser prioridade, não cabendo espaço para questões individuais. Na opinião de pesquisadores/as, sobretudo ocidentais, a regra do celibato compulsório ostenta um caráter patriarcal. Nesse sentido, vale considerar o apontamento de Caglayan, quando chama a atenção para as implicações dessa decisão:

As mulheres são obrigadas a se dessexualizar quando entram na esfera pública, da mesma forma que em outros movimentos nacionais de modernização anticolonial. A participação respeitável na esfera pública é estritamente baseada em um apego amoroso à pátria e na luta por ela. Substituir o amor sexual pelo amor à pátria é razão suficiente para ser excluída da identidade feminina 'liberada' e 'confiável' e ser rotulada como 'mulher que toma a iniciativa'. Portanto, o mesmo discurso que permite que as mulheres deixem suas casas e superem a barreira da honra, também

estabelece um novo controle patriarcal na esfera pública (CAGLAYAN, 2012)¹⁴.

Mesmo sem consenso sobre o assunto e que as críticas às condutas patriarcais no movimento sejam comuns, não se pode descartar o papel dessa determinação no cotidiano das militantes ou na garantia de seus direitos básicos nas comunidades onde atuam. A ideia de melhorar as condições de vida em meio à guerra ou no exílio exige das mulheres um intenso trabalho de base (BERGIKHANI; HAMELINK; WEISS, 2018), que fomenta relações de confiança e aumenta o prestígio das combatentes. Resulta daí a construção no imaginário social da figura heroica de mulheres que dedicam a sua vida à luta pela libertação do povo curdo. Assim, nos contingentes femininos das montanhas do Curdistão não faltam histórias de mulheres que se unem às linhas de frente do PKK em busca da sua emancipação na sociedade. Muitas juntam-se à guerrilha para fugir de casamentos forçados ou de uma vida de violência doméstica e reclusão. É comum ler relatos como os de Çiçek, combatente das Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ), em Rojava, sobre as razões que a levaram a juntar-se à guerrilha:

Ainda estando na escola minha mãe queria que eu me casasse. Eu me neguei, não queria ser uma escrava e morar naquela casa. Meu nome é Çiçek [...] tenho 16 anos. Frequentei o colégio até o oitavo ano. Fingia que ia para colégio e ficava olhando as fotos dos heróis caídos. Ficava um longo tempo com minhas colegas assistindo vídeos na internet de como o Estado Islâmico matava suas vítimas [...] estes acontecimentos me influenciaram demais (RT TV, Mulheres curdas em guerra contra o Estado Islâmico, 2015).

Embora o relato de Çiçek esteja relacionado à luta contra o Estado Islâmico e as dinâmicas dos processos políticos de Rojava, ele representa mulheres que se unem à guerrilha, no passado e no presente. A admiração por combatentes mortas em ação (chamadas de mártires, em curdo, *Şehîd*), cotejada ao contexto de perseguição do povo curdo, incentiva as jovens a largar tudo e juntar-se à organização; forma de transformar a sua vida e de lutar por um ideal coletivo. A respeito disso, vale lembrar de diversas figuras que se tornam emblemáticas no movimento e que reforçam o sentido da luta das mulheres. Além de Sakine Cansiz, antes referida, cabe destacar Gülnaz Karataş (Beritan), que cometeu suicídio, em 1992, ao se jogar de um penhasco para escapar do exército turco (que contou com a

14 Women are asked to desexualize themselves when entering the public sphere much as they are in other anticolonial promodernization national movements. Respectable participation in the public sphere is strictly predicated upon an amorous attachment to the homeland, and to fighting for it. Substituting sexual love for the love for the homeland is enough reason to be excluded from the 'liberated' and 'trustworthy' female identity and being labeled as 'woman who pulls down.' Therefore, the same discourse that enables women to leave their homes by overcoming the *namus* [honor] barrier also establishes a new patriarchal control in the public sphere.

colaboração dos soldados curdos das unidades *peshmerga*)¹⁵. Outro caso a incluir é o da curda Zekiye Alkan, (não vinculada ao PKK) que, em protesto contra a violência do Estado turco, ateou fogo no próprio corpo durante a comemoração do ano novo curdo (*Newroz*) na cidade de Diyarbakir (Amed), em 21 de março de 1990. Nesse patamar, o protagonismo feminino em levantes e rebeliões contra o governo turco (as chamadas *Serhildan*) ganha nova dimensão (CANSIZ, 2018; DINER; TOKTAŞ, 2010).

Em entrevista concedida à autora deste trabalho, Meral Çiçek destaca que protestos desse tipo ocorrem em diversos momentos da história do movimento. Protestos que utilizam o suicídio em datas comemorativas da identidade curda (como o *Newroz*), reforçam a construção da curdicidade, vinculadas à resistência e ao simbolismo do martírio. Ações dessa natureza além de servirem de propaganda para o movimento recebem cada vez mais o apoio popular. Nesse sentido, percebe-se um sentido de pertencimento e de sacrifício pessoal por parte daquelas que desejam unir-se ao movimento. Isso remete à noção de virtude cívica na medida em que a busca pelo bem público deixa os interesses individuais em segundo plano. A dinâmica de vida da guerrilha (*Kom*), almejada pela organização política implementada em Rojava, dialoga com os argumentos de Putnam (2006) sobre o “interesse próprio corretamente entendido” de Tocqueville. Nesses termos, Putnam enuncia a conexão entre a satisfação dos interesses próprios mediante a satisfação das necessidades públicas gerais. Antes de voltar a essas questões deve-se retomar o processo de construção da imagem da guerrilheira como um elemento fundamental para a geração de capital social para o movimento.

Pode-se dizer que há uma dupla imagem na representação das militantes da guerrilha: por um lado, elas são mulheres que superam os papéis sociais impostos pelo patriarcado assumindo-se como heroínas na construção de um Curdistão livre e; por outro lado, fomentam uma cultura militarizada em que os ideais de justiça só podem ser alcançados pelo uso da guerra e sustentam a ideia de que resistência e conflito são parte da identidade curda. Tais representações tornam-se cada vez mais comuns nos discursos e nas práticas das militantes, sobretudo a partir da declaração de autonomia em Rojava, em que o lema das unidades de proteção passa a ser “a resistência é vida¹⁶”. Este *slogan* é estampado em propagandas e cartazes do movimento e remete à tradição do conflito que perpassa pela história do povo curdo. Assim, a militarização e a resistência são conceitos profundamente vinculados ao Movimento de Libertação Nacional, à formação de organizações e à construção de uma

15“Aqueles que não temem a morte” - soldados pertencentes ao Governo Regional do Curdistão – Iraque.

16 *Berxwedan Jiyane*

cultura cívica. Dessa forma, as mulheres do PKK, através da sua participação na guerrilha e na sociedade, encontram sua autodefinição no propósito de lutar pela formação de uma nação curda. Com efeito, elas tornam-se símbolos de resistência frente a um Curdistão oprimido e subjugado e passam a ser agentes no controle de suas vidas.

Mesmo assim, não custa lembrar que o sexismo e o patriarcalismo não deixam de estar presentes nas relações entre os quadros da guerrilha, a ponto de tencionarem as dinâmicas do conflito. Se por um lado as mulheres possuem reconhecimento nos quadros do PKK e prestígio por sua posição na luta armada; por outro, as suas demandas são negligenciadas na construção das agendas de trabalho do partido, de tal modo que as questões de gênero são tidas como assunto de segunda ordem por seus companheiros. Tal marginalização enquadra as militantes no que Collins (2016) denominou de *outsider within*, em referência a posição das teóricas feministas negras no ambiente acadêmico. No caso do PKK, independentemente das posições ocupadas pelas mulheres nesse meio seus companheiros tendem a silenciá-las. Por analogia, o não reconhecimento das questões étnicas por movimentos feministas e pela esquerda turca é um fator a mais para marginalizar as organizações curdas e silenciar as reivindicações de suas militantes. Enfim, se nesses espaços o patriarcado e a luta de classes se sobrepõem às questões étnicas, nas estruturas da guerrilha curda as questões étnicas se sobrepõem as reivindicações das mulheres, tencionando as relações entre os seus quadros femininos e masculinos.

A presença das militantes no partido provoca o debate a respeito dos direitos das mulheres, sobre os papéis de gênero e contra as posturas patriarcais de seus companheiros. Atitudes machistas e a imposição de estereótipos masculinizantes trazem à tona a importância da criação de espaços em que conceitos como colonialismo, patriarcado e relações de poder são trabalhados de uma perspectiva interseccional e de gênero (CANSIZ, 2017). Segundo Sara Akan:

As guerrilheiras participaram da luta nas montanhas do Curdistão sob as condições mais difíceis. Sua luta foi, ao mesmo tempo, contra o seu condicionado papel de ser subserviente e contra as atitudes dominadoras condicionadas dos homens contra eles mesmos, bem como contra o domínio colonial. As mulheres na guerrilha mudaram suas vidas, agora a luta é por mudar a vida do próprio Curdistão (AKAN, 1992)¹⁷.

17 Kurdish women guerrillas took part in the struggle in Kurdistan's mountains under the most difficult conditions. Their struggle was at the same time against their conditioned role of being subservient and against men's conditioned domineering attitudes to them as well as against colonial domination. The woman guerrillas changed their lives, now the fight is to change the life of Kurdistan itself.

Em sentido semelhante, Yüksel (2006) assevera que os homens nestas organizações ignoram os problemas levantados pelas mulheres, forçando-as a adotar uma postura masculina ou, simplesmente, a assumir uma prática ativista agenerificada. Diversos estudos no campo das relações internacionais apontam a conexão entre a guerra e o patriarcado. Contudo, a partir de uma abordagem sensível ao gênero, teóricas feministas problematizam os conflitos desde o olhar das mulheres, considerando os estereótipos de gênero que, muitas vezes, associam os homens à violência e à guerra, e as mulheres à paz (ELSHSTAIN, 1995; CARTER, 1996; ENLOE, 2014; TICKNER, 2001; AL-ALI; PRATT, 2009; ENLOE; COCKBURN, 2012).

A promoção de uma imagem vinculada ao rompimento com os estereótipos de gênero faz com que o movimento conquiste cada vez mais a simpatia e a confiança de outras mulheres. Os desafios da vida nas montanhas, berço da guerrilha, fomentam as primeiras transformações do partido à nível estrutural. Entre elas a contestação das posturas patriarcais arraigadas entre membros do partido e a construção de uma agenda política para combater-las. Isso é possível em razão da articulação de redes de relacionamento que aumentam em quantidade e qualidade nos anos 1990. Nesse sentido:

A pressão social e o sexismo da estrutura tribal-feudal, bem como a opressão nacional e de classe do Estado turco contra o povo curdo nos anos 1990, aumentaram a intensidade da participação das mulheres. Os principais fatores que contribuíram para a participação das mulheres na luta de libertação foram a raiva e a resistência das mulheres curdas contra a tortura cruel, prisões e a proibição de qualquer manifestação em favor da identidade curda ou do Curdistão, bem como a busca pela liberdade como mulheres e como nação (KJK, 2011)¹⁸.

Na narrativa desta organização, a “raiva organizada” das mulheres começa a conquistar espaços e a crescer enquanto movimento político. Em 1993, forma-se a primeira unidade de guerrilha composta exclusivamente por mulheres, as Unidades das Mulheres Livres (YJAK) que, pouco tempo depois, passam a se chamar YJA-Star. Um dos objetivos desta organização passa a ser o rompimento com a socialização patriarcal-feudal nas comunidades, impedindo que estes comportamentos sejam reproduzidos nas unidades de guerrilha. A incorporação gradual e constante de mulheres em suas linhas de combate favorece que, a partir de suas reivindicações, elas ascendam a postos militares mais elevados

18 The social pressure, sexism of feudal-tribal structure, as well as the Turkish state’s national, and class oppression against the Kurdish people in the 1990ies increased the intensity of women’s participation. Main factors that contributed to women’s participation to the liberation struggle were anger and resistance of Kurdish women against cruel torture, arrests, and the prohibition of anything in relation to Kurds and Kurdistan as well as their search for freedom – as women and as a nation.

(SAHIN-MENCUTEK, 2016). A Imagem 3 ilustra esse ponto pelo registro de uma das unidades do exército de mulheres da YJA-Star.

Imagem 3 - Batalhão de guerrilha YJA-Star



Fonte: Kurdish Question (2014).

Sobre esse contingente, Aliza Marcus (2007, p. 172) estima que, em 1993, pelo menos um terço das forças armadas do PKK era composta por mulheres. Nos anos seguintes, as forças femininas na guerrilha chegam à uma composição de 50%, em igualdade com as forças masculinas. Nesses locais, o abandono da vida na comunidade e o rompimento com os papéis tradicionais de gênero abrem caminhos para novos posicionamento em que, não tendo mais nada a perder, passam a reivindicar a transformação de todos os aspectos de sua vida (KNAPP; FLACH; AYBOGA, 2016). Ao unir-se à guerrilha elas passam a questionar os estereótipos de gênero impostos ao segmento feminino pelo sistema patriarcal.

No tocante à atuação militar feminina, merece atenção o fato de que no mesmo ano em que é fundada a Unidade das Mulheres Livres o PKK declara um grande cessar-fogo, propondo a resolução pacífica do conflito ao então Presidente Turgut Ozdal, na conferência histórica do dia 15 de março de 1993. Nota-se aqui uma maior disposição para a negociação da questão curda, ao mesmo tempo em que o governo demonstra uma posição mais flexível e de afrouxamento das políticas de assimilação cultural. Em manifestação a esse respeito, Öcalan declara:

Não estamos demandando a separação imediata da Turquia. Nesse sentido, somos realistas [...]. Aqueles que compreendem a situação histórica, política e econômica destes dois povos [turcos e curdos] conhecem bem que a separação não será possível. Turcos e curdos estão entrelaçados como carne e osso (ÖCALAN, 1999, p.7)¹⁹.

Tal declaração evidencia a tendência ao abandono do caráter independentista do PKK. Já não se coloca como prioridade a busca por um Curdistão independente e unificado, mas delineiam-se os primeiros passos em direção à transformação do partido e a resolução do conflito, sem a alteração das fronteiras nacionais. O acúmulo de experiência do PKK e o expressivo apoio popular adquirido por ele fazem com que a ideia de conquistar a autonomia democrática ganhe força gradualmente. Com isso, a busca pela unificação e independência do território curdo é deixada em segundo plano. Assim, lentamente, o partido passa a advogar em defesa de um “Curdistão livre” e não mais pela proposta de um “Curdistão independente”.

4.3 A virada ideológica do PKK e a ampliação do movimento de mulheres

As transformações no cenário internacional com o fim da Guerra Fria (1989) são apontadas na literatura pertinente como responsáveis pela insegurança quanto ao futuro do PKK e das ações militares. O fracasso do socialismo real e os desafios que emergem com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) por certo impactam a trajetória do PKK. Não obstante, a mesma conjuntura oferece uma oportunidade ímpar para que a estrutura do partido seja modificada. Aliado a isso, o agravamento da situação dos curdos no contexto da Turquia é um componente a mais a interferir nos rumos das orientações partidárias.

Diante da repressão estatal, cada vez mais violenta, as comunidades curdas depositam altos níveis de confiança na guerrilha, reconhecida como a única força capaz de fazer frente ao exército inimigo e conter a violência estatal. A relação do movimento de libertação com a família e a memória de seus mártires aprofunda os laços de solidariedade entre a população carente e o PKK. Isso fomenta a ideia de que a manutenção da comunidade cívica, criada pela atuação do partido, depende da conservação dos espaços de atuação da guerrilha. O empobrecimento das regiões curdas, decorrente da política estatal do governo turco, é utilizado como justificativa para o partido reafirmar a sua presença na região. Ao suprir as lacunas deixadas pela ausência dos serviços estatais e incentivar a cooperação e o

19 We are not demanding an immediate separation from Turkey. We are realists on this subject [...] Those who understand the historic, political and economic situation of the two peoples [the Turks and the Kurds], know well that separation could not take place. They [Turks and Kurds] are intertwined like flesh and bone.

associativismo para transformar a realidade curda, o partido adquire popularidade e empodera politicamente as comunidades que vivem às margens do Estado.

Em relação às mulheres, a sua incidência na guerrilha tem a resposta do governo turco por meio de campanhas sexistas. Nesse sentido, é comum a divulgação de vídeos ou de fotografias com registros dos maus-tratos impostos às combatentes capturadas, mulheres com os corpos violentados, despidos e mutilados por militares da Turquia. Essas imagens são postadas em redes sociais e mídias alternativas como forma de promover e sustentar o nacionalismo do país. A promoção de propagandas que retratam as guerrilheiras como prostitutas e inadaptadas socialmente foi (e ainda é) utilizada pelo governo da Turquia para enfraquecer a influência do movimento de mulheres na sociedade, sobretudo naquelas regiões em que a dominação patriarcal e a influência da religião é muito forte.

A ênfase na transformação da mentalidade patriarcal e colonizadora, que mantém o povo curdo alienado de suas raízes após décadas de assimilação cultural, faz com que os militantes do PKK desenvolvam a transformação ideológica do partido na segunda metade da década de 1990. Desde então, o PKK passa a diluir-se em um amplo movimento social que causa grande influência na transformação política a ser implantada em Rojava, a partir da primeira década dos anos 2000. Em entrevistas realizadas para esta pesquisa foi comum ouvir a frase – atribuída a Öcalan – quando diz: “as pessoas pensam que as nossas balas devem mirar à cabeça do nosso inimigo, mas, na verdade, elas devem acertar na do povo curdo [mentalidade]”. No mesmo sentido, frases de Öcalan como a de “matar o macho” (ÖCALAN, 2018; 2014) perpassam os escritos e as falas das protagonistas do Movimento de Mulheres curdas. Assim, o trabalho dessa organização visa transformar a mentalidade das comunidades, alinhando o sentido de curdicidade ao da luta antipatriarcal. Desse modo, o ponto de vista das mulheres curdas e as experiências vivenciadas por elas torna-se o grande trunfo da virada ideológica do partido ao final dos anos 1990.

Outro ponto a destacar é o da importância da auto-organização das mulheres. Na revista *Kurdish Women: The Struggle for National Liberation and Women's Rights*, publicada em outubro de 1992, em Londres, diversas entrevistas e artigos retratam a importância que as militantes do partido atribuem à organização política das mulheres, seja de forma autônoma ou vinculada ao trabalho do PKK. A importância conferida a essa articulação, no entanto, não significa a sua afiliação ao feminismo nos moldes tradicionais desse movimento. A seguinte declaração exemplifica esse comentário:

Como Associação das Mulheres Patrióticas, somos contra o feminismo. Nós não nos abstraímos enquanto sexo da sociedade em que vivemos. Mas, acreditamos que a organização das mulheres é importante. Em suma, é necessário que as mulheres se organizem para impulsionar a libertação da sociedade. A libertação nacional e social será a base para a libertação das mulheres, mas não pode ser a solução automática para os seus problemas. Então pensamos que as mulheres devem continuar se organizando até que seus problemas sejam resolvidos (AKAN, 1991)²⁰.

A não identificação das mulheres com o movimento feminista hegemônico (burguês) remete aos conflitos étnicos presenciados por elas ao participarem dos espaços feministas na Turquia e na Europa. Por certo a visão anticolonialista das integrantes da Associação impede a sua identificação com o feminismo, o que as aproxima dos movimentos de mulheres do sul global. E isso ocorre na medida em que percebem a existência de um feminismo hegemônico e colonizador (norte-americano e europeu) do qual elas não se reconhecem como parte. Ao mesmo tempo, percebe-se a importância depositada por elas no caráter associativo e organizativo para a transformação social. Esse ponto remete à importância do fortalecimento da comunidade cívica, embasada nas especificidades do contexto no qual encontram-se inseridas para a construção da democracia.

A crítica aos movimentos hegemônicos é o primeiro passo para o que elas denominam “teoria da ruptura” que propõe o rompimento com as definições do sistema dominante. Posição muito próxima a das teóricas do ponto de vista, a exemplo de Harding (1993; 1996; 2012) ou de Collins (1997; 2000; 2018), para citar apenas algumas. Com bagagens assemelhadas a destas autoras, os conflitos gerados pelas relações coloniais e percebidos pelas mulheres curdas conformam a trajetória do movimento de mulheres curdas. Dessa maneira, impactando a forma como este se desenvolve e, ao mesmo tempo, contribuindo para a formação da Jineologî enquanto epistemologia anticolonial e antisistêmica. Por esta razão, a linha teórica e prática desenvolvida pelo Movimento de Mulheres do Curdistão cria aproximações com os chamados movimentos feministas terceiro-mundistas, que consideram uma abordagem decolonial e interseccional em suas matrizes teóricas.

Lembrando as considerações de Gonzalez (1984) e Alcoff (2016), observa-se que as experiências erigidas ao longo do processo de resistência oferecerem a possibilidade de construção de saberes emancipadores, eis que permitem a percepção de saberes localizados

20 As a Patriotic Women's Association, we are against feminism. We do not abstract ourselves as a sex from the society in which we live. However, we do believe that the organization of women is important. To sum up, it is necessary for women to organize themselves to push forward the liberation of society. The national and social liberation will be the basis for the liberation of women, but it cannot be the automatic solution to their problems. So we think that women must continue organizing themselves until their problems are solved.

que se opõem à epistemologia universalizante promovida pelos sistemas de poder hegemônico. A recuperação da memória histórica da luta das mulheres curdas apresenta os caminhos para a compreensão do processo de colonização do seu povo e para a formação de alternativas orientadas à preservação das identidades. Nesse sentido, Çaha (2011) destaca a aproximação do movimento de mulheres do Curdistão com movimentos de mulheres negras nos EUA e na Europa durante a década de 1990.

O ano de 1995 marca um período de grande abertura do movimento de mulheres curdas com as mulheres de diferentes partes do mundo. Também é um ano decisivo para o partido eis que algumas transformações que vinham sendo debatidas internamente começam a ser implementadas. Se nos primeiros anos da década de 1990 o fracasso da URSS evidencia os problemas do socialismo real, agora o PKK passa a buscar modelos alternativos de organização política e a repensar o Estado. Entre as mudanças ocorridas no período, destaca-se a retirada da foice e do martelo da bandeira do partido, evidenciando o início de um período de transformação ideológica e de distanciamento do marxismo-leninismo.

Nesse mesmo ano, na cidade de Metina, fronteira entre a Turquia e o Iraque, foi realizado o Primeiro Congresso oficial das Mulheres do PKK. Neste congresso, lembra White (2015), foram eleitas 23 militantes que fundaram o Movimento de libertação das Mulheres do Curdistão (TJAK). Este encontro marca um momento decisivo de organização das mulheres curdas, eis que fica registrada a iniciativa de estabelecer como prioridade de longo prazo a criação de organizações de mulheres voltadas ao debate de gênero e ao empoderamento de suas participantes. Dessa forma, a iniciativa de criar organizações independentes e exclusivas para mulheres de forma independente e conjunta ao PKK torna-se de fato uma prioridade. Nesse sentido, lê-se na resolução do congresso referido:

Ao longo da história, a questão das mulheres assumiu diferentes formas e características em diferentes sociedades, mas o núcleo desta questão permaneceu inalterado até hoje. A história que conhecemos sempre foi a história da dominação masculina, porque independentemente de quais características de classe determinavam a sociedade, era sempre os homens que determinavam o desenvolvimento social e as relações de poder. Uma análise cuidadosa de todas as revoluções ocorridas até hoje mostrará que as mulheres nunca foram realmente capazes de atingir sua plena força político-militar e não foram efetivamente incluídas no movimento. O alicerce de qualquer revolução que busque criar uma nova sociedade e vencer a velha sociedade deve ter mulheres desempenhando papéis significativos. Esta realidade é mais clara quando olhamos para o socialismo real, onde as mulheres tomaram parte na revolução, mas onde um equilíbrio de poder igual entre homens e mulheres nunca foi alcançado, portanto estas mulheres não eram livres, portanto estas não eram sociedades livres (V Congresso do PKK,

1995)²¹.

A declaração do PKK desse mesmo ano destina-se às mulheres, informando que:

“Todas as formas de opressão contra a mulher serão interrompidas e o estado de igualdade entre mulheres e homens na sociedade será alcançado em todas as áreas da vida social e política. As mulheres, que possuem uma enorme dinâmica social revolucionária, serão mobilizadas para este objetivo” (PKK, 1995)²².

A participação de uma delegação de mulheres do movimento curdo na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim (1995), indica o intenso trabalho que objetiva o cumprimento das propostas tomadas no V Congresso do PKK. Sobre a Conferência de Pequim, Nursel Kilic, em entrevista para este trabalho, destaca a importância daquela participação para o Movimento. Segundo ela, desde Pequim intensificam-se as propostas para transformar todos os âmbitos da sociedade de uma perspectiva socialista e que tenha como prioridade a questão de gênero. As resoluções de 1995 influenciam diretamente as transformações do PKK. Deste modo evidencia-se que:

O passo mais importante que o nosso partido deu foi a criação de um exército de mulheres. Este exército procura destruir todos as características e modos de conduta criados pelo *status quo* da sociedade de classes. Portanto, não é apenas de importância militar que um exército de mulheres seja criado, mas é significativo para todos os aspectos do nosso movimento. Em todos os setores da economia, todas as instituições sociais, e mesmo no âmbito da cultura, organizações serão criadas e modeladas após este exército. Será em grande parte responsabilidade das mulheres militantes posições de liderança para perceber o potencial das mulheres para se organizarem, se tornarem educadas e se juntarem à luta (V Congresso do PKK, 1995)²³.

21 Throughout history, the women's question has taken on different forms and characteristics in different societies, but the core of this question has remained unchanged to this day. History has always been the history of male domination, because regardless of what class characteristics determined the society, it was always the men who determined social development and power relations. A careful analysis of all the revolutions which have taken place up until today will show that women were never really able to achieve their full political-military strength and were not effectively included in the movement. The foundation of any revolution, which seeks to create a new society and be victorious over the old society, must have women playing significant roles. This reality is most clear when we look at real-existing socialism, where women took part in the revolution, but where an equal power balance between men and women was never achieved, therefore these women were not free, and hence these were not free societies.

22 All forms of oppression against woman will be stopped, and the equal status of women and men in the society will be realized in all areas of social and political life. Women, who possess an enormous social revolutionary dynamic, will be mobilized towards this aim.

23 The most important step which our party has taken is the creation of a women's army. This army seeks to destroy all the characteristics and modes of conduct created by the status quo of class society. Therefore, it's not only of military significance that a women's army be created, but rather it is significant for all aspects of our movement. In all sectors of the economy, all social institutions, and even in the realm of culture, organizations will be created and modelled after this army. It will be largely the responsibility of women militants in leadership positions to realize the potential of women to organize, become educated, and join the struggle.

Diferentemente de outros grupos militares, em que as mulheres assumem as linhas de frente do combate apenas para engrossar estes batalhões, o exército feminino no PKK estrutura-se a partir de um movimento político de mulheres que promove o engajamento cívico de suas integrantes. Nesse plano, são construídas redes de relações que se expandem pelas comunidades locais e, também, internacionais, fomentando a construção da autonomia democrática e promovendo a auto-organização das mulheres. Na Imagem 4 são retratados homens e mulheres da guerrilha do PKK durante sua formação militar em campo de treinamento nas montanhas de Qandil.

Imagem 4- Guerrilha do PKK



PKK women guerrillas getting political training in a mountain camp. July 1992. Photo Richard Wayman

Fonte: KSC-KIC PUBLICATIONS (1992).

No que tange à mudança ideológica do PKK, o ano de 1999 é decisivo nesse processo por duas razões: 1) o avanço significativo na organização das mulheres e, 2) a prisão de Abdullah Öcalan e a inflexão ideológica do PKK. Nesse mesmo ano, é fundado o Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK), em 08 de março de 1999, na data alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Na qualidade de primeiro partido político das mulheres curdas a sua criação marca um novo momento na organização deste movimento, eis que nesse momento é apresentada a chamada “ideologia da libertação das mulheres”. Tais princípios denunciam o caráter patriarcal das relações sociais e políticas e propõem o avanço no processo de organização das mulheres, colocando como prioridade o rompimento com os sistemas de

dominação da ordem patriarcal-capitalista. As transformações aí processadas passam pela formação de academias, conselhos e centros de formação política e trabalho, voltados ao empoderamento das mulheres. Esta base se fundamenta nas considerações de Öcalan e tem como resultado a formação da Jineologî e do Confederalismo Democrático.

Nesse momento, a mobilização das mulheres alcança um novo patamar, ultrapassando os limites da guerrilha e constituindo-se como uma forte organização política, que age em diversas frentes, nacionais e internacionais. As análises sobre sistema patriarcal ganham destaque nesse contexto e tornam-se prioridade na pressão feita ao partido para que debates relativos às questões de gênero sejam incorporados em todos os seus níveis. Essas transformações ocorrem em meio a securitização do partido pelos poderes internacionais. Em 10 de outubro de 1997, o Departamento de Estado norte-americano incluí a integração do PKK na lista dos grupos terroristas internacionais. Tal decisão dificulta a ação do partido à nível internacional, sobretudo a partir de 2002, ano em que a União Europeia ratifica a decisão tomada pelos EUA em seu bloco. Para Öcalan (2011) essas decisões colocam o PKK em uma posição muito complicada, dificultando a sua atuação. Isso indica que, de certa forma, a pressão pela diversificação das organizações políticas corresponde às limitações impostas pelo sistema internacional ao partido. Ao ver seu campo de atuação cada vez mais limitado pelas proibições internacionais, o PKK faz uso de diversas frentes para diversificar a sua atuação e continuar a ganhar apoio político.

As transformações no cenário internacional e as readequações no funcionamento do partido geram instabilidade no seu funcionamento. Nessas circunstâncias, o crescimento exponencial do movimento de mulheres gera descontentamento em muitos dos membros do partido. Jong (2015) afirma que muitos de seus militantes abandonaram o partido em função dessas mudanças estruturais. Melik Yasar se refere a essa situação nos seguintes termos:

Estamos falando de uma luta interna muito densa durante 15 anos entre homens e mulheres do nosso Partido. Tínhamos academias ideológicas em várias partes do Líbano e da Síria e conseguimos colocar no coração da formação a questão da separação entre homens e mulheres (...). Conseguimos tudo isto por meio de uma luta interna no PKK. Ao mesmo tempo que tínhamos uma vantagem no movimento do PKK, tínhamos uma relação direta com a sociedade. (...) essa relação nos ajudou muito. Antes, nossa prioridade, como Partido, era a independência nacional da nação curda, mas, depois, conseguimos transformá-la para a libertação da sociedade. Então a libertação da sociedade é mais prioritária que a independência nacional. Chegamos à conclusão de que a única dinâmica que é capaz de libertar a sociedade não é a classe trabalhadora, mas são as mulheres (YASAR, 2015b).

A pressão do movimento de mulheres e das reflexões elaboradas em suas organizações, sejam elas mistas ou exclusivas, agudiza as contradições internas do partido. Isso evidencia um momento paradoxal no qual a questão de gênero entrelaça-se ideologicamente com a questão de classe e se torna prioritária. Contudo, na prática, os debates entre homens e mulheres se antagonizam nas estruturas mistas. Alguns homens do partido manifestam-se negativamente quando as mulheres pleiteiam o acesso a cargos superiores ou de liderança, alegando serem incapazes para determinada função. Em alguns casos eles reivindicam que elas voltem para suas casas ou que realizem apenas o trabalho civil em suas comunidades e deixem de ocupar as estruturas militares do partido. A presença das mulheres questionando os papéis de gênero nos espaços militares e na sociedade afeta diretamente a noção de masculinidade e feminilidade construída na sociedade curda, gerando diversos incômodos e conflitos entre os militantes do partido.

Tais disputas tornam-se um divisor de águas na história do Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Parte disso se deve ao crescimento da organização das mulheres dentro e fora das estruturas orgânicas do partido. Somado a isso, as transformações ocorridas com o fim da Guerra Fria também impactam significativamente as dinâmicas políticas em diferentes partes do mundo. Este momento se apresenta exemplar também para as mulheres (ÇAHA, 2011; YÜKSEL, 2006). Segundo a representante do movimento de mulheres para América Latina, Melike Yasar:

Antes que a classe trabalhadora fosse vítima de uma opressão a mulher, como classe, já era vítima do sexismo. Tudo isto foi discutido exaustivamente no movimento curdo. Por isso fazemos uma crítica através do movimento marxista que falava sempre da classe trabalhadora como o coração do problema. Porque a história do Estado não tem muito tempo e em toda a história da humanidade o estado é algo novo. É por tudo isso que podemos superar a lógica do Estado, sair desta lógica porque na natureza da sociedade, na história da sociedade, há uma característica libertadora. Depois, junto ao nascimento do Estado, nasceu o patriarcado. É por isto que nós fazemos uma nova análise por meio do PKK, Partido dos Trabalhadores do Curdistão, da história do Estado e da história do patriarcado (YASAR, 2015b).

Outro ponto de destaque diz respeito às mudanças promovidas pelo Estado turco em relação ao afrouxamento das políticas de assimilação cultural. Durante a primeira metade da década de 1990 o governo da Turquia implementa diversas mudanças políticas, entre elas, a permissão do uso idioma curdo, cujo uso deixa de ser tipificado como crime. Ao mesmo tempo, o Estado permite a formação de centros e associações voltadas à promoção e manutenção do folclore e das tradições culturais curdas. A abertura do diálogo entre o governo e as comunidades curdas facilita o processo de trégua no conflito armado. O afrouxamento

das políticas nacionais de assimilação, somadas à facilitação do diálogo entre a guerrilha e o exército, contribuem para o avanço das transformações nas estruturas do PKK. Em que pesem as oscilações políticas que promovem ora o agravamento, ora afrouxamento das tensões, a década de 1990 marca uma importante virada no que diz respeito à questão curda.

Tais dinâmicas marcam a transição para o segundo momento do movimento que será marcado pela criação do Confederalismo Democrático e, no tocante ao movimento de mulheres, da Jineologî. Tais princípios serão absorvidos como o novo paradigma ideológico do partido apresentando-se como importante marco teórico para a solução da grande crise vivida pelo partido. A prisão de Abdullah Öcalan e a quase extinção do PKK tornam-se marcos importantes para a construção de novas instituições que assumem a liderança política, antes vinculada somente ao PKK. Entre estas organizações destaca-se a União das Comunidades do Curdistão (KCK) e a Comunidade de Mulheres Curdas (KJK), tratadas adiante.

Nesse marco, o Confederalismo Democrático estabelece uma série de princípios que institucionalizam a participação das mulheres no núcleo ideológico do PKK e no Movimento de Libertação Nacional como um todo. A partir disso, o movimento de mulheres assume, gradualmente, a liderança ideológica do Movimento de Libertação Nacional, implementando uma agenda de gênero. Agenda que prioriza a luta antipatriarcal como eixo da organização social e política e marca um novo momento na luta de libertação nacional. A trajetória do movimento de mulheres no PKK, antes examinada, oferece os subsídios necessários para que se possa situar os aspectos relacionados à formulação e desenvolvimento da agenda de gênero.

5 NOVAS FORMAS DE FAZER POLÍTICA

A mobilização que leva à organização de mulheres, tanto no âmbito civil quanto na guerrilha, corresponde a uma luta interna, construída a partir de suas reivindicações por espaços de participação política no Movimento de Libertação Nacional. Esse projeto deu origem ao Movimento de Mulheres do Curdistão e foi compartilhado por Abdullah Öcalan, líder político do PKK, e por Sakine Cansiz, partícipe da fundação desse partido e a única mulher presente na ocasião. O primeiro na qualidade de mentor intelectual do movimento e, a segunda, na de articulação das mulheres. O investimento de Sakine Cansiz nessa articulação gera novos resultados desde a sua prisão, em 1979. Em 12 anos de encarceramento ela lidera a resistência das mulheres nas prisões turcas, com reflexos na formação de espaços de organização feminina fora do ambiente penitenciário.

Duas décadas após a realização do congresso fundacional o PKK passa por profunda transformação. Isso altera o seu funcionamento e a sua estrutura, e marca uma virada nos rumos de sua luta. Nesse momento abrem-se os espaços necessários para que as mulheres façam uso das experiências acumuladas em anos luta e das redes de relações por elas construídas, passando a inspirar as mudanças necessárias para a sobrevivência do partido. Em meados dos anos 1990, as alterações no sistema internacional agravam a crise do PKK e geram instabilidades no seu funcionamento.

Como dito antes, o ano de 1999 tem a marca de dois importantes eventos: a criação do Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK), instituição irmã do PKK destinada à organização exclusiva das mulheres no PKK e a prisão de Abdullah Öcalan, ocorrida em 15 de fevereiro. Devido ao acirramento nos desacordos diplomáticos entre a Síria e a Turquia o governo de Damasco obriga o PKK a retirar os seus militantes do território turco, obrigando o líder curdo a abandonar aquele país, ainda em 1998. Öcalan busca refúgio na Itália, mas tem o pedido de asilo negado, então ele se dirige ao Quênia onde é capturado e preso pelas forças da inteligência turca.

Estas, em colaboração com serviços secretos de Israel e dos EUA, o levam até o governo de Ankara onde é processado. Inicialmente sua sentença é a pena de morte. Destarte, as tratativas entre a Turquia e a União Europeia para incorporação daquele país no bloco europeu permitem a revisão da sua sentença. Seus advogados submetem o caso à Corte Europeia de Direitos Humanos onde é possível barganhar a revisão do processo também no tribunal Europeu. A nova sentença passa a ser de prisão perpétua. O encarceramento de

Öcalan impacta profundamente o PKK, tornando-se um divisor de águas na luta desta organização. Inicia-se, assim, o segundo período de organização do partido.

Em que pesem as modificações sucedidas no partido, desde os anos 1980, as mudanças ocorridas na década de 1990 e a prisão de Abdullah Öcalan, em 1999, impactam profundamente as estruturas do partido, obrigando-o a se reinventar. O mesmo pode-se dizer da liderança de Öcalan que, após a prisão, se vê obrigado a repensar sua atuação no comando do movimento de libertação. Nesse percurso, o PKK parte de uma base organizacional comunista clássica e se transforma em um movimento social amplo. Os desdobramentos disso são retratados pela criação de diversas instituições afins, sendo as mais significativas a União das Comunidades do Curdistão (KCK) e a Comunidade das Mulheres do Curdistão (KJK). Esta tida como instituição irmã da KCK, direciona-se, exclusivamente, para a organização das mulheres. Da mesma forma, a partir do PKK forma-se o Partido da Libertação das Mulheres do Curdistão (PAJK). As instituições surgidas então passam a incorporar a mesma estrutura de dupla liderança. Nesse caso, todos os cargos de representação devem contemplar, obrigatoriamente, um homem e uma mulher, garantindo a paridade representativa.

Entende-se que o poder de mobilização de massas construído pelo PKK advém do trabalho de base realizado pelo partido nas comunidades curdas na Turquia e no norte da Síria. Tais recursos facilitam a formação de laços de cooperação e solidariedade entre as comunidades locais e o partido, promovendo o engajamento político destas comunidades nas organizações criadas após o período de crise e reestruturação. A base de apoio popular ganha força e passa a atuar em diversas organizações criadas nos marcos do Movimento de Libertação Nacional. Do acúmulo de capital social gerado em razão da ação política do partido emergem diversas iniciativas, entre elas o destaque vai para a formação do governo autônomo em Rojava. Inspiradas na ideologia do PKK criam-se instituições locais e organizações voltadas à formação de centros comunitários, comitês de mulheres e espaços de cultura ao norte da Síria.

Algo semelhante ocorre com as comunidades curdas na Europa, que continuam o trabalho desenvolvido pela Frente de Libertação Nacional do Curdistão (ERNK) e da União das Mulheres Patrióticas pelo Curdistão (YJWK) e passam a criar organizações, objetivando a implementação do Confederalismo Democrático nas comunidades curdas refugiadas. A visita a estas organizações permite a observação *in loco* das estratégias de organização e construção desse capital social entre as comunidades curdas, eis que boa parte de suas integrantes

mantêm contato direto com suas comunidades no Curdistão. E mais, como observa Sarah Miranda:

As mulheres curdas na diáspora desempenham papel central na abordagem das questões curdas sob a perspectiva dos direitos humanos, mediante ações e organizações que contribuem para colocar a "questão curda", e particularmente os problemas relacionados às mulheres, na agenda internacional. Consequentemente, elas são os principais intervenientes no processo de fortalecimento do movimento de liberação (MIRANDA, 2016, p.12-13).

O abandono do programa separatista, defendido desde a década de 1970, marca o debate no congresso extraordinário realizado pelo PKK, em 2000. O partido adere oficialmente a perspectiva de não agressão, advogando pelo respeito às fronteiras nacionais da Turquia e o desenvolvimento de um programa embasado nos conceitos da república democrática, promovendo reformas no sistema legal da Turquia. White (2015) lembra que entre as resoluções do congresso está a de extinguir determinadas instituições e/ou substituí-las por outras. Exemplo disso é que Exército de Libertação Popular do Curdistão (ARGK) passa a ser substituído pelo Forças de Defesa Populares (HPG) e a organização política Front de Libertação Nacional do Curdistão (ERNK) é substituída pela União Popular Democrática (YDK). Estas mudanças não dizem respeito somente ao âmbito institucional, mas apontam para transformações ideológicas, que afetam a práxis do partido e a sua relação com as comunidades. Com a diminuição da centralidade do partido a população é convocada a se organizar localmente de forma mais ativa.

Outra resolução expressiva é marcada pelo início do período de “semi-trégua” onde é declarado o cessar-fogo unilateral que dura até 2004. Em vinte anos de conflito (iniciado em 1984) o custo é alto para ambos os lados. Estima-se que 10 mil militantes curdos foram presos, de um total de 25 mil baixas no partido. Segundo Saeed (2014), mais de 40 mil militantes curdos foram mortos desde os primeiros enfrentamentos. As mortes entre civis também são altas, totalizando, aproximadamente 15 mil. Assim, a busca por uma solução democrática é, também, uma questão de sobrevivência (MCDOWALL, 2010; OZCAN, 2006).

Em fevereiro de 2002, é realizado o oitavo congresso internacional do partido. Nesse momento, o PKK altera o seu nome para Congresso da Liberdade e Democracia do Curdistão (KADEK). A organização das mulheres que, em 1999 havia apresentado a “ideologia da libertação das mulheres”, desta vez anuncia a elaboração de um projeto para a formação do “Contrato Social da Mulher”. Neste documento funda-se o Partido da Libertação da Mulher (PJA), quem assume para si a responsabilidade de aproximar a luta das mulheres curdas com

as desenvolvidas por movimentos de mulheres em diferentes partes do mundo. O contrato social apresenta as regras intra-organizacionais do partido e os princípios que orientarão o trabalho das instituições, priorizando a democracia direta na tomada de decisões e a horizontalidade nas relações, tanto orgânicas quanto nas estruturas de base da sociedade. Dessa forma, busca-se ampliar o diálogo com outros movimentos para “estabelecer relações com diferentes organizações de mulheres, que realizam atividades em termos da promoção dos direitos humanos, paz e democracia, bem como com as organizações revolucionárias de mulheres” (KJK, 2011).

Na mesma direção, é fundado o Partido da Libertação das Mulheres do Curdistão (PAJK) nos moldes do antigo Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK). A PAJK, enquanto organização de mulheres do PKK, objetiva a formação política aos quadros femininos do partido, trabalhando nas esferas ideológicas, teóricas, acadêmicas e culturais. É responsabilidade da PAJK o desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos feministas e de mulheres. Também, promove a auto-organização da sociedade, contribuindo para a implementação de redes associativas entre as mulheres da comunidade, bem como o aperfeiçoamento da ciência das mulheres, a Jineologî.

Além da PAJK está a Associação das Mulheres Livres (YJA) que trabalha de forma conjunta com seu braço armado a YJA-Star, tratada anteriormente. Esta organização é composta por sindicatos de base em um modelo organizativo horizontal e flexível. Ela também é integrada por um braço armado. A guerrilha atua diretamente nas montanhas de Qandil e é uma das mais antigas ainda em operação. Entre suas responsabilidades está o desenvolvimento da sociedade democrática por meio dos princípios da organização autônoma das mulheres e da unificação do Curdistão em um modelo Confederado. É responsabilidade da YJA (e da YJA-Star) o trabalho de base nas aldeias e comunidades isoladas no meio rural, nos moldes daquele desenvolvido nos primeiros anos de atuação do PKK. Fazendo uso da promoção cultural e da valorização da identidade curda o grupo age para a constituição da autoimagem dessas comunidades. Ademais, atua diretamente no combate às tradições misóginas e às ações violentas, entre elas: os crimes de honra e os casamentos arranjados (inclusive com meninas), ainda comuns nessas regiões. A presença do grupo em povoados e aldeias próximas às montanhas é muito forte e seu trabalho é realizado de forma conjunta com as associações locais. Atua no fortalecimento de laços de solidariedade entre as comunidades e para o desenvolvimento de uma comunidade democrática (*Kom*).

Para além das estruturas orgânicas do PKK e objetivando a institucionalização do movimento de mulheres rumo ao desenvolvimento de uma confederação transnacional, é fundado o Alto Conselho das Mulheres (KJB), em 20 de abril de 2005. Organiza-se como uma instituição guarda-chuva está para a formação de uma unidade confederada nas quatro partes do Curdistão e inclui as organizações de mulheres do PKK. Em relação a área de atuação do Conselho, pode-se dizer que:

A KJB dá prioridade à luta pela transformação social, ao mesmo tempo em que atribui valor estratégico ao estabelecimento de um sistema democrático de autogovernança das mulheres e dos povos. Os princípios básicos de seu programa são apoiar a libertação da sociedade, ampliar o escopo do viver e da política democráticos e obrigar o Estado a respeitar o autogoverno do povo. Revelando a vontade da sociedade e apoiando as sociedades em se tornarem atores auto-suficientes, organizando-se, são os princípios mais básicos da missão política do KJB (KJK, 2011)²⁴.

Percebe-se que as novas instituições se articulam em um modelo confederado cujo trabalho centra-se na construção de um sistema de autogoverno que provenha da administração autônoma da comunidade. A criação de centros de pesquisa que incentivem estudos voltados às questões de gênero também merece destaque. Isto impacta no desenvolvimento da Jineologî. Assim, a rede organizativa de mulheres voltada à construção da autonomia democrática e da libertação das mulheres (luta antipatriarcal) estrutura-se no trabalho conjunto entre organizações como a PAJK (campo ideológico), a YJA (organização social e política das mulheres) e a YJA-Star (autodefesa e proteção militar), todas atuando de forma conjunta e coordenadas pela KJB. Presença registrada na Imagem 5.

24 KJB gives priority to the struggle for social transformation while ascribing strategic value to the establishment of a democratic system of women's and peoples' self-governance. The basic principles of its program are to support the liberation of society, to expand the scope of democratic live and politics, and to compel the state to respect the self-governance of the people. Revealing the will of society and supporting societies in becoming a self-reliant actors by organizing themselves, are the most basic principles of the KJB's political mission.

Imagem 5 - Comandante Berivan (PKK) – Makhmour/Curdistão Iraquiano



Fonte: Fotografia de Joey L., 2014.

Algumas das transformações sociais promovidas pelo movimento de mulheres no noroeste do Curdistão (Turquia e Síria) dizem respeito à abolição dos casamentos forçados e/ou com menores de idade; a proibição dos crimes de honra; a igualdade nos testemunhos entre homens e mulheres e, neste sentido, a capacidade das mulheres em receberem heranças e possuir bens; a proibição da poligamia e da tutela exclusiva das crianças pelo pai de forma irrestrita; a proibição de negociações envolvendo casamentos (dotes). Entre as iniciativas adotadas para aumentar a participação feminina nas organizações curdas estão: a inclusão de cotas para a incorporação de mulheres nos partidos políticos, a organização de grupos de planejamento para inserção de uma agenda de gênero, a obrigatoriedade do instituto da coliderança (cargos de representação devem ser compostos por um homem e uma mulher em igualdade de funções). Estas iniciativas impactam profundamente no incentivo à participação feminina nos diferentes partidos políticos e organizações pró-curdas.

Transformações dessa natureza, também ocorrem na estrutura organizacional do PKK. Em 2003, o partido abandona sua estrutura tradicional e dilui-se no Congresso do Povo do Curdistão (Kongra-Gel/KGK) (GUNTER, 2010, p.166). Tal mudança evidencia a transformação do partido em movimento social. Ambas organizações, Kongra-Gel e KJB passam a organizar-se por meio da formação de uma rede de assembleias e conselhos que agem em diferentes níveis (local e regional) e passam a fazer parte da União das Comunidades do Curdistão (KCK) e da Comunidade das Mulheres do Curdistão (KJK), uma instituição social, cultural e política criada a partir das propostas do Confederalismo Democrático. A partir de então, a ideologia do PKK passa a ser construída diretamente pela

comunidade cívica e as relações políticas passam a ser horizontalizadas e igualitárias, convocando toda a comunidade a organizar-se localmente.

Embora Saeed (2014) afirme que o KCK emerge das cinzas do PKK que, após a transformação radical, diluiu-se, não se pode deixar de reconhecer a existência, ainda que em menores proporções, deste partido. A capacidade de mobilizar as massas construída pelo PKK oferece altos níveis de capital social que são utilizados pela KCK para sua formação e funcionamento. De certa forma o KCK é a continuação do PKK na medida em que sua ideologia e orientações teóricas são pautadas pelos debates que ocorrem neste partido. Ao mesmo tempo, a capacidade de mobilização das massas e a construção de uma comunidade cívica, que apoia esta instituição, pode ser tida como fruto da ingerência do PKK em seus 40 anos de existência e de trabalho. A imagem abaixo exemplifica este poder de mobilização. Na ocasião, milhares de pessoas encontram-se reunidas para a celebração do ano novo curdo, uma importante data resgatada pelo PKK como símbolo da resistência política e da valorização da curdidade.

Imagem 6 - Celebração do Ano Novo Curdo (Newroz) - Diyarbakir (Amed).



Fonte: IB Times Foto de Ilyas Akengin/AFP.

Em resumo: o período que sucede a prisão de Öcalan torna-se um momento de inflexão em que o PKK passa de uma organização revolucionária a uma organização democrática, voltada à transformação da sociedade (ÖCALAN, 1999, p. 31). As reflexões publicadas em seus “Manifestos” e o novo arcabouço teórico que passa a ser adotado pelas instituições que se alinham ao Confederalismo Democrático passam a ser a base organizativa do governo

autônomo da Federação Democrática do Norte da Síria (ou Rojava)²⁵. Embora muitas das organizações criadas para administrar o norte da Síria não estejam formalmente vinculadas ao sistema coordenado pelo KCK e pela KJK, por certo elas encontram inspiração teórica e ideológica nos pressupostos desse sistema. Para tanto, o fortalecimento da comunidade cívica é imperativo para promover a resolução pacífica dos conflitos com os governos da Turquia e da Síria. E isso se materializa pelo uso de todas as vias institucionais necessárias para tal e, ao mesmo tempo, pela criação das instituições necessárias para a implementação de seu autogoverno.

Ainda sobre o PKK, vale notar que esse partido surge como reação às políticas do Estado turco de negação do povo curdo e como um instrumento de luta pela unificação e independência do Curdistão. O KCK, por seu turno, é um projeto multi-dimensional, que emerge frente aos novos desafios da era pós-PKK. Com efeito, Melike Yasar, em entrevista, destaca que o KCK se apresenta como uma alternativa criada com base em um novo momento cultural, social e político da luta do povo curdo. Se com o PKK a prioridade era a unificação das quatro partes do Curdistão na formação de um estado independente, a partir do sistema coordenado pela KCK, a prioridade passa a ser a criação de uma nação democrática transnacional. Para tanto, torna-se necessária a vigência de instituições autônomas, voltadas a implementar o Confederalismo Democrático, ou seja, endereçadas à gestão local da política. Cabe ressaltar aqui que tais instituições não pretendem suprimir os governos nacionais ou alterar as fronteiras entre os estados. Ao invés disso, o seu papel é o de coordenar o trabalho político e social para fortalecer as comunidades cívicas e a formação de governos autônomos, que trabalhem em esferas locais para resolução dos conflitos. Assim, a KCK é a organização guarda-chuva que orienta ideológica e teoricamente as demandas das novas organizações nos princípios do Confederalismo Democrático.

5.1 O pensamento de Abdullah Öcalan e a questão das mulheres

A prisão de Abdullah Öcalan é um divisor de águas para a revisão crítica da ideologia e da organização do PKK. A partir de então, Öcalan revisa criticamente a teoria marxista e

²⁵ A estrutura de governança implementada na região é denominada Federação Democrática do Norte da Síria, enquanto Rojava é o nome curdo da região e não diz respeito ao governo, pois conforma a diversidade étnica, linguística e cultural.

incorpora às suas reflexões os debates sobre ecologia social e municipalismo libertário de Murray Bookchin. A incorporação dessas novas perspectivas resulta de um intenso estudo historiográfico da Mesopotâmia e do Oriente Médio, contexto no qual Öcalan busca compreender as dinâmicas de formação da civilização e do sistema patriarcal-capitalista. Em relação à questão curda, Öcalan a reavalia por meio da análise histórica sobre a origem deste povo e da sua trajetória ao longo dos diferentes períodos da humanidade. Com base nas transformações ocorridas nas sociedades da Crescente Fértil, durante a revolução do Neolítico, o autor discorre sobre as origens da civilização urbana, objetivando apontar o processo de formação Estados, do patriarcado e da sua vinculação com o sistema capitalista (ÖCALAN, 2016). Nessa direção, ele também se volta à compreensão das origens do sistema capitalista e o relaciona ao sistema patriarcal e ao modelo de Estado-nação (ÖCALAN, 2018a). A partir dessas considerações, o autor manifesta que:

Minha busca pessoal é para o desenvolvimento de um sistema ideológico que se opõem não só ao capitalismo, mas todas as sociedades de classes baseadas no Estado. Eu acredito que a realização desse sistema seria muito mais fácil se a nossa análise começasse atrás, na história, antes do aparecimento das primeiras sociedades de classe – nas comunidades neolíticas. Isto nos permitiria redefinir a estrutura de uma sociedade livre e igualitária em termos de economia, democracia e sociedade e de uma ideologia com base no conhecimento científico²⁶. (ÖCALAN, 2011, s/p).

Estas reflexões são condensadas em um documento apresentado aos tribunais turcos e a Corte de Direitos Humanos da Europa. Também, são publicados em uma série de livros que totalizam, ao menos, cinco volumes, chamados de “Manifesto²⁷”. Nesta produção Öcalan destaca que a prioridade de seus escritos se encontra na reavaliação e atualização dos programas do partido a partir das experiências acumuladas em 40 anos de luta. A sua prioridade é a incorporação das transformações teóricas na estrutura do partido e na relação com a sociedade, propondo o que ele denomina de “sociologia da liberdade”, uma nova epistemologia para as ciências sociais voltada a romper com a ciência positivista e a hegemonia patriarcal (ÖCALAN, 1999). Em resposta às provocações das organizações de mulheres e aos efervescentes debates dentro do PKK, Öcalan passa a condensar suas reflexões neste novo paradigma. Nele o autor reconhece no sistema patriarcal a raiz do sistema que escraviza a sociedade pela naturalização da dominação masculina. Assim, considera que por

26 My personal quest is for the development of an ideological system that opposes not only capitalism, but all state-based class societies. The accomplishment of such a system would be much easier, I believe, if our analysis begins far back in history, before the appearance of the first class societies – the Neolithic communities. This will enable us to redefine the structure of a free and equal society in term of economy, democracy, society and ideology based on the scientific knowledge.

27 É importante salientar que estão disponíveis em espanhol e inglês somente os tomos I e II, utilizados nas análises realizadas neste trabalho. Os demais tomos encontram-se em turco, kurmanjî e alemão.

meio deste sistema são reproduzidas as relações hierárquicas que se manifestam no extrativismo exploratório da natureza, nas dinâmicas que sustentam o racismo, o sexismo e as relações de poder. Desse modo, entende que o rompimento com o sistema patriarcal não só significa a libertação das mulheres, mas de toda a sociedade.

A partir disso, a chave para compreender o patriarcado-capitalista e a “escravização” da mulher está no processo iniciado com a revolução do neolítico. De acordo com a narrativa apresentada pelo movimento, o período que antecede a civilização urbana, iniciada com a revolução do neolítico, centra-se na figura da Deusa-mãe (da mulher-mãe). Para Öcalan:

A história dos 5000 anos da civilização é, essencialmente, a história da escravização da mulher. Por tanto, a libertação da mulher só será alcançada lutando contra os pilares do sistema imperante. Uma análise dessa civilização dominante mostrará nitidamente como a liberdade foi progressivamente substituída pela escravidão. Esta “civilização dominante” se transmite desde a Suméria até a Acádia, da Babilônia até Assur, da Pérsia até a Grécia, Roma, Bizâncio, Europa e, finalmente, aos Estados Unidos. Ao longo da história da civilização a escravidão foi perpetuada em três níveis: a escravidão ideológica [...], o uso da força e a apropriação econômica. (ÖCALAN, 2013, p. 09).

Para o autor, a chamada “sociedade natural” própria do período neolítico organiza-se no *Kom*. Sendo uma sociedade comunal depende da solidariedade e da cooperação voltando-se para o desenvolvimento de relações sinérgicas entre os humanos e a natureza. A valorização da fecundidade vincula-se com o culto à Deusa-mãe e a visão “ecocêntrica” da natureza. Na sociedade natural o excedente produzido era distribuído entre toda a comunidade, as sobras eram oferecidas como presentes (*gift-economy*) que serviam para o aprofundamento dos laços de cooperação entre as pessoas e as comunidades. Com as transformações ocorridas no neolítico, a sedentarização e o aumento exponencial no excedente de produção inicia-se o processo de acúmulo de poder por parte dos homens, fisicamente mais fortes e guiados pela mentalidade da cultura da caça. Öcalan chama a atenção para o fato de que: “desde os agrupamentos humanos mais antigos há uma certa tensão entre a coleta de alimentos (voltada para o trabalho feminino) e a caça (tarefa assumida pelos homens) resultando em duas evoluções culturais distintas” (ÖCALAN, 2013, p. 15).

A sedentarização e o aumento nos excedentes de produção o homem-caçador aliam-se a outras duas figuras masculinas atuantes da sociedade: o xamã (proto-sacerdote, líder religioso) e o ancião. A força organizada do xamã, do homem-caçador e do ancião retira gradualmente o controle do excedente das mulheres e passa voltar-se para a administração da comunidade. Esta aliança é refletida no desenvolvimento de narrativas mitológicas que retiram poder das Deusas e o cedem aos Deuses.

Nesta narrativa, a mentalidade do homem-caçador (ou homem-forte) é decisiva para este processo eis que se encontra centrada no exercício de poder sobre suas presas. Esta relação de poder se dá com base na promoção de artimanhas. A conformação desta tríade de poder masculino formará a autoridade hierárquica que dará início à sociedade de classes. Este processo é retratado a partir da análise da formação dos Zigurates na Suméria. É por meio da centralização do poder na Suméria que o autor aponta a primeira “ruptura sexual”²⁸.

A escravização da mulher consagra-se com a instituição da família clânica. Por meio do que chama de “mulherização”, cria-se a divisão sexual do trabalho, naturalizando as hierarquias de gênero e prendendo a mulher no âmbito doméstico. A respeito do que chamaremos de “mulherização” deve-se considerar que o autor utiliza o termo turco *kadınlastırma*. Esta palavra relaciona-se com o aspecto feminino das coisas. Contudo, devido ao contexto no qual é utilizado pelo autor, nota-se que está vinculado à construção dos papéis de gênero, a formação dos atributos de feminilidade. De acordo com as militantes do movimento consultadas este termo é utilizado frequentemente para referir-se ao processo de supressão da liberdade das mulheres por meio da sua fixação no âmbito doméstico e a imposição de mecanismos opressivos da sociedade patriarcal. O processo de escravização é imposto analogamente em diferentes setores da sociedade, expandindo-se e institucionalizando-se nas estruturas do Estado por meio do sexismo, do racismo, do colonialismo, militarismo e imperialismo.

Emerge daí o culto ao patriarca e o controle sistêmico da sociedade a partir da mentalidade do “macho dominante”. A Masculinidade passa a ser sinônimo de poder. Para Öcalan (2013) esta é a fase de transição da sociedade comunal primitiva ao Estado. Também, é partir deste momento que os demais tipos de escravidão e exploração emergem, tomando por base o processo de “domesticação”. Assim, “o sexismo tem sido a ideologia básica do poder estando intimamente relacionado com a divisão de classes e o exercício da dominação” (ÖCALAN, 2013, p. 26).

A segunda “ruptura sexual” ocorre com predomínio das religiões monoteístas. Aqui a figura masculina torna-se a única e maior divindade existente. Com a emergência do feudalismo a “lei de Deus” transforma a inferiorização das mulheres em um mandato divino, sua única função social é a realização do trabalho reprodutivo. A caça às bruxas da inquisição

28 Seguindo o esquema de revolução/contrarrevolução do materialismo histórico, Öcalan utiliza o conceito de ruptura para definir os momentos de inflexão na relação entre os sexos.

ou a naturalização dos haréns são faces desta dominação. Para Öcalan, “a mulher [está] sob uma dupla dominação: a cultura do patriarcado e do Estado religioso, não desempenhando nenhum papel no âmbito público” (ÖCALAN, 2013, p. 30). A família é a ferramenta mais importante para a legitimação deste monopólio. Sustentada pelo poder religioso torna-se a base para a socialização e controle da sociedade. Sobre esta instituição o autor afirma que:

Foi a escravidão das mulheres em toda a sociedade que pavimentou o caminho para todas as outras formas de hierarquia e as estruturas do Estado. [...]. Um dos mais importantes blocos de construção deste sistema é a família como uma instituição. A família é um pequeno Estado concebido por homens. O significado da família ao longo de toda a história da civilização está na força do agraciado pelos governantes e do aparelho do Estado. A orientação da família no sentido de dominação masculina e, por isso, a sua função com sucesso alcançado como núcleo para garantia sociedade estatista que as mulheres realizar sem limites, o trabalho não remunerado. Ao mesmo tempo em que criar os filhos, cumprindo a exigência do Estado para uma população suficiente e servir como modelos para a propagação da escravidão direito em toda a sociedade. (ÖCALAN, 2010)²⁹.

Nessa narrativa, a conquista da liberdade ocupa um papel central. Para Öcalan (2018) o conceito tem origem na sociedade Suméria, onde foi utilizado sob a denominação *Amargi*, podendo ser traduzido como “o retorno à mãe”. Este entendimento encontra relação com a análise da chamada primeira “ruptura sexual”, onde há uma transição da sociedade natural para a civilização urbana. Enquanto na primeira os indivíduos organizam sua vida social à través da vida comunitária, gozando de um amplo espectro de liberdade; na civilização capitalista a liberdade torna-se inexistente. O isolamento da vida nas grandes cidades, a violência, a competição entre os indivíduos afasta cada vez mais os cidadãos e os desestimula a cooperar. Para Öcalan (2013) a acumulação contínua de capital e poder soma forças com a escravidão, a pobreza, a fome e o “comportamento de manada” (alienador, homogeneizador). Assim, a progressiva perda de liberdade dos indivíduos reflete o desenvolvimento da civilização e da mentalidade do “macho dominante”, em oposição à sociedade comunal vinculada à figura da “mulher-mãe”. Neste sentido, o autor acredita que:

Todas as ideologias de estatais e de poder provêm das atitudes e comportamentos sexistas [...]. O capitalismo e o Estado-nação apresentam a maior institucionalização do macho dominante. Falando de forma mais audaz e aberta: o capitalismo e o Estado-nação são o monopólio do macho despótico e explorador. Nada no oriente médio é tão horripilante quanto o status social da mulher. A escravidão da mulher é similar a escravidão dos povos, exceto que é mais antiga. O projeto de libertação das

29 It was slavery of women throughout society that paved the way for all other forms of hierarchy and state structures. (...). One of the most important building-blocks of this system is the family as an institution. The family is a small state conceived by men. The meaning of the family throughout the whole history of civilisation lies in the strength bestowed on it by the rulers and the state apparatus. The orientation of the family towards male dominance and, through that, its successfully-attained function as nucleus for statist society guarantee that women carry out limitless, unpaid work. At the same time they raise children, meeting the state requirement for a sufficient population and serve as role models for the spread of slavery right across society.

mulheres vai muito além da igualdade entre os sexos, por outro lado ele descreve a essencial da democracia em geral, dos direitos humanos e da harmonia entre a natureza e a igualdade comunal (ÖCALAN, 2010, p.267)³⁰.

Apesar disso, Öcalan prevê que está em curso uma terceira “ruptura sexual”. Desta feita, está em jogo o poder do “macho dominante”. Por meio da teoria da ruptura, inserida pelo movimento de mulheres nos debates do partido, Öcalan desenvolve esta proposta e defende a necessidade de rompimento total com o sistema hegemônico. Para ele “matar o macho é o princípio fundamental do socialismo. Isto significa matar o poder, a dominação unilateral, a desigualdade, a intolerância” (ÖCALAN, 2013, p. 52). Assim, continua dizendo:

As identidades de gênero masculino e feminino que conhecemos hoje são construções sociais que se formaram muito depois do homem e da mulher biológicos [machos e fêmeas]. A mulher tem sido explorada durante milhares de anos a partir da construção desta identidade, sem o reconhecimento do seu trabalho. (ÖCALAN, 2013, p. 53).

O autor reconhece que o movimento de mulheres é “a revolução dentro da revolução [nacional]” (ÖCALAN, 2013, p. 61) e aposta nela para assegurar a antítese necessária para a libertação da sociedade. Assim, prossegue dizendo “que o século XXI é o século da libertação das mulheres” (Idem, p. 68). Em relação a essas afirmações, Nilüfer Koc, co-representante do Congresso Nacional do Curdistão (KNK), em Bruxelas, afirma que a manifestação expressa do líder do partido encoraja ainda mais mulheres a organizar-se pelo seu Empoderamento e, ao mesmo tempo, pressiona os homens a refletir a respeito da masculinidade hegemônica. Em sentido semelhante, ela reconhece que as crises do sistema patriarcal-capitalista são oportunidades que as mulheres devem utilizar para conquistar espaços e criar redes que conectem os movimentos à nível global.

Vale notar que embora o líder curdo não explicita as suas fontes teóricas, muitas das suas justificativas para a criação do Confederalismo Democrático encontram correspondência em estudos de feministas. Nesse caso, podem ser incluídas autoras como Silvia Federici (2016) que relaciona o sistema capitalista às estruturas da dominação patriarcal. Outros aportes aos quais o líder do PKK vincula suas análises lembram os conteúdos da obra de Carole Pateman (1993) sobre o contrato sexual. O reconhecimento da matriz patriarcal da

30 All the power and state ideologies stem from sexist attitudes and behavior [...]. Without women’s slavery none of the other types of slavery can exist let alone develop. Capitalism and nation-state denote the most institutionalized dominant male. More boldly and openly spoken: capitalism and nation-state are the monopolism of the despotic and exploitative male. Nothing in the Middle East is as gruesome as the social status of the woman. The enslavement of the woman is similar to the enslavement of the peoples, except it is even older. The project of women’s liberation goes far beyond the equality of the sexes, but moreover describes the essence of general democracy, of human rights, of harmony with nature and communal equality.

sociedade relaciona-se com esses debates, nos quais é considerado que este sistema se transforma no decorrer do tempo, modernizando-se e alterando suas configurações ao aliar-se aos diferentes modos de produção, como no caso do capitalismo (SAFFIOTI, 1988; FEDERICI, 2016; PATEMAN, 1993). Somado a isso, estão as propostas do líder curdo de elaboração de um sistema radicalmente democrático construído ao redor do movimento de mulheres. Este sistema deve estar estruturado a partir de uma matriz democrática, organizada pela base e centrada na luta antipatriarcal. Nesse plano, o projeto de democracia radical fica próximo das propostas de Chantal Mouffe apresentadas em *Hegemony and Strategy: towards a Radical Democratic Politics*, publicado em 1985.

Consequentemente, as inspirações teóricas no tocante aos efeitos do sistema patriarcal, consideradas as questões de gênero, dialogam com a produção acadêmica oriunda do campo feminista. Igualmente, respondem por uma relação dialética entre o trabalho de organização do movimento de mulheres e as respostas teóricas e ideológicas apresentadas pela cúpula do PKK. Assim, o movimento de mulheres, por meio do acúmulo de poder, experiência e capital social, impulsiona as transformações ideológicas do partido na mesma proporção em que as alterações deste abrem espaços de poder para a ampliação do movimento de mulheres. Esta relação dialética permite não só a sobrevivência do ideário do PKK frente as instabilidades que o levam a transformar-se no Kongra-Gel, mas também direciona este movimento ao Confederalismo Democrático.

Assim, por meio do reconhecimento de uma terceira “ruptura sexual” em andamento o autor reconhece no movimento de mulheres a saída para a libertação de toda a sociedade do sistema patriarcal-capitalista. O acúmulo de poder, de experiência e o capital social amealhado pelo movimento de mulheres impulsionam as transformações ideológicas do partido na mesma proporção em que as alterações deste abrem espaços de poder para sua ampliação. Esta relação dialética permite não só a sobrevivência do PKK frente as instabilidades que o levam a transformar-se no Kongra-Gel, mas também inspira a criação do Confederalismo Democrático. A experiência destas mulheres e o impacto de seu trabalho nas estruturas do PKK inspiram organizações em diversas regiões do Curdistão e tornam-se a base para o processo revolucionário desempenhado em Rojava a partir da declaração de autonomia do governo da Federação Democrática do Norte da Síria (Rojava), em 2012.

5.2 O Confederalismo Democrático e a Jineologî

O conceito do Confederalismo Democrático consta do pronunciamento de Abdullah Öcalan, de 20 de março de 2005, transcrito como: *Ao povo curdo e a comunidade internacional*. O conceito, remete à “experiência histórica da sociedade [curda] e [a] sua herança coletiva” (ÖCALAN, 2012, p.23). Na sua visão, o Confederalismo busca construir uma “civilização democrática”, pelo resgate dos elementos constituintes da “sociedade natural”. Tal proposta retoma os valores de liberdade e comunalismo dessa sociedade para construir alternativas a metodologias universalistas, lineares e deterministas do modelo de Estado-nação. O autor define o Confederalismo Democrático como um tipo de administração política não estatal centrada na despatriarcalização da sociedade. Ela também pode ser chamada de democracia sem Estado, pois requer o rompimento com o formato de Estado-nação. Nas suas palavras:

O Confederalismo Democrático do Curdistão não é um sistema estatal; é o sistema democrático de um povo sem estado. [...] é o movimento do povo curdo para fundar sua própria democracia e organizar seu próprio sistema social [sendo] a expressão da união democrática do povo curdo que foi dividido em quatro partes e se espalhou por todo o país. (ÖCALAN, 2018b)³¹.

A proposta de rompimento com o Estado-nação diz respeito à sua estrutura hierárquica que reproduz assimetrias de poder. Para o autor o “Estado-nação é a forma mais recente e a mais perigosa do Estado-Deus [Estado-divino]” (ÖCALAN, 2018a, p. 225). Para ele, “pode-se chamar de Estado toda forma de poder concentrado regida por normas jurídicas determinadas e bem definidas em um marco teórico concreto” (idem). Assim, “é um monopólio embasado no excedente e na mais-valia subtraída da sociedade por meio de um sistema monopolista, como uma instituição supraestrutural composta por instrumentos ideológicos e coercitivos” (ÖCALAN, 2018a, p. 226). Para o líder curdo, esse modelo ancora-se em quatro fundamentos ideológicos, responsáveis pela sua “idealização e elevação a um nível divino” (ÖCALAN, 2012, p. 15), são elas: 1. O nacionalismo; 2. A ciência positivista; 3. A religiosidade; 4. O sexismo. A partir desses fundamentos, o Estado-nação promove o “entendimento centralista e burocrático da administração e do exercício do poder” (ÖCALAN, 2012, p. 26). Como resposta a esta hegemonia estatal, o autor sugere o Confederalismo Democrático como um modelo capaz

31 The Democratic Confederalism of Kurdistan is not a state system; it is the democratic system of a people without a state [...] is the movement of the Kurdish people to found their own democracy and organize their own social system [...] expression of the democratic union of the Kurdish people that have been split into four parts and have spread all over the world.

de fazer frente a essa estrutura, criando um governo “antinacionalista, antiestatista e federalista” (PAREDES, 2017, p. 93).

O Confederalismo Democrático enquanto administração política não estatal possui cinco princípios: 1) o direito à autodeterminação dos povos; 2) a consideração do Confederalismo Democrático como um paradigma social e político não estatal, organizado no marco da “nação democrática”³² (ÖCALAN, 2018b); 3) a organização política de base; 4) o caráter não independentista das instituições criadas sob este sistema, ou seja, o abandono ao projeto de formação de novas unidades estatais, a partir da reivindicação da governança coletiva e autônoma das comunidades e; 5) o antinacionalismo, promovendo a integração democrática nas quatro partes do Curdistão, sem questionar as fronteiras estatais (ÖCALAN, 2012, p. 33-34).

O Confederalismo não é contra o Estado, mas apresenta-se como alternativa à organização da sociedade a partir da construção de redes associativas voltadas para o autogoverno (ÖCALAN, 2016). Para o autor, o governo autônomo permite a superação das limitações à cidadania, promovidas pelo poder estatal, fortalecendo a comunidade. A geração de relações sociais cooperativas e solidárias são a base necessária para o funcionamento deste modelo. Essa consideração encontra respaldo no entendimento de Irma Arriagada em que “o capital social de um grupo social se pode entender como a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente, e em benefício conjunto, os recursos associativos que radicam nas distintas redes sociais às quais os membros do grupo têm acesso” (ARRIAGADA, 2003, p. 17). A autora continua afirmando que os “aspectos contextuais, como a existência de redes de relações de confiança em uma comunidade, contribuem para uma interação muito mais fluida e menos violenta, inclusive em graves condições de pobreza” (idem, p. 21)

Ao arquitetar a participação direta e o estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade o Confederalismo Democrático torna-se um modelo aberto ao consenso, flexível, multicultural e antimonopolista. Para Sebastián Paredes este projeto é uma “teoria crítica e não uma solução para os problemas” do povo curdo, eis que não se limita ao Curdistão, encorajando sua expansão para outras sociedades (PAREDES, 2017, p. 95). O modelo depende da constituição de dinâmicas políticas e sociais ancoradas no estabelecimento de relações horizontalizadas, solidárias e recíprocas de associação voluntária para o engajamento político.

32 Para Öcalan (2016) a nação, quanto conceito, está atrelada às identidades sociais que possuem similaridades linguísticas ou culturais. Dito de outro modo, a nação é a comunidade daqueles que compartilham uma mentalidade comum.

Além da democracia radical, o Confederalismo Democrático, estrutura-se em uma matriz ecológica e antipatriarcal, sistematizada a partir da Ciência das Mulheres, a Jineologî.

A etimologia da palavra Jineologî advém de *jin* que significa “mulher” e “vida”, em kurmanjî, e *logos*, do grego, “ciência”. A tradução literal é: “ciência das mulheres” ou “ciência da vida”. Enquanto conceito, aparece pela primeira vez nos escritos de Öcalan em 2003, no trabalho denominado “Sociologia da Liberdade”, onde é apresentada como matriz do pensamento antipatriarcal do Confederalismo Democrático. Um dos objetivos dessa ciência é a promoção de alternativas para o rompimento com a mentalidade do “macho dominante” em todas as esferas sociais.

A transformação radical da sociedade se dá a partir da intervenção profunda na mentalidade e nos paradigmas patriarcais. Nesse sentido, deve-se reconhecer a Jineologî como um processo que objetiva o acesso das mulheres a todos os âmbitos da sociedade. Isso se dá, por meio da sua participação direta e ativa nas esferas políticas e científicas. Ao romper com os pressupostos da ciência positivista, a Jineologî assume a função de propor alternativas não sexistas e não androcêntricas de interpretação da sociedade. Uma de suas proposições é traçar o caminho percorrido pelas mulheres na história, evidenciando suas ações. Assim, por meio da historiografia feminista esta ciência objetiva identificar o papel atribuído às mulheres nos diferentes períodos da humanidade e propõe compreender suas especificidades. A partir disso, a Jineologî oferece oportunidades para desenvolver alternativas epistêmicas e políticas centradas nas mulheres.

Com base na entrevista concedida à autora por Zilan Diyar, representante do Comitê de Jineologî na Europa, depreende-se que a simbologia presente na representação gráfica dessa ciência relaciona-se à importância do resgate historiográfico das mulheres. Para a entrevistada, a imagem do fuso de fiar sendo segurado pela deusa Ishtar representa o fio de conhecimento que atravessa a história da humanidade, conduzindo à “sociedade natural”. Desse modo, a Jineologî é o fuso, eis que desembaraça a história e segue “o fio” que restaura a conexão perdida com a mentalidade da “Deusa-mãe” e a sociedade comunal (*Kom*), conforme ilustra a Imagem 7.

Imagem 7 - Representação da Jineologî



Una Ciencia Desarrollada Entorno a Las Mujeres Será El Primer Paso Hacia Una Sociología Correcta

Fonte: <https://www.jineologî.org>

A partir dessas considerações, a Jineologî encoraja as mulheres a criarem suas próprias disciplinas, propondo suas interpretações a respeito dos processos políticos, sociais e históricos, conquistando o espaço e a voz que lhes é negada. Nesse sentido, as propostas da Jineologî vinculam-se às críticas feitas pela epistemologia feminista à ciência positivista. A necessidade de formular um projeto crítico de reinterpretação coletiva das ciências, voltado para a transformação social, aproxima a Jineologî à Teoria do Ponto de Vista feminista. Nesse sentido, vincula-se com a afirmação de Sandra Harding (2012) que reconhece necessário produzir conhecimento *a partir* das experiências das mulheres, colocando-as como autoras do conhecimento (sujeitas). Ciências geradas desse modo propõem o rompimento com as estruturas hegemônicas no campo epistêmico, abandonando perspectivas androcêntricas e sexistas.

Como visto anteriormente, a “teoria da ruptura” apresentada pelas mulheres curdas, muito antes da formulação da Jineologî, indica a dimensão temporal que envolvem suas discussões. Ao incorporar esses debates às estruturas orgânicas do PKK, constroem o arcabouço teórico que orienta à ação política do partido, promovendo transformação desse. Desse modo, subvertem as dinâmicas de poder e se voltam para construção de uma nova sociedade. Assim, a Jineologî surge como perspectiva situada no ponto de vista feminino e toma como base as iniciativas e experiências de luta do Movimento de Mulheres do Curdistão. Com o tempo amplia-se, incorpora diferentes movimentos, tornando-se elemento estruturante das organizações vinculadas ao Movimento de Libertação Nacional (na figura do KCK) e do autogoverno em Rojava. Sobre as discussões apresentadas pelo movimento de mulheres durante sua trajetória. Para tanto, a Jineologî exige, para sua implementação, que as mulheres construam espaços autônomos de organização. Com assinala Gönül Kaya:

As estruturas do conhecimento requerem discussões livres. Mas, se olhamos as relações entre conhecimento e poder é difícil de detectar as estruturas que ali se encontram. Neste contexto, é necessário o questionamento das estruturas patriarcais. Desse modo, a partir de uma epistemologia a favor dos seres humanos, das mulheres, na natureza e da sociedade, se cria a necessidade de uma nova investigação, interpretação, renovação e consciência. Os princípios, hipóteses e resultados das ciências sociais existentes devem ser discutidos novamente e examinados criticamente. A informação correta e incorreta deve estar separada entre si. É de grande importância que alcancemos uma interpretação verdadeira na sociedade histórica. (KAYA, 2015)³³.

A ação das mulheres e a elaboração de uma epistemologia crítica depende do estabelecimento de espaços voltados para a sua organização e empoderamento. A necessidade de incluir diferentes perspectivas e ampliar o número de participantes nesses espaços incentiva a criação de comitês e associações em diferentes lugares. Sobre isso, a entrevistada Zilan Diyar destaca a importância da formação de Comitês de Jineologî em diferentes partes do mundo. A ampliação das discussões e a formação de comitês promove a troca de experiências entre movimentos de mulheres em diferentes partes do mundo. Essas relações devem perpassar todas as camadas sociais e, assim, atuar diretamente no seio da sociedade. Como afirma Öcalan:

Tais análises são mais do que meras observações teóricas, porque elas possuem significado existencial para a luta de libertação curda. A liberdade do povo curdo pode ser vista como inseparavelmente ligada à liberdade das mulheres, é por isso que nos organizamos nessa direção [...]. Em nossa opinião, não pode haver um Curdistão livre sem mulheres livres. (ÖCALAN, 2010)³⁴.

A fim de especificar a aplicação desses pressupostos na sociedade curda, o capítulo seguinte descreve a dinâmica do funcionamento das organizações de mulheres em Rojava, local onde os princípios do Confederalismo são implementados na formação do autogoverno da Federação Democrática do Norte da Síria.

33 Knowledge structures require free discussions. But if we look at the relationship between knowledge and power, this is difficult to detect. In this context, the questioning of patriarchal, power-centered structures is necessary. Likewise, starting with an epistemology in favor of humans, women, nature, and society, there is a need for a new investigation, interpretation, renewal, and awareness. The principles, hypotheses, and results of the existing social sciences must be re-discussed and critically examined. Correct and incorrect information must be separated from each other. It is of great importance that we reach a truthful interpretation of historical society.

34 Such analyses are more than just theoretical observations, because they possess existential meaning for the Kurdish struggle for liberation. The freedom of the Kurdish people can be viewed as inseparably bound to women's freedom, which is why we organized ourselves accordingly. [...] In our opinion there can be no free Kurdistan without free women.

5.3 A aplicação do Confederalismo Democrático em Rojava

Embora a presença de populações curdas na Síria seja menos expressiva do que a registrada na Turquia, a trajetória de luta e resistência desse povo na região não é menos importante. Conforme descrito no decorrer do trabalho a organização do PKK e de suas guerrilhas não se limitou ao território do Estado turco, mas manteve uma forte presença nas quatro partes do Curdistão. No caso da Síria, o território de Rojava concentra diversos campos de treinamento militar e serviu de refúgio para as lideranças do PKK durante os anos mais intensos de conflito no país vizinho. Contudo, a convivência do governo de Damasco com as atividades do PKK em seu território não é indicativa de apoio ou endosso as suas ações. Essa convivência diz respeito ao jogo político disputado entre a Síria e a Turquia em virtude de conflitos diplomáticos e disputas regionais.

Cabe lembrar aqui que as disputas entre Síria e Turquia repercutem localmente eis que, para além da instabilidade política gerada em razão do conflito, a sua população ainda sofre uma série de retaliações impostas pela Turquia. Esta, no controle de barragens de grande porte construídas em seu território, costuma manipular o fluxo das águas dos rios Tigres, e Eufrates, provocando secas ou alagamentos nas regiões do Curdistão. Ações que afetam o cotidiano das comunidades aí localizadas, com impacto sobre a sua agricultura, pecuária e, por decorrência, sobre a produção de alimentos. Afinal, gerando a fome. No caso da Síria, o projeto de assimilação cultural e negação étnica em relação ao povo curdo, levou à implementação do chamado “cinturão árabe” ao norte sírio, voltado a acelerar a assimilação curda por meio da arabização da região (idioma e costumes). Os desdobramentos desse projeto aprofundam os efeitos das ações turcas, dando mais impulso à luta pelo reconhecimento étnico e pela liberação nacional do povo curdo.

Após 50 anos no poder, o governo do partido Ba’ath na Síria enfrentou as insurgências da população com a chamada “Primavera Árabe”, iniciada em 2011. A forte estrutura de poder, embasada em relações clientelistas de perspectiva nacionalista pan-arabista, foi posta em xeque. O início da guerra civil na Síria levou o governo de Damasco a rever as suas prioridades geopolíticas à nível nacional e a direcionar as suas forças às organizações rebeldes contrárias ao governo. Isto gerou um vazio de poder ao norte do território, em Rojava. Em vista disso, as organizações políticas curdas que já atuavam na região, ainda que de forma incipiente, passam a organizar a população a partir de sua base ideológica, ou seja, dos

princípios do Confederalismo Democrático. Com antes mencionado, Abdullah Öcalan refugiou-se durante muito tempo nos campos de treinamento do Partido em Rojava. O trabalho deste líder na região gerou relações de proximidade, laços de confiança interpessoais, entre a população local e Öcalan (KNAPP; FLACH; AYBOGA, 2016). Estas redes de influência criadas a partir de sua atuação favorecem a aceitação dos princípios do Confederalismo Democrático por estas comunidades.

A trajetória de construção do autogoverno em Rojava diz respeito a um processo social e político próprio que se relaciona com o PKK, mas que resulta da confluência de uma série de outros atores e grupos políticos. A fim de atender aos objetivos deste trabalho concentram-se as análises naquelas organizações que oficialmente filiam-se aos preceitos do Confederalismo Democrático. Assim, com a guerra civil desestabilizando as dinâmicas políticas e sociais do país, organizações em Rojava rapidamente agem para pôr em prática seus princípios ideológicos. Desta forma consolidam-se as primeiras estruturas administrativas da região, conquistando cada vez mais apoio da população local (curdos, árabes, armênios, turcomenos, entre outros).

Em meados de julho de 2012 foi declarada a autonomia de três cantões: Afrin, Cizre e Kobanê. Tendo em vista as dinâmicas do conflito a organização política da região é alterada com bastante frequência. A região é composta por aproximadamente 2312 km² e é formada por mais de 380 cidades e vilarejos. Estima-se que a população de Rojava congregue mais de 3 milhões de pessoas entre curdos, assírios, turcomenos, yazidis, entre diversas etnias e grupos religiosos. Na Imagem 8 encontra-se a representação gráfica desse território.

Imagem 7 - Mapa de Rojava



Fonte: Make Rojava Green Again (<https://www.firestorm.coop/events/2636-make-rojava-green-again-reading-circle.html?date=1551740400>)

Segundo as fontes consultadas, Rojava é dividida entre os cantões de Qamishlo, Hasekê, Kobanê, Girê Spî, Êfrîn e Shehba. Ainda assim, os três primeiros cantões mencionados possuem maior relevância política na região. Em março de 2016 o Partido da União Democrática (PYD) conjuntamente com grupos e partidos aliados reuniram-se na cidade de Rmeilan na província de Hassakê e declararam a formação da Federação Democrática da Síria. Como mencionado no decorrer do trabalho, o sistema legal de Rojava sustenta-se a partir de um Contrato Social. Nesse contrato estão estabelecidas as bases para a administração, vida e organização política e social dos cantões. Ao analisar o Contrato Social de Rojava destacam-se alguns elementos tais como: a declaração de autonomia dos cantões respeita a unidade territorial síria, sem expressar qualquer interesse na independência na ou criação de um novo Estado; separação entre Estado e religião; organização político-administrativa desenvolvida pela via da democracia radical; equidade entre homens e mulheres; a não discriminação entre os diferentes povos, etnias e grupos religiosos, respeitadas a pluralidade e a diversidade.

Conforme apurou-se nas narrativas das organizações pesquisadas, não se pode pensar em autonomia democrática sem que os Estados apliquem normas e tenham uma conduta de respeito à diversidade étnica, cultural e linguística em seus territórios. Nesse sentido, elas se remetem ao posicionamento de Abdullah Öcalan, descrito anteriormente, no que diz respeito ao Estado nação. Assim, deixam explícito que o separatismo e a independência (com o objetivo de formação de uma nova unidade nacional) não são uma possibilidade para a conquista da autonomia democrática.

O autogoverno da Federação Democrática do Norte da Síria se organiza a partir de duas grandes estruturas que se encontram interligadas. A primeira delas é composta pelas instituições do Conselho Popular do Curdistão do Leste (MGRK), ou seja, dizem respeito à aquelas organizações de participação direta. Estrutura-se em quatro níveis. O primeiro é a Comuna; está presente em todos os bairros e na área rural. No autogoverno de Rojava, as comunas são o centro de toda a vida social e política. Tornam-se um corpo político consciente e altamente organizado que constitui a forma prática da democracia radicalizada. Tais comunas encontram-se divididas em grupos de trabalhos e comitês que estão especializados em debater temas voltados para assuntos específicos tais como: educação, saúde, demandas das mulheres, juventude, entre outros temas. Tais comunas agem de forma autônoma e são responsáveis por enviar representantes às diferentes instâncias em níveis superiores tais como conselhos, cidades, metrópoles, cantões, etc.

O segundo nível, é formado pelo Conselho Popular; é integrado por representantes eleitos nas comunas (tanto urbanas quanto rurais). Os Conselhos Populares Distritais configuram o terceiro nível deste governo é integram os representantes dos Conselhos Populares. Neste nível há espaços reservados para representantes de diferentes organizações políticas e sociais atuantes na região, bem como recebe quadros dos partidos políticos que conformam o Movimento por uma Sociedade Democrática (TEV-Dem).

O TEV-Dem é uma coalizão política que garante a aplicação dos princípios do Confederalismo Democrático. Faz as vezes de KCK no sentido de ser uma instituição Confederada que age como organização guarda-chuva. Vale lembrar que o alinhamento político entre essas organizações se dá no plano ideológico. Apesar de não terem vínculos orgânicos entre elas, aproximam-se na construção ideológica e no alinhamento aos princípios propostos por Abdullah Öcalan.

Finalmente, em quarto e último nível, encontra-se o Conselho Popular do Curdistão do Leste (MGRK) que inclui a participação das organizações que conformam o TEV-Dem tanto em Rojava como na cidade síria de Aleppo. Cabe salientar que, em todos os níveis existem comissões para tratar de saúde, temas sobre mulheres e gênero, defesa, economia, política, sociedade civil, sociedade livre, justiça e ideologia. Nesse sentido, em todas essas organizações e suas instâncias político-administrativas as mulheres possuem espaços reservados para construir suas pautas. Nas estruturas mistas, o princípio da co-liderança garante a paridade na representação. Grupos étnicos e religiosos, também, possuem seus espaços de organização exclusiva, integrando-se naquelas instâncias mistas. A escolha de suas representantes é dada de forma exclusiva pelas suas organizações (os espaços exclusivos de mulheres são responsáveis pela escolha das mulheres que as representam etc.).

Lembra-se, também, que o movimento de mulheres possui poder de veto sobre as escolhas obtidas nas instâncias mistas, ou seja, em caso de que as mulheres não concordem com a escolha do representante masculino de uma comuna, por exemplo, poderão opor-se e solicitar novas eleições. Isto garante que todos os representantes respeitem a paridade e promovam a inclusão efetiva das mulheres nas instâncias de poder.

Como mencionado o TEV-Dem é a principal organização coordenadora deste sistema já que conforma a base de articulação das comunas. São estas comunas as responsáveis por enviar representantes aos conselhos. Estes, por sua vez, enviam seus delegados às cidades que, organizadas em novos conselhos, enviam seus delegados para as metrópoles e, assim, sucessivamente até o nível mais amplo conformado pelo Conselho Popular do Curdistão. As comunas são as responsáveis pela solução dos problemas e necessidades que emergem no cotidiano da comunidade enquanto que os conselhos criados internamente a cada comuna são responsáveis por debater alternativas específicas, ações e coordenação de soluções de problemas pontuais, divididos por temas. Nesse sentido, vale destacar a importância dos comitês de mulheres e juventude que, dada a sua importância e especificidade respeito de alguns temas considerados fundamentais para a mudança social, agem autonomamente.

Interligada à estrutura do MGRK encontra-se a Administração Autônoma Democrática. Esta instância é formada pelo Conselho Legislativo (parlamento), o Conselho Executivo (ministério) e pelos Conselhos Municipais. As decisões e institutos voltados para a paridade de gênero também são implementadas nessas instâncias. Os representantes dessas organizações devem trabalhar de forma conjunta com os do MGRK e sua atuação é limitada

pelas decisões das comunas. Nas primeiras eleições para a escolha de seus representantes, realizadas em 22 de setembro de 2017, também foram eleitos representantes (e co-representantes) para as 3.947 comunas da região.

As mulheres desempenham a função mais importante na manutenção desta comunidade cívica. São elas que desenvolvem a “ideologia da libertação das mulheres” através da Jineologî e garantem a aplicação de uma agenda de gênero em todos os espaços de construção social e política na região. Pensando nisso, sintetiza-se o trabalho desenvolvido pela Kongreya Star, organização responsável pela organização das mulheres na região de Rojava. A escolha dessa organização se deve a sua importância na região e ao fato de que oficialmente alinha-se aos pressupostos do Confederalismo Democrático.

5.4 O Capital Social da Kongreya Star: Congresso Estrela de Rojava

A organização de mulheres Kongreya Star tem suas origens na Yekîtiya Star (União Estrela), fundada em 2005 com o objetivo de atuar em Rojava. Como abordado neste trabalho, a primeira metade dos anos 2000 abriu espaço para a conformação de uma série de organizações sociais e políticas associadas aos princípios de despatriarcalização da sociedade promovidos pelo Confederalismo Democrático. Com os mesmos objetivos da Comunidade de Mulheres Curdas (KJK) a Kongreya Star é criada para atuar no território de Rojava. A sua criação responde às reivindicações de um efervescente movimento de mulheres que há alguns anos operava na clandestinidade. A repressão do governo sírio às organizações de mulheres e as limitações impostas por uma sociedade altamente patriarcalizada impedia o avanço das mobilizações de mulheres.

A Yekitiya Star organizou secretamente o seu segundo congresso em Qamislo no ano de 2007 e, em Aleppo, no ano seguinte. Não obstante, somente em 2011 elas deixaram de se reunir de forma secreta e promoveram a construção de conselhos de mulheres em cidades Sírias como Damasco, Aleppo, Rakka e Haseki. Com a declaração de autonomia dos cantões em Rojava e com a formação da Federação Democrática do Norte da Síria, a União Estrela passou a agir como coordenadora do movimento de mulheres para todos os cantões de Rojava e para o norte da Síria. Por meio da realização de oficinas, assembleias e a criação de academias voltadas ao estudo da Jineologî esta organização tornou-se referência para a implementação de iniciativas voltadas para a despatriarcalização da sociedade.

Em 2016 a Yekitiya Star muda de nome e passa a chamar-se Kongreya Star, incorporando mulheres de todas as etnias e religiões. Esta organização se define como uma entidade autônoma que congrega organizações independentes, formando uma confederação para todas as mulheres de Rojava. Seu plano de ação respeita as diretrizes do modelo do Confederalismo Democrático inserindo suas perspectivas a partir do respeito à diversidade étnica, religiosa, linguística e cultural. Os princípios que regem esta organização são: a união voluntária das instituições, organizações e mulheres; O respeito à identidade das organizações que formam a Kongreya Star; A responsabilidade de coordenar, implementar e supervisionar as decisões políticas das diferentes instituições que fazem parte dela e; manter a flexibilidade e o respeito à diversidade na promoção da participação democrática. (KONGREYA STAR, 2019).

De acordo com a estrutura de administração pública da Federação Democrática do Norte da Síria a Kongreya Star também é organizada em uma rede horizontal de comunas, assembleias, cooperativas e fundações estruturadas em espaços de participação direta. Entre suas esferas de ação o destaque vai para as “casas das mulheres” (*mala jinê*) que funcionam como centros de acolhimento e referência às mulheres vítimas de violência. A primeira destas casas foi fundada em Qamishlo, no ano de 2011. Desde então, ações voltadas a impedir a ocorrência de casos de violência contra as mulheres e focadas no empoderamento feminino, fazem parte do trabalho desenvolvido em diversas dessas casas. Para se ter uma ideia da magnitude desse empreendimento, em 11 de novembro de 2016 foi realizada a primeira conferência das casas de mulheres, reunindo 135 representantes oriundas das cidades de Al-Jazeera, Afrin, Kobanê, Damasco e Manbij. Isso indica que o número de casas em funcionamento na região, provavelmente é muito maior.

No que diz respeito ao sistema de justiça de Rojava, este também é organizado de forma autônoma. No caso das mulheres a Kongreya Star possui um Conselho de Mulheres para a Justiça Social. Esta organização visa o empoderamento das mulheres para a resolução de questões específicas de gênero. Este conselho visita todas as organizações que fazem parte do governo autônomo, instituições sociais e judiciais e os supervisiona a partir de uma perspectiva sensível aos interesses das mulheres. Esses comitês são responsáveis pela coordenação das casas das mulheres e pela resolução de conflitos, quando necessário.

Sua agenda de trabalho é dividida, administrada e executada por meio de dez Comitês, são eles: justiça, municipalidades e meio ambiente, arte e cultura, relações políticas, autodefesa, economia participativa, relações diplomáticas, educação, mídia e relações sociais (comunidade civil). Todos esses comitês trabalham sob a orientação da Jineologî e são administrados exclusivamente por mulheres, tendo como prioridade o seu empoderamento. O destaque entre esses comitês vai para as associações e cooperativas criadas para a emancipação econômica das mulheres. O conceito de economia solidária é utilizado por estas organizações com o objetivo de promover o empoderamento econômico dessas comunidades em um contexto de guerra e de embargo - impetrado pela Turquia e pelo Iraque, países que fazem fronteira com Rojava. Nesse plano e de forma integrada com o comitê de meio ambiente, desenvolvem-se alternativas para a ampliação da área produtiva de Rojava. Segundo informações constantes na página da Kongreya Star, somente nas províncias de Al-Jazeera, Qamishlo, Amude e Derbesiye mais de 86 associações foram estabelecidas, empregando mais de 7000 mulheres de forma cooperativada. Em Hasaka 300 mulheres têm a sua disposição 6 mil hectares de terra para desenvolver cultivos agrícolas.

Estes são alguns exemplos da atuação dessa organização na sociedade curda, via empoderamento das mulheres e pela transformação da cultura política da região por meio da geração de uma comunidade cívica influente no autogoverno. Associado a isso, o capital social gerado aí corrobora os achados de Putnam (2006) sobre as regiões por ele estudadas. Tem-se, então, padrões estáveis de engajamento cívico, cidadãos e cidadãs atuantes e com espírito público, relações políticas igualitárias e estruturas sociais materializadas na confiança e na colaboração. Não obstante, todos esses produtos agregados em uma democracia sem Estado. Sendo assim, é a teoria feminista (LOWNDES, 2003), que ajuda a identificar o capital social acumulado a partir do PKK e do Movimento de Mulheres do Curdistão. Muitos outros aspectos desse debate poderiam ser descritos e analisados a partir da perspectiva de gênero e da teoria feminista do ponto de vista (HARDING, 1987; 2012). Por ora aventa-se a possibilidade de que esse debate seja desenvolvido em futuras pesquisas.

Para concluir esse segmento, cabe notar que embora as análises sobre a virada ideológica do PKK não enfatizem a autodefesa e a proteção militar, salienta-se que todo o processo de construção de um sistema democrático de autogestão é organizado em meio à guerra. Sendo assim, a luta contra o Estado Islâmico e o exército turco, segunda maior força terrestre da OTAN, por certo afeta profundamente a implementação do Confederalismo Democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a trajetória do Movimento de Mulheres no Noroeste do Curdistão a partir de sua articulação dentro do PKK. Com o olhar direcionado às redes associativas de articulação formadas por mulheres, buscou-se identificar as suas dinâmicas na construção da luta contra o patriarcado e para o seu empoderamento. O argumento apresentado considera que a organização de mulheres se estruturou a partir da geração de capital social no sentido sugerido por Robert Putnam. Esse capital, como um recurso potencial constituído a partir de redes de relações sociais e de confiança (interpessoal e institucional), favoreceu a cooperação, o associativismo e a constituição de uma comunidade cívica, estimulando a construção de relações democráticas.

A celebração de pactos entre países que dividem o território do Curdistão de acordo com o interesse de grande potências mundiais definem a chamada questão curda. Tais acontecimentos, ocorridos no contexto da Primeira Guerra Mundial, impactam no desenvolvimento de rebeliões e levantes populares que desembocam na formação do Movimento de Libertação Nacional, na década de 1960. As análises históricas sobre esse movimento demonstram as capacidades de articulação e organização dos militantes curdos em busca da unificação e da independência do Curdistão. As ações de Sakine Cansiz nesse contexto são o germen para as mobilizações do Movimento de Mulheres curdas.

A formação do PKK, retratada a partir do ponto de vista das mulheres, considerou a narrativa de Sakine Cansiz sobre os desafios e oportunidades para elas nesse momento. As críticas apresentadas pela militante curda demonstram a sua percepção a respeito da necessidade de o partido assumir uma posição explicitamente favorável à inclusão de mais mulheres em seus quadros. A resistência na prisão de Diyarbakir, liderada por Sakine Cansiz pouco tempo depois da fundação do partido, marcam a trajetória do Movimento de Mulheres do Curdistão. A partir dessa experiência as redes de apoio e solidariedade entre as mulheres da comunidade ganham força e ultrapassam os muros das prisões, reverberando em toda a comunidade e reproduzindo-se em outros centros prisionais.

As ações de empoderamento e de benefício mútuo promovidas pela geração de redes associativas incentivadas pela resistência em Diyarbakir alteraram a autopercepção das mulheres locais nas comunidades curdas. A valorização do resgate histórico da curdicidade e a formação das redes associativas entre curdos e curdas alteram as dinâmicas sociais e políticas,

transformando a cultura da região. A capitalização do engajamento político dessas mulheres incrementa exponencialmente o número de militantes na guerrilha.

A guerrilha, mais do que uma organização militar, é palco dos primeiros debates sobre as hierarquias sociais presentes na sociedade curda, entre eles, o sexismo. As duras condições de vida que as mulheres enfrentam nas comunidades, em meio à guerra e a negação cultural contrastam com aquela promovida nas montanhas de Qandil, berço da guerrilha. A invisibilidade, a discriminação, a opressão e o sexismo, tornam-se prioridades a serem combatidas pelas militantes e tornam as montanhas um espaço de oportunidade na sua busca por liberdade para o seu empoderamento. Nesse espaço, as guerrilheiras passam a questionar os estereótipos de gênero e a analisar os efeitos do sistema patriarcal na sociedade. A par disso, forma-se o primeiro exército de mulheres, a YJA-Star. Tais resultados indicam que a geração de capital social, a partir do trabalho desenvolvido pelas militantes dentro do PKK, facilita a sua ação coletiva gerando redes de solidariedade, confiança e apoio comum, que impactam na estrutura e nas práxis do partido.

O aumento qualitativo e quantitativo da participação das mulheres no partido, bem como as suas mobilizações tornam-se decisivas para levar adiante as transformações na ideologia e nas estruturas do PKK, iniciadas timidamente na década de 1990. Essas ações influenciam o líder do partido, Abdullah Öcalan, quem passa a manifestar-se contra o sexismo e o patriarcalismo da sociedade curda. A afirmação de Öcalan de que a liberdade do povo curdo só será conquistada a partir da libertação das mulheres ratifica a importância da mobilização destas no partido, tornando-se decisiva a partir da prisão do líder curdo, em 1999. Com esse acontecimento as mulheres ocupam formalmente um lugar de destaque. O fortalecimento dos laços e a formação de organizações independentes possibilita que elas assumam o protagonismo na condução da luta pela autonomia do povo curdo.

Quando se considera o argumento de Putnam (2006) de que instituições são capazes de mudar a política, ao influenciar a formação das identidades e estimular o engajamento cívico da sociedade, pode-se dizer que as ações das mulheres no PKK protagonizam as transformações evidenciadas na sociedade curda e que culminam com o autogoverno em Rojava). Por um outro olhar, Putnam (2006) também aponta que o desempenho prático das instituições é afetado pelo contexto social. Assim, momentos históricos decisivos podem gerar consequências duradouras. O contexto de opressão que incide sobre o povo curdo e o impacto das transformações geradas pelo fim da Guerra Fria no Partido, mostram-se como uma

importante oportunidade para que o Movimento de Mulheres assuma o protagonismo nas readequações requeridas para a sobrevivência Movimento de Libertação Nacional.

O Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK) coloca a ação das militantes curdas em posição de paridade com as desenvolvidas pelo PKK. O prestígio conquistado, advindo da confiança gerada pela formação de laços de solidariedade com a comunidade, sustenta suas ações. Ao terem apresentado a “ideologia da libertação das mulheres” oferecem a base teórica que influencia o trabalho de Abdullah Öcalan na criação do Confederalismo Democrático. Desse modo, o ponto de vista das mulheres passa a ser reconhecido e incorporado na base ideológica do partido.

Nesse ponto, é possível argumentar que o Confederalismo Democrático se aproxima da epistemologia feminista, eis que coloca a centralidade deste paradigma na mobilização das mulheres, situando-as como sujeitos na elaboração das propostas. Isso faz mais sentido quando se considera seu empenho em estabelecer a ciência das mulheres, a Jineologî. A construção dessa ciência evidencia o compromisso dessas organizações com a transformação radical da sociedade, apresentando uma proposta de intervenção profunda na mentalidade patriarcal. Quanto aos argumentos teóricos desenvolvidos, nota-se, a partir da teoria do ponto de vista, que a conscientização das mulheres curdas sobre o sistema de exclusão e negação cultural imposto a elas, está na base das ações políticas que consolidam o seu movimento. Do ponto de vista da epistemologia feminista, os frutos dessas mobilizações manifestam-se na Jineologî. O reconhecimento desse lugar situado, das estruturas de dominação e poder que atravessam suas experiências sociais e políticas contribuem para forjar um sentimento de identidade comum, capaz de gerar o capital social suficiente para estruturar o Movimento de Mulheres de forma independente nos espaços de luta do PKK.

Ao debruçar suas análises na compreensão das origens do patriarcado Öcalan volta-se para a história das civilizações. Nesse resgate detecta na raiz das hierarquias sociais a formação do sistema patriarcal, o que ele denomina de processo de “escravização da mulher” (ÖCALAN, 2013). Para o autor, essa é a primeira “nação colonizada”, sendo a sua “escravização” a origem de todas as hierarquias sociais e políticas que se manifestam no modelo de Estado-nação. Os três níveis de dominação impostos sobre esse grupo (ideológica, física e econômica) são reproduzidos sistematicamente na sociedade, tendo como centro a família, o reino do “macho dominante”. O aprisionamento da mulher no âmbito doméstico (*mulherização*) ao lado da naturalização do trabalho reprodutivo permitem o desenvolvimento

da sociedade patriarcal. A isso se soma a emergência do culto ao Deus masculino das religiões monoteístas que desvalorizam a figura feminina e contribuem para aprofundar a patriarcalização da civilização. Com base nessas análises, Öcalan propõe o rompimento com o modelo de Estado-nação e oferece o Confederalismo Democrático como alternativa não estatal para a despatriarcalização da sociedade. A partir dessas propostas o PKK transforma-se radicalmente e passa a agir como movimento social em meio a União das Comunidades do Curdistão (KCK). Transformações dessa ordem incentivam as organizações atuantes em Rojava, que se alinham ao paradigma do Confederalismo Democrático e implementam seus princípios, em seu autogoverno.

As organizações políticas e sociais criadas em Rojava demonstram, na prática, a aplicação do paradigma do Confederalismo Democrático. A criação da Federação Democrática do Norte da Síria, é fruto de um processo que interliga a geração de redes de confiança, formadas a partir da identificação política, identitária e de solidariedade, com o reconhecimento e a sistematização das experiências sociais e políticas do Movimento de Mulheres curdas. Essas dinâmicas favorecem a formação de redes associativas e a geração de capital social. Produtos que ampliam a capacidade de ação dos indivíduos, por meio da organização de grupos que reivindicam direitos e conquistam espaços de poder, a partir do reconhecimento de suas especificidades e experiências.

A Kongreya Star foi apresentada no estudo como a organização responsável pela institucionalização da Jineologî. É por meio dessa organização que o Movimento de Mulheres de Rojava ganha espaço dentro da Federação Democrática do Norte da Síria, congregando mulheres de diversas etnias, religiões, idades e culturas. Sua ação é decisiva para o funcionamento do governo autônomo. Ao mesmo tempo, ela é responsável pela garantia da participação política das mulheres e a implementação da agenda de gênero na região. Sua incidência vai muito além da inclusão de mulheres nas instâncias administrativas e políticas do autogoverno, tornando-se a principal responsável pela coordenação das cooperativas, órgãos de justiça e de todo o sistema de educação. Desse modo, pode-se dizer que a Kongreya Star é a organização que garante, efetivamente, que os princípios da Jineologî sejam postos em exercício.

Por conta disso, pode-se dizer que o governo autônomo formado em Rojava é resultado de quarenta anos de luta e de organização das mulheres em busca do reconhecimento de direitos. Embora de início esse movimento tenha se articulado em torno

das demandas independentistas do Movimento de Libertação Nacional, a questão de gênero sempre esteve presente. A longa trajetória de resistência e organização social e política oferece a elas o acúmulo de recursos necessários para motivar as transformações internas que levam à sobrevivência do partido. Em meio ao período de inflexão, ocorrido com a prisão de Öcalan, as mulheres viram a oportunidade necessária para assumir o protagonismo do Movimento.

Em termos gerais, identificou-se que as relações de confiança e os estoques de capital social acumulados pelas curdas promovem a participação cívica, possibilitando a realização das propostas de autogoverno inerentes ao Confederalismo Democrático. Como exemplo disso pode ser mencionado o governo autônomo da Federação Democrática do Norte da Síria em Rojava. Aqui, as mulheres desempenham a função mais importante na manutenção desta estrutura. São elas que desenvolvem diariamente a “ideologia da libertação das mulheres”, através da Jineologî, e garantem a aplicação destes princípios em todos os espaços de construção social e política na região.

Logo, torna-se necessário reconhecer que a construção social e política observada em Rojava demonstra o poder de transformação de um movimento de mulheres organizado sob sólidos níveis de capital social e do empoderamento feminino. O caráter antipatriarcal e a construção da autonomia democrática em estrutura horizontal e auto-organizada, tornam esta experiência de governo um evento único na atualidade, impondo-se como objeto de estudo que demanda a atenção das feministas e de estudiosos/as da democracia. Com efeito, outros estudos na área das Ciências Sociais e Humanas tornam-se necessários para a melhor compreensão dessa experiência.

Uma palavra final. A representação das mulheres curdas ancora-se em dois grandes marcos: o de retratá-las como mulheres vitimadas pela guerra; ou, atribuir-lhes o caráter de “amazonas modernas”, heroínas, embora elas sejam figuras centrais para o resgate da identidade curda. Considerando o contexto no qual estão inseridas, é inegável que ambas representações encontram eco na realidade. A mesma violência estatal que as torna vítimas, as obriga a resistir. Desse modo, existe uma relação dialética entre a condição de vítima e de vitimada. Esta relação é a base da resistência.

Sendo assim, estudos futuros poderão se debruçar sobre esta temática, considerando o impacto das organizações de mulheres no governo da Federação Democrática do Norte da Síria, bem como as suas propostas para a resolução da Guerra Civil. Outra pauta de

investigação poderá se voltar à epistemologia proposta pela Jineologî. Sendo esta uma ciência ainda em construção há que se manter o olhar atento aos desafios e oportunidades que emergem em meio as iniciativas e aos debates desenvolvidos sobre o tema. Sugere-se, também, estudos endereçados à atuação do Movimento de Mulheres do Curdistão em âmbito internacional, sobretudo na América Latina. Para tanto, o trabalho desenvolvido pelos Comitês de Solidariedade torna-se importante referência para a compreensão das dinâmicas de atuação do movimento curdo em plano global. Com isso, abre-se uma extensa agenda de pesquisa, haja vista todo o projeto revolucionário contido no Confederalismo Democrático e na Jineologî.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, Jamal Jalal. **The Kurds: A nation on the Way to Statehood**. Bloomington: Author House, 2012.

AKAN, Sara. Women in Kurdistan: a history of their struggle since the '70s. In: **Kurdish Woman: the struggle for national liberation and women's rights**. Interviews and articles. London: KSC-KIC Publications. 1992.

AL-ALI, Nadje; PRATT, Nicola (Ed.). **Women and War in the Middle East: Transnational perspectives**. Londres: Zed Books, 2009.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.129-143, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100129>. Acesso em: 04 nov. 2018.

ALMEIDA, Kamila S.; DIMENSTEIN, Magda; SEVERO, Ana K. Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental. **Interface** (Comunicação, Saúde, Educação), Botucatu, v. 14, n. 34, p. 577-89, jul.-set. 2010.

ARAÚJO, Maria Celina Soares de. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

ARRIAGADA, Irma. **Capital social: potencialidades y limitaciones analíticas de un concepto**. In: SEMINÁRIO TALLER "CAPITAL SOCIAL, UNA HERRAMIENTA PARA LOS PROGRAMAS DE SUPERACIÓN DE LA POBREZA URBANA Y RURAL", 2003, Santiago de Chile. Anais. Santiago de Chile: Cepal, 2003. p. 13-26. Disponível em: <https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/desarrollo-humano-capital-social/Capital_social_potencialidades_analiticas_y_metodologicas_para_la_superacion_de_la_pobreza.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no pós-colonialismo**. In: Rev. Estud. Fem. vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000200018&script=sci_arttext>. Acesso em 20 out 2015.

BALLESTEROS, Gabriela Delgado. Conocerte en la acción y el intercambio. La investigación: Acción participativa. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología y representaciones sociales**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 197-216.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. Paris: Universidade da França, 1977.

BENHABIB, Seyla. El feminismo y la cuestión del posmodernismo. In: **El Ser y el Otro em la ética contemporánea: feminismo, comunitarismo y posmodernismo**. Barcelona: Gedisa, 2006a, pp. 231 – 270.

BERGIKHANI, Nazand; HAMELINK, Wendelmoet; WEISS, Nerina. Theorising women and war in Kurdistan: A feminist and critical perspective. **Kurdish Studies**, London, v. 6, n. 1, p.5-30, maio 2018.

BIGLIA, Barbara. Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social. In: AZKUE, Irantzu Mendia et al (eds.). **Otras formas de (re)conocer**. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Espanha: Universidad del País Vasco, 2014, p.21-44.

BOZARSIAN, Hamit. Radicalismos, violências e integração política na Turquia. **Tempo Social**, vol.13 no.1 São Paulo May 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000100006&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BUTLER, Judith. **Lenguaje, poder e identidad**. [S.L] Editorial Síntesis, 1997.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42. 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CAGLAYAN, Handan. From Kawa the Blacksmith to Ishtar the Goddess: Gender Constructions in Ideological-Political Discourses of the Kurdish Movement in post-1980 Turkey. **European Journal of Turkish Studies**, 2012, p.19-33.

ÇAHA, Ömer. The Kurdish Women's Movement: A Third- Wave Feminism within the Turkish Context, **Turkish Studies**, 12:3, 435-449, 2011.

CANSIZ, Sakine. **Toda mi vida fue una lucha**. Tomo 1. Buenos Aires: América Libre, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003 Disponível em: <<http://womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>> Acesso em: 26 set. 2018.

CARTER, A. Are Women “Citizens of the World”? Virginia Woolf, War and Nationalism. **Australian Journal of Politics and History**, 1996, 42(1), 39-53.

CASTRO, Thais de Bakker. **Guerreiras pela Liberdade**: Narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. PUCRJ. Rio de Janeiro, 2018.

COBO, Rosa. **Hacia una nueva política sexual**: las mujeres ante la reacción patriarcal. Madrid: Catarata. 2011.

COCKBURN, Cynthia; ENLOE, Cynthia. Militarism, patriarchy and peace movements: Cynthia Cockburn and Cynthia Enloe in conversation. **International Feminist Journal of Politics**, v. 14, n. 4, p. 550-557, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? **Signs**, v22, n.2, p. 375-381, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York & London: Routledge. 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 6, p.6-17, jan. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56/showToc>>. Acesso: 26 set. 2018.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo, 2017.
- DILWORTH, David A. **The critique of Logocentrism: or (else) Derrida's Dead line**. Honolulu: Journal of Chinese Philosophy 17:1. 1990
- DINER, Cagla; TOKTAŞ, Şule. Waves of feminism in Turkey: Kemalist, Islamist and Kurdish women's movements in an era of globalization. **Journal Of Balkan and Near Eastern Studies**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.41-57, mar. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19448950903507388>.
- DUZGUN, Meral. **The Kurdish Women's Movement: Challenging gendered militarization and the nation-state**. 2015. Disponível em: <<http://womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>> Acesso em 08 de outubro de 2016.
- ECCARIUS-KELLY, Vera. **The Militant Kurds: A Dual Strategy for Freedom**. Santa Bárbara, California: Praeger, 2010.
- EDWARDS, Michael. NGO Performance – What Breeds Success?: New evidence from South Asia. World Development, Washington D.C., v. 27, n. 2, p. 361-374, feb. 1999.
- EISENSTEIN, Zillah R. (Comp.). **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. México: Siglo Xxi, 1980.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics**. Univ of California Press, 2014.
- ETZIONI, Amitai. **La tercera via hacia una buena sociedad: Propuestas del Comunitarismo**. Madrid: Editorial Trotta. 2001.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. Tradução: Coletivo Sycorax.
- FONDATION INSTITU KURDE DE PARIS - **Qui sont les Kurdes?** 2017. Disponível em: <<https://www.institutkurde.org/info/qui-sont-les-kurdes-s-1232550956>> Acesso em 10 set 2017.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARGALLO, Francesca. **Una metodología para detectar lo que de hegemónico ha recogido el feminismo**. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología y representaciones sociales**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 155-175.
- GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223- 244. Disponível em: <<https://goo.gl/VFdjdq>> Acesso: 04 nov. 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf>. Acesso: 26 set. 2018.

GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología y representaciones sociales.** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología y representaciones sociales.** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 21-39.

GUNTER, Michael M. **Historical Dictionary of the Kurds:** Historical Dictionaries of Peoples and Cultures. 2. ed. Scarecrow Press, 2010. 457 p. Kindle Edition.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology.** New York: Cambridge University Press, 2005. 388 p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>> Acesso: 08 out. 2018.

HARDING, Sandra. Is there a Feminist Method? In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism and Methodology: Social Science Issues.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: What is 'strong objectivity'? In: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth (orgs.). **Feminist Epistemologies.** New York and London: Routledge, 1993.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo.** Madrid: Morata. 1996.

HARDING, Sandra. ¿Una filosofía de la ciencia socialmente relevante?: Argumentos en torno a la controversia sobre el Punto de vista feminista. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERALDO, Maribel Ríos (Org.). **Investigación Feminista: Epistemología, Metodología y representaciones sociales.** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 39-67.

HARTSOCK, Nancy CM. **Money, sex, and power: Toward a feminist historical materialism.** New York: Longman, 1983.

HOOKS, bell. **Feminist Theory: from margin to center.** Boston: South End, 1984.

IÇDUYGU, Ahmet; ROMANO, David; SIRKECI, Ibrahim. **The ethnic question in an environment of insecurity: the Kurds in Turkey.** Ethnic and Racial Studies, v. 22, n. 6, p. 991-1010, 1999.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. **American political science review**, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

JONG, Alex de. **¿De apisonadora estalinista a mariposa libertaria? La evolución ideológica del PKK.** 2015. Disponível em: <http://vientosur.info/IMG/pdf/Vs140_A_de_Jong_La_evolucion_ideologica_del_PKK-2.pdf>. Acesso: 27 ago. 2015.

JORGE, José Eduardo. Los efectos de la baja confianza sobre el desarrollo y la vida social. **Revista Electrónica Cambio Cultural.** Buenos Aires, Agosto de 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/12034270/Efectos_de_la_baja_confianza_interpersonal_sobre_el_desarrollo_y_la_vida_social>. Acesso em 24 out. 2018.

JONGERDEN, Josst. **The Settlement Issue in Turkey and the Kurds: An analysis of spatial policies, modernity and war.** Boston: Brill, 2007.

KAYA, Gönül. **Why jineology? Re-constructing the sciences towards a communal and free life.** S/d. Disponível em: <<http://www.kurdishquestion.com/index.php/kurdistan/north-kurdistan/why-jineology/533-why-jineology.html>> Acesso: 03 abril 2015.

KJK - Komalen Jinen Kurdistan. **The Kurdistan Women's Liberation Movement for a Universal Women's Struggle.** Março, 2011. Disponível em: <<http://www.kjk-online.org/hakkimizda/?lang=en>> Acesso: 21 dez. 2016.

KJK - Komalen Jinen Kurdistan. **Women of Rojava building a free society.** Março, 2013. Disponível em: <<http://www.kjk-online.org/english-women-of-rojava-building-a-free-society/?lang=en>> Acesso: 22 out. 2018.

KONGREYA STAR – **Goals and Principles.** Disponível em: <<http://eng.kongra-star.org/something-else/>> Acesso: 20 fev 2019.

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOGA, Ercan. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan.** London: Pluto Press, 2016.

LEON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La ventana.** no. 13, pp.94-106. 2001.

LORDE, Audre. **Mulheres negras: as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre.** Tradução de Renata. Geledes, 10 set. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>> Acesso: 04 nov.2018

LOWNDES, Vivien. **Getting on or getting by?** Women, social capital and political participatioin. Gender and Social Capital Conference, University of Manitoba, Winnipeg, Canada, May 2003.

LOWNDES, Vivien. Women and social capital: A comment on Hall's 'social capital in Britain'. **British journal of political science**, v. 30, n. 3, p. 533-537, 2000.

MARCUS, Alisa. **Blood and Belief: The PKK and the kurdish fight for independence.** New York & London: New York University Press. 2007.

MIRANDA, Sarah Siqueira de. **Por uma "dupla revolução": movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero.** Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

McDOWALL, David. **A modern history of the kurds.** New York: I. B. Tauris. 2004.

ÖCALAN, Abdullah. **Declaration on the Democratic Solution of the Kurdish Question.** London: Mesopotamia Publishers. 1999.

ÖZCAN, Ali Kemal. **Turkey's Kurds: A theoretical analysis of the PKK and Abdullah Öcalan.** Londres: Routledge, 2006. Kindle Version.

ÖCALAN, Abdullah. **Jenseits von Staat, Macht und Gewalt.** Mezopotamien-Verlag, 2010.

ÖCALAN, Abdullah. **Prison Writings II: The PKK and the Kurdish Question in the 21st Century.** Londres: Transmedia Publishing, 2011. Kindle Edition.

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático.** Cologne: International Initiative, 2012. Disponível em: <<http://www.ocalan-books.com/#/book/confederalismo-democratico-pt>>. Acesso: 26 set. 2018.

- ÖCALAN, Abdullah. **Hoja de Ruta: hacia la paz en Kurdistán**. 2. ed. Tafalla: Txalaparta, 2014.
- ÖCALAN, Abdullah. **Civilización Capitalista: la era de los dioses sin máscaras y los reyes desnudos**. Barcelona: Descontrol, 2018a.
- ÖCALAN, Abdullah. **Democratic Nation**. Cologne: International Initiative, 2018b.
- OZDEMIR, Habib; PEKGOZLU, İlker. Where Do Terror Organizations Get Their Money? A Case Study: Financial Resources of the PKK. **International Journal of Security and Terrorism** 3, no. 2 (2012): 85–102.
- PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el feminismo comunitario**. México: Cooperativa El Rebozo, 2013.
- PAREDES, Sebastián Estremo. **La Construcción de Nacionalismos en el Kurdistán y la Revolución del Rojava (Bakur)**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Estudios de Asia y África, El Colegio de México, Ciudad de México, 2017.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PAZMIÑO, Carlos. “**Desmantelar al Estado**”. Elementos para entender la transición teórico-práctica del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) hacia el Confederalismo democrático. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociología y Estudios de Género. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Ecuador, Quito, 2017.
- PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013, pp. 251 – 263.
- PKK. Women’s Army: **PKK 5th Congress Reso.** 6 de agosto de 1995. Publicado por: Comitê do Curdistão no Canadá Disponível em: <<http://mailman.greenet.org.uk/pipermail/old-apc-conference.mideast.kurds/1995-August/000972.html>> Acesso: 21 jan 2019.
- PRÁ, Jussara Reis. **O feminismo como teoria e como prática**. IN: STREY, M. (Org.) **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo. UNISINOS, 1997. p, 39.57
- PRÁ, Jussara Reis. Antigos problemas e novos desafios: repensando a dimensão política da ação coletiva na ótica de gênero. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Desafios da Democratização na América Latina**. Porto Alegre/Canoas: ed. da Universidade/Centro Universitário La Salle, 1999. p.147-165
- PRÁ, Jussara Reis. O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social. **Educação Unisinos**, v. 9, n. 2, p. 99-115, 2005.
- PUTNAM, Robert. **Bowling Alone**. New York: Simon & Schuster Paperbacks. 2000.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REINHARZ, Shulamit; DAVIDMAN, Lynn. **Feminist Methods in Social Research**. New York: Oxford University Press, 1992.
- ROMANO, David. **The Kurdish Nationalist Movement: Opportunity, Mobilization, and Identity**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- ROTH, Mitchel P., SEVER, Murat. The Kurdish Workers Party (PKK) as Criminal Syndicate: Funding Terrorism through Organized Crime. A Case Study. **Studies in Conflict & Terrorism** 30, no. 10 (2007): 901–920.

- RT TV. **Mujeres kurdas: en guerra contra el ISIS**. 2015. (52m.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q5GUEQmZ_gM> Acesso: 22 mar. 2016.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a economia política dos sexos. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1975.
- SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 15, n. 2, nov., 2009, p.306-332.
- SAEED, Seevan. **The Kurdish National Movement in turkey**: From the PKK to the KCK.. 2014. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia, University Of Exeter, UK, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Movimentos sociais**: a face feminina. Em N. V. Carvalho (Org.), A condição feminina (pp. 143-178). São Paulo: Vértice. 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAHIN-MENCUTEK, Zeynep. Strong in the Movement, Strong in the Party: Women's Representation in the Kurdish Party of Turkey. **Political Studies**, [s.l.], v. 64, n. 2, p.470-487, 12 fev. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9248.12188>.
- SAPOHR, Alexandre; ANDRIOTTI, Luiza; SOARES, Josué Gihad. **A situação dos curdos na Turquia e no Iraque**. Revista Perspectiva: Reflexões sobre a temática internacional, Porto Alegre, Ano 04, Nº 06, p.95-107, Fevereiro/Março. 2011.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIMFFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.
- SEGATO, Rita. La estructura de género y el mandato de la violación. In: **Las estructuras elementales de la violencia**. Prometeo, Quilmes, 2003. p 21-53.
- SMITH, Dorothy. **The everyday world as problematic: A sociology for women**. Boston: Northeastern University Press. 1987.
- THE ROJAVA REPORT. YPJ-Star: **Today Is Our Day, Organize!** 2014. Disponível em: <https://rojavareport.wordpress.com/2014/11/21/ypj-star-today-is-our-day-organize/>. Acesso: 12 set. 2018.
- TICKNER, Ann J. **Gendering World Politics**: issues and approaches in the post-Cold War era. New York: Columbia University Press, 2001.
- VAN BRUINESSEN, Martin. **Agha, Shaikh and State**: The Social and Political Structures of Kurdistan. London: Zed Books. 1992.
- VAN BRUINESSEN, Martin. **The Kurds in movement**: Migrations, mobilisations, communications and the globalisation of the Kurdish question. 2000.
- WERNEK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, n.1, v.1 mar./jun., 2010.
- WHITE, Paul J. **The PKK**: Coming Down from the mountains. Londres: Zed Books. 1º Ed. 2015. Kindle edition.
- YANAROCAK, Hay Eytan Cohen. **The Ceaseless Conflict in Anatolia**: The Kurds of Turkey and the Ethnic Turkish State. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculty Of Social Sciences, Security Studies M.a Program, Tel-aviv University, Tel-aviv, 2009. Disponível em:

<http://www.dayan.org/sites/default/files/HAY_EYTAN_COHEN_YANAROCAK_MA_THESIS.pdf>. Acesso 12 set. 2015.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Fundo para Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2002.

YOUNG, Iris. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (Orgs.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013, p. 305-336.

YÜKSEL, Metin. The encounter of Kurdish women with nationalism in Turkey. **Middle Eastern Studies**, [s.l.], v. 42, n. 5, p.777-802, set. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00263200600828022>.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender & Nation**. London: Sage. 1997.

ZEYDANLIOGLU, Welat. The White Turkish Man's burden: Orientalism, Kemalism and the Kurds Turkey. In: RINGS, Guido; IFE, Anne (Eds.), **Neo-colonial mentalities in contemporary Europe?** Language and discourse in the construction of identities. London: Cambridge Scholars Publishing, 2008, pp. 155-175.

INFORMAÇÃO ORAL

Representantes do Movimento de Mulheres:

Melike Yasar. Entrevistas concedidas à autora em 17 de setembro de 2015 (Montevideo/Uruguai) e em 18 de abril 2018 (Buenos Aires/Argentina).

Meral Çiçek. Entrevista concedida à autora em março de 2018 (Bruxelas/Bélgica).

Nursel Kilik. Entrevista concedida à autora em janeiro de 2017 (Paris/França).

Comitê Jineologî Europa:

Zilan Diyar. Entrevista concedida à autora em janeiro de 2017 (Rotterdam/Holanda).

Co-lideranças do Congresso Nacional do Curdistão (KNK) em Bruxelas:

Nilüfer Koc. Entrevista concedida à autora em março de 2018 (Bruxelas/Bélgica).

PALESTRAS

Melike Yasar. **A Revolução das mulheres no Curdistão**. Palestra apresentada na Faculdade de Ciências Econômicas/ UFRGS. Porto Alegre, 06 nov. 2017.

Melike Yasar. **Mujeres revolucionarias**: la experiencia de las mujeres kurdas. Montevideo. 16 de setembro 2015(b).

MATERIAL AUDIOVISUAL

KURDISTAN: Girls at War. Direção de Mylène Sauloy. [s.i]: Magnéto Press e Arte France, 2016. Son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5td0_x2_gF8>. Acesso: 20 fev. 2019.

PÁGINAS CONSULTADAS NA WEB

Congresso Nacional do Curdistão (KNK) - <<http://www.kongrakurdistan.net/en/>>

Fondation-Institut kurde de Paris - <<https://www.institutkurde.org/en>>

Jineologî - <<https://komun-academy.com>>

KJK Oline - www.kjk-online.org

Komun Academy - <https://komun-academy.com>

Kongra Star - <http://eng.kongra-star.org/>

Kurdistan América Latina - <<http://kurdistanamericalatina.org/>>

YJA Star - <<http://www.yja-star.com/tr/>>